

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

FÁTIMA LÚCIA MAULEÓN

***QUERIDO LULA:* ENTRE O CONSTRUTO DA MEMÓRIA SOCIAL E A
DISPUTA DE CAPITAL SIMBÓLICO NO IDEÁRIO POLÍTICO**

SÃO PAULO

2025

FÁTIMA LÚCIA MAULEÓN

***QUERIDO LULA: ENTRE O CONSTRUTO DA MEMÓRIA SOCIAL E A
DISPUTA DE CAPITAL SIMBÓLICO NO IDEÁRIO POLÍTICO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para
obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob
orientação da Profa. Dra. Bárbara Heller.

SÃO PAULO

2025

Mauleón, Fátima Lúcia.

Querido Lula: entre o construto da memória social e a disputa de capital simbólico no ideário político / Fátima Lúcia Mauleón. - 2025.

184 f. : il. color. + CD-ROM.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2025.

Área de concentração: Comunicação e Cultura Midiática.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Bárbara Heller.

1. Comunicação. 2. Memória. 3. Imaginário coletivo. 4. Capital simbólico. 5. Narrativas testemunhais. I. Heller, Bárbara (orientadora). II. Título.

Ficha elaborada pelo Bibliotecário Rodney Eloy CRB8-6450

FÁTIMA LÚCIA MAULEÓN

**QUERIDO LULA: ENTRE O CONSTRUTO DA MEMÓRIA SOCIAL E A
DISPUTA DE CAPITAL SIMBÓLICO NO IDEÁRIO POLÍTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para
obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Bárbara Heller
Universidade Paulista UNIP – SP

Prof. Dr. Maurício Ribeiro da Silva
Universidade Paulista UNIP – SP

Profa. Dra. Issaaf Santos Karhawi
Universidade de São Paulo - SP

*À Vida
que nos presenteia com cada novo dia:
empurra de penhascos,
abre braços de amparo,
concede liberdade de ação,
não impunemente.*

O mestrado é uma jornada que percorremos com alguns planos, muitas expectativas e vários tropeços. Uma jornada que não se faz sozinho e, ao final, queremos compartilhar nossa alegria com quem fez parte dela. De coração, agradeço:

à professora Dra. Bárbara Heller, a quem admiro pela orientação segura e cuidadosa, pela motivação e acolhimento e pelo exemplo de pesquisadora da Memória sempre aberta ao diálogo;

aos professores Dr. Maurício Ribeiro da Silva e Dra. Issaaf Santos Karhawi pela participação na Banca de Qualificação, estímulo e apontamentos fundamentais à composição deste trabalho;

aos membros titulares da Banca de Defesa Prof. Dr. Maurício Ribeiro da Silva e Profa. Dra. Issaaf Santos Karhawi pela leitura atenta e contribuições a este estudo;

a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNIP cujas aulas, seminários e eventos promoveram e aprofundaram conhecimentos e práticas enriquecedores;

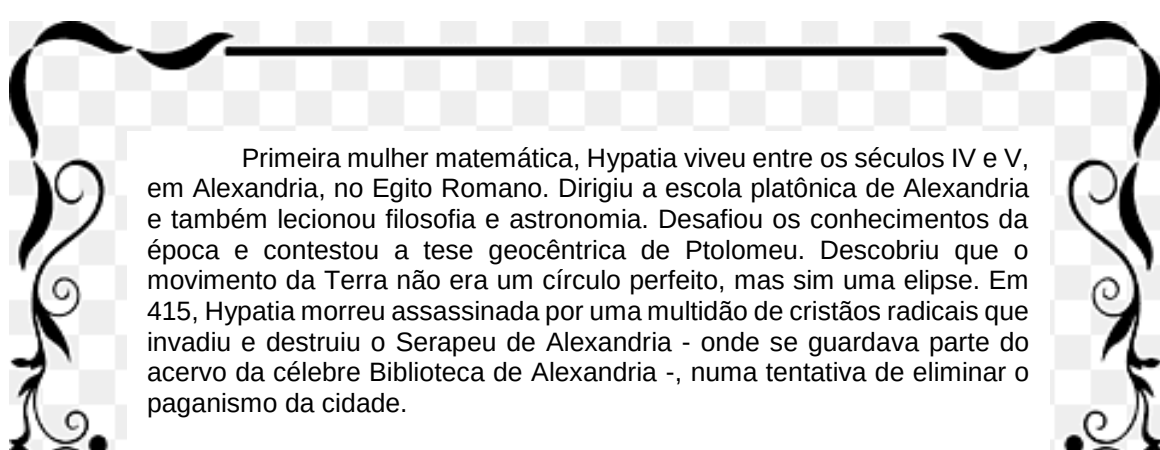
aos colegas de turma e de linha de pesquisa pela partilha sincera, solidariedade e interlocução produtiva no curso de nossa trajetória acadêmica;

aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UNIP, em especial à secretária do Programa, Christina Rodrigues, pela gentileza, presteza e atenção com que sempre atenderam minhas solicitações;

à Universidade Paulista pela aceitação de meu projeto de pesquisa e apoio institucional;

à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) por financiar meus estudos no Curso de Mestrado;

em especial, à minha família pelo apoio e amor de sempre e pela vibração positiva no decorrer desta pesquisa.



Primeira mulher matemática, Hypatia viveu entre os séculos IV e V, em Alexandria, no Egito Romano. Dirigiu a escola platônica de Alexandria e também lecionou filosofia e astronomia. Desafiou os conhecimentos da época e contestou a tese geocêntrica de Ptolomeu. Descobriu que o movimento da Terra não era um círculo perfeito, mas sim uma elipse. Em 415, Hypatia morreu assassinada por uma multidão de cristãos radicais que invadiu e destruiu o Serapeu de Alexandria - onde se guardava parte do acervo da célebre Biblioteca de Alexandria -, numa tentativa de eliminar o paganismo da cidade.

Fonte: Jornal da USP. O filme foi comentado pela professora Marisa Midori (ECA-USP) em sua coluna *Bibliomania*, transmitida no dia 26 de julho de 2019 pela Rádio USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/filme-conta-a-vida-e-o-tragico-fim-de-hipatia/>. Acesso em: 10 maio, 2025.

***Synesius, você não questiona aquilo em que acredita. Não consegue.
Eu preciso.***

Hypatia

RESUMO

Esta pesquisa aborda o tema da articulação entre memória, processos culturais e processos comunicacionais como operantes na construção dos sujeitos históricos produtores e receptores do livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão*

(CHIRIO, 2022). Optamos pela abordagem qualitativa e método de investigação hipotético-dedutivo. Nossa problemática fundamenta-se na hipótese geral do livro como materialidade (semiológica, simbólica e discursiva) de sujeitos históricos e como material de campanha política na polarizada disputa presidencial de 2022 no Brasil. Buscamos analisar os processos memorialísticos, culturais e comunicacionais e a discursividade nos relatos testemunhais dos missivistas e nos demais elementos composicionais do livro: capa, prefácio, introdução, orelhas e cadernos de imagens, resultantes de curadoria editorial. O *corpus* da pesquisa constituiu-se do livro e do discurso proferido por Lula no dia 07 de abril de 2018, dia de sua prisão. Na análise, foram mobilizados conceitos de diferentes campos de estudos: sobre linguagem, gêneros textuais e memória discursiva, Bakhtin, Goffman, Marcuschi Charaudeau e Courtine; sobre memória e verdade da história oral, Halbwachs, Bergson, Ster, Bartlett, Pollak, Sarlo e Artières; sobre texto cultural e compartilhamento simbólico, Bystrina, Campbell, Pross e Silva; sobre regimes de visibilidade e sociabilidade, Campanella e Sibília; sobre a construção do crédito, do capital simbólico, da influência e da celebridade, Charaudeau, Bourdieu, Karhawi e França; sobre imaginário, imagem e crise de visibilidade, Kamper, Baitello Jr., Silva, Contrera e Bruno; sobre intolerância e estrutura polarizadora, Heller, Braga, Recuero, Souza e Sponholz. As considerações finais indicaram os missivistas como sujeitos históricos que realizam discursivamente sua constituição simbólica e a memória social do grupo; e a construção editorial do livro como material de campanha política, voltado à reafirmação do capital simbólico de Lula para que seja traduzido em votos na disputa presidencial e o reconduza ao mais alto cargo do Poder Executivo no Brasil.

Palavras-chave: Memória social. Capital simbólico. Imaginário. Discursividade. Narrativas testemunhais.

ABSTRACT

This research looks at the articulation between memory, cultural processes and communicational processes as operating in the construction of the historical subjects who produce and receive the book Querido Lula: cartas a um presidente na prisão (CHIRIO, 2022). We opted for a qualitative approach and a hypothetical-deductive

research method. Our problem is based on the general hypothesis of the book as a materiality (semiological, symbolic and discursive) of historical subjects and as political campaign material in the polarized 2022 presidential race in Brazil. We sought to analyze the memorialistic, cultural and communicational processes and discursiveness in the missivists' testimonial accounts and in the other compositional elements of the book: cover, preface, introduction, ears and image booklets, resulting from editorial curation. The corpus of the research consisted of the book and the speech given by Lula on April 7, 2018, the day of his arrest. In the analysis, concepts from different fields of study were mobilized: on language, textual genres and discursive memory, Bakhtin, Goffman, Marcuschi Charaudeau and Courtine; on memory and truth in oral history, Halbwachs, Bergson, Ster, Bartlett, Pollak, Sarlo and Artières; on cultural text and symbolic sharing, Bystrina, Campbell, Pross and Silva; on regimes of visibility and sociability, Campanella and Sibilia; on the construction of credit, symbolic capital, influence and celebrity, Charaudeau, Bourdieu, Karhawi and França; on imagery, image and the crisis of visibility, Kamper, Baitello Jr. , Silva, Contrera and Bruno; on intolerance and polarizing structures, Heller, Braga, Recuero, Souza and Sponholz. The final considerations point to the missivists as historical subjects who discursively realize their symbolic constitution and the social memory of the group; and the editorial construction of the book as campaign material aimed at reaffirming Lula's symbolic capital so that it can be translated into votes in the presidential race and bring him back to the highest position in Brazil's executive branch.

Keywords: *Social memory. Symbolic capital. Imaginary. Discursivity. Testimonial narratives.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Considerações preliminares	15
1.2 Referencial teórico-metodológico	18
1.2.1 Gênero epistolar: carta pessoal	21
1.2.2 Memória social e estatuto de Verdade.....	28

1.2.3 Fenômenos observados em estudos comunicacionais.....	50
1.2.3.1 Texto cultural: Mito do herói e compartilhamento simbólico	50
1.2.3.2 Regimes de visibilidade e construção de capital simbólico.....	57
1.2.3.3 Imagem: imaginário, vetores e vínculos comunicacionais	67
1.2.3.4 Intolerância: os impactos da polarização midiática	76
1.3 Estrutura organizacional	84
2 O LIVRO.....	86
2.1 Biografia de Lula	86
2.2 Aspectos editoriais	89
2.3 Contextualização da produção e da edição	91
2.3.1 O livro como material de campanha política	93
2.4 As cartas	94
2.4.1 Local de origem das cartas, sexo e escolaridade dos missivistas	95
2.4.2 Conteúdo temático.....	102
2.4.3 Estrutura composicional.....	110
2.4.4 Informalidade e interatividade nas cartas	116
3 MISSIVISTAS.....	128
3.1 A construção do sujeito testemunho.....	128
3.1.1 O papel da memória social	128
3.1.2 Memória discursiva e Verdade nos testemunhos	132
3.2 Polarização nos relatos	135
3.2.1 Estrutura polarizadora, midiaticização e seus impactos	135
3.2.2 Estudo de caso: cartas 22 ^a e 44 ^a	136
4 O DESTINATÁRIO: LULA	141
4.1 A Jornada do herói.....	141
4.1.1 A Jornada do herói na trajetória de Lula	142
4.1.2 A nona carta.....	144
4.2 A construção do sujeito como celebridade	148
4.2.1 De figura pública a célebre	148

4.2.2 Regimes de visibilidade e construção de capital simbólico.....	152
4.3 <i>Nos braços do povo: o poder da imagem</i>	158
4.3.1 Recorrência, apelos e alcance: a imagem da capa	159
4.3.2 Estratégia performática e autopromoção na era da hipervisibilidade...	163
4.3.3 Vínculos, imaginário e predicação: Mediosfera	165
5 CONCLUSÃO	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	174
ANEXOS	178
ANEXO 1 – Íntegra do discurso de Lula em texto	178
ANEXO 2 – Primeiro caderno de fotos do livro	183
ANEXO 3 – Segundo caderno de fotos do livro	184

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – cabeçalho 16ª carta.	111
FIGURA 2 – cabeçalho 17ª carta.	111
FIGURA 3 – cabeçalho 30ª carta editada.....	111
FIGURA 4 – cabeçalho 30ª carta original	111
FIGURA 5 – nome Lula	115
FIGURA 6 – nome Petralha.....	115
FIGURA 7 – marcas de correção 8ª carta	120

FIGURA 8 – marcas de correção 27ª carta frente	120
FIGURA 9 – marcas de correção 27ª carta verso	120
FIGURA 10 – suporte 4ª carta.....	121
FIGURA 11 – suporte 13ª carta.	121
FIGURA 12 – suporte 16ª carta.....	121
FIGURA 13 – suporte 20ª carta	121
FIGURA 14 – suporte 21ª carta	121
FIGURA 15 – suporte 23ª carta	121
FIGURA 16 – suporte 30ª carta	122
FIGURA 17 – suporte 46ª carta	122
FIGURA 18 – Lula – 07/04/2018	158
FIGURA 19 – Capa do livro	159
FIGURA 20 – Lênin – Revolução 1917	161
FIGURA 21 – Hitler – Eleições 1932	161
FIGURA 22 – Vargas – Suicídio 1954	161
FIGURA 23 – JK – Posse 1956.....	161
FIGURA 24 – Jango – Posse 1961	161
FIGURA 25 – Luther King – Funeral 1968	161
FIGURA 26 – Mandela – Funeral 2013	162
FIGURA 27 – Bolsonaro – Atentado 2018	162
FIGURA 28 – Lula – 1979	164

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Pesquisas Ipec, Datafolha e PoderData: sexo	99
QUADRO 2. Pesquisas Ipec, Datafolha e PoderData: escolaridade	101

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. Local de origem das cartas	96
GRÁFICO 2. Missivistas: gênero.....	98
GRÁFICO 3. Missivistas: escolarização	100

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações preliminares

A comunicação de ideias, desejos e necessidades é imemorial. Na pré-história, os desenhos cumpriam a função comunicativa como sistema de representação gráfica registrada em suporte. Como um marco de passagem da pré-história para a história, a cultura escrita alavancou o desenvolvimento das sociedades, e como processo histórico, possibilitou criações intelectuais, formas complexas de racionalidade e avanços tecnológicos que alteraram profundamente as atividades humanas e, delas decorrentes, as formações culturais, de representação e de consciência. Interdependentes, o suporte, a escrita e a leitura consolidam a função comunicativa.

Ao se refletir sobre a escrita e a leitura, importa considerar as operações que ocorrem no cruzamento entre o mundo do texto, o mundo do leitor e o mundo do escritor; considerar também que os discursos existem somente quando se materializam inscritos em um suporte. Do livro em rolo (faixa longa de papiro ou pergaminho) ao códice (folhas de papiro dispostas em caderno) que se assemelhava ao livro moderno, a materialidade da escrita alterou profundamente a forma de lidar com o texto e a construção de significados sobre ele.

O códice, como resultado do processo de aprimoramento da escrita e do suporte, viveu longo período como aparato hegemônico de poder. Sua forma manuscrita, extremamente elitista e de concentração do conhecimento, perdurou até o advento da imprensa de Gutenberg, no século XVIII, que ampliou significativamente a produção de livros e democratizou o acesso à leitura e à escrita. Vivia-se o século das Luzes – da ciência e da racionalidade crítica – e a revolução da imprensa acalentou a utopia da comunicação universal, espaço de intercâmbio de ideias, opiniões, saberes e informações, e promoveu a divulgação do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e das representações simbólicas da memória coletiva.

Como afirma Borges,

Dos diversos instrumentos do homem, o mais assombroso, sem dúvida, é o

livro. Os demais são extensões de seu corpo. O microscópio, o telescópio, são extensões de sua vista; o telefone é extensão da voz; depois temos o arado e a espada, extensões de seu braço. Mas o livro é outra coisa: o livro é uma extensão da memória e da imaginação (2011, p. 11).

Vivemos nova revolução: do livro moderno ao eletrônico. A textualidade eletrônica implica nova relação com os textos e os obriga a realizar nova forma de inscrição – o hipertexto e a hiperleitura. Ela altera a ordem dos discursos e a noção de contexto por sua materialidade indiferenciada. A tela do computador age sobre os sentidos, incorrendo em novas formas de apreensão do texto: a linearidade é substituída pela leitura global em hipertextos; exposição à grande quantidade de conteúdos de teor mais disperso em tempo reduzido, em oposição ao conteúdo mais específico e aprofundado do livro impresso.

Essa revolução mobiliza discussões, em grupos acadêmicos de várias áreas, sobre quais os desdobramentos da circulação instantânea e numerosa de informações, promovidas pelas tecnologias da informação e comunicação, em face da construção de conhecimentos e da vivência de processos de compartilhamento da memória social.

Impresso ou eletrônico, o livro é suporte para textos de tipologias e gêneros variados: formas discursivas contextualizadas social, histórica e culturalmente, construídas em interações verbais, e fundamentais no processo de socialização dos indivíduos. Os gêneros textuais têm natureza sociocomunicativa e respondem a uma função social.

Dentre eles, as práticas comunicativas epistolares apresentam caráter essencialmente dialógico, interativo, de escrita do cotidiano íntimo e privado, de escrita de si. A carta pessoal, com narração em primeira pessoa e relatando a vida humana, integra a categoria de gêneros textuais que permite “o processo de afloramento das lembranças, das experiências vividas, seus significados e a natureza da memória individual e coletiva” (Heller, 2020, p. 8).

Como suporte de memórias e de verdades, as cartas revelam os processos comunicativos, socioculturais e políticos nos quais se inserem. É relevante a definição de lembrança como “reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”

(HALBWACHS, 1990, p. 71) para a percepção da complexidade do testemunho de experiências compartilhadas.

Como argumenta Bosi (1994),

Se a memória da infância e dos primeiros contatos com o mundo se aproxima, pela sua força e espontaneidade, da pura evocação, a lembrança dos fatos públicos acusa, muitas vezes, um pronunciado sabor de convenção. Leitura social do passado com os olhos do presente, o seu teor ideológico se torna mais visível. Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a. (1994, p. 453)

É o que os missivistas do livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão* (CHIRIO, 2022) fazem: não se contentam em narrar como testemunha histórica neutra, marcam posição. Uma posição atravessada pelas representações simbólicas coletivas de seu tempo no grupo social em que se inserem.

O livro de cartas, escritas por sujeitos historicamente excluídos dos discursos autorizados, configura-se como objeto material de desenquadramento da memória social e como entrada da memória subterrânea na disputa de visões sobre o contexto sociopolítico atual, o que atesta sua relevância.

Como documentação profícua ao estudo nos campos da comunicação e da memória social, a obra possibilita o contraponto ao discurso hegemônico e revela os embates, continuidades e alterações ocorridos nos processos comunicacionais mediados com implicações relevantes nas subjetividades e nas interações sociais contemporâneas.

Inspirado no panorama processual descrito, este estudo faz uma incursão pelo universo de materialidades discursivas, memorialísticas e simbólicas nas cartas do livro para se aproximar do processo de escrita, vivenciado pelos missivistas, e do processo interpretativo dos registros, empreendido por seus interlocutores.

1.2 Referencial teórico-metodológico

O tema propulsor desta pesquisa é a articulação entre memória, texto cultural e processos comunicacionais como elementos que operam na construção dos sujeitos históricos produtores e receptores do livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão* (CHIRIO, 2022). A obra, tecida por sujeitos históricos de diferentes realidades sociais marcadas por desigualdades, apresenta-os unidos em um projeto cultural e sociopolítico comum de confronto a tais desigualdades.

Nossa questão inicial sobre o tema indagava de que modo cada um dos elementos: memória social, imaginário (como arcabouço cultural) e vínculos comunicativos, atua na formulação discursiva dos relatos testemunhais dos missivistas e na composição do livro como projeto ideológico.

Metodologicamente, nossa pesquisa abarcava campos de estudo multidisciplinares: memória, estudos culturais, estudos comunicacionais e análise do discurso, e um trabalho de imbricamento entre eles para análise de material empírico: a linguagem - uma atividade subjetiva que já está configurada em substância semiológica.

Optamos pela abordagem qualitativa que analisa trocas simbólicas e se vale de diferentes visões com o objetivo de produzir informações aprofundadas e ilustrativas ou ainda novas informações; uma abordagem que se preocupa com aspectos da realidade, centrada na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais em um espaço mais profundo de processos e fenômenos que formam o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Seguimos o método de investigação hipotético-dedutivo que parte de um postulado de interpretação apoiado em um trabalho lógico de formulação de hipóteses e indicadores com correspondentes no real (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 54), e que nos leva à formulação do problema a ser investigado por meio da observação.

Em observações iniciais, identificamos, no livro, uma configuração editorial reveladora de curadoria ideológica e indícios de um todo performático de disputa por poder simbólico. Uma disputa, à época travada na arena midiática, mediante a reconstrução do capital simbólico de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e de desconstrução do capital simbólico de seu opositor mais influente, Jair Messias Bolsonaro, frente ao eleitorado brasileiro. Igualmente notamos um caráter

unidimensional na visão dos missivistas sobre os fatos públicos narrados e uma forte identificação com o grupo social ao qual se vinculavam e com o destinatário, Lula.

Nesse sentido, a problemática desta pesquisa fundamenta-se na hipótese geral do livro como materialidade (semiológica, simbólica e discursiva) do sujeito histórico (o missivista), e como suporte para plataforma política em disputa ideológica polarizada.

Tal pressuposto nos levou às seguintes hipóteses que nortearam este estudo: *i)* a epistolografia é um gênero textual produtivo como registro de verdade nos estudos da memória social e as cartas do livro constituem um conjunto documental valioso ao patrimônio cultural contra-hegemônico do povo brasileiro; *ii)* os missivistas são sujeitos históricos que testemunham a partir do universo de significados simbólicos dos grupos dos quais fizeram e fazem parte, e a discursividade nesse testemunho revela o posicionamento político-ideológico que assumem; *iii)* o processo editorial idealizou e configurou o livro como material de campanha e estratégia política em um contexto polarizado de disputa, conquista e manutenção de poder.

Estabelecemos como objetivo geral de nossa investigação analisar os processos memorialísticos, culturais, comunicacionais e discursivos nos registros em primeira pessoa das cartas e nos demais elementos composicionais do livro: capas, prefácio, introdução, orelhas e cadernos de imagens, resultantes do trabalho de curadoria editorial. E, dentro do quadro norteador da pesquisa, destacamos três objetivos específicos para direcionar nosso percurso, a saber: *i)* descrever analiticamente o caráter dialógico da carta pessoal, sua função como prática discursiva de construção psicossociolinguageira, e a problemática do imperativo de verdade como atributo natural da lembrança na narrativa testemunhal; *ii)* compreender os processos sociais, culturais e comunicacionais que atuam na constituição do sujeito histórico e em suas ações discursivas de viés político e ideológico; *iii)* explicar o trabalho editorial de idealização e configuração do livro como material de campanha política a partir da reconstrução do capital simbólico de Lula.

O *corpus* da pesquisa constituiu-se do livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão* (CHIRIO, 2022), no qual todos os elementos composicionais foram considerados: capas, prefácio, introdução, orelhas, as 46 missivas e os dois cadernos

de imagens (Anexos 2 e 3); e do discurso proferido por Lula no dia 07 de abril de 2018, dia de sua prisão, em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (Anexo 1).

No trabalho com o *corpus*, operamos com seleção de trechos (de cartas, do prefácio, da introdução, das orelhas e do discurso) ou com íntegras de cartas, visando revelar indícios de materialidade dos processos e fenômenos fundamentados em nosso referencial teórico. Os critérios de seleção pautaram-se na relevância temática ou discursiva e no potencial de intertextualidade entre trechos e entre textos.

Na análise das materialidades selecionadas, foram mobilizados conceitos operacionais desenvolvidos por teóricos dos diferentes campos de estudo implicados neste trabalho. Trabalhamos inicialmente com os referenciais sobre a linguagem e os gêneros textuais, especialmente a carta pessoal, assumidos na análise das cartas do livro: os modelos sociocognitivos e a perspectiva sociointeracionista em Bakhtin, Goffman e Marcuschi; a semiolinguística de Charaudeau que postula o discurso como lugar de encenação da significação; a memória discursiva de Courtine pautada na existência histórica do enunciado como interdiscurso e intradiscurso.

Passamos aos estudos da memória para compreender o sujeito histórico nas instâncias de produção e recepção das cartas: os quadros coletivos de memória de Halbwachs; a vida psicológica em Bergson e Stern; a psicologia social de Bartlett; a memória social de Bosi; a memória e identidade social de Pollak no âmbito das histórias de vida; o caráter conflituoso da lembrança e a problematização do imperativo de verdade do lembrado nas narrativas testemunhais em Sarlo; as práticas de arquivamento de si de Artières.

Na sequência, referendamos nossa incursão nos estudos comunicacionais, em fenômenos que atuam nas representações simbólicas e no quadro situacional de interação entre missivistas e destinatário, e entre o livro e seu público leitor. Sobre texto cultural e compartilhamento simbólico: a semiótica da cultura de Bystrina; a estrutura comum do mito do herói de Campbell; as experiências pré-predicativas responsáveis pela construção da linguagem, do pensamento abstrato e de toda simbologia humana de Pross; a constituição da percepção humana e dos vínculos culturais em Silva.

Para abordar o processo de construção da celebridade vivido pelo destinatário das cartas, Lula: os regimes de visibilidade e sociabilidade e a celebridade em França,

Campanella e Sibília; a construção do crédito, do capital simbólico e da influência em Charaudeau, Bourdieu e Karhawi; a cultura da inspiração de Casaqui.

Na argumentação sobre os processos culturais e comunicacionais, na era da hipervisibilidade midiática, que impactam significativamente o imaginário, a imagem e os vínculos estabelecidos entre os sujeitos históricos: o imaginário, a imagem e a crise de visibilidade gerada no âmbito da comunicação midiática em Kamper, Baitello Jr., Silva e Contrera; as modulações de subjetividades contemporâneas em Bruno.

Finalizando nosso percurso, abordamos a estrutura polarizadora materializada nos relatos dos missivistas que se posicionam no polo oprimido da estrutura, estabelecendo, a partir dele, uma luta contra-hegemônica com o polo opressor: a origem da intolerância em Heller; a estrutura polarizadora e os impactos da midiaticização da polarização em Braga, Recuero e Souza; o discurso de ódio e a desintegração social em Sponholz.

1.2.1 Gênero epistolar: carta pessoal

Mikhail Bakhtin, em sua *Estética da criação verbal* afirma que todos “os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (2006, p. 261) em forma de enunciados orais e escritos, concretos e únicos, que, apesar de individuais, são determinados por cada campo comunicativo de utilização da língua que “elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos “gêneros do discurso” (2006, p. 262, grifos do autor). Esses enunciados revelam as condições específicas e as finalidades de cada campo por seu conteúdo temático, estilo de linguagem e, principalmente, por sua estrutura composicional. Entre os gêneros do discurso, Bakhtin inclui a carta, em todas as suas diversas formas, como reproduções do diálogo cotidiano.

Defendendo a posição de um falante em relação necessária com outros falantes, Bakhtin (2006) ressalta que o ouvinte/leitor,

ao perceber e compreender o significado (linguístico) do discurso, ocupa simultaneamente em relação a ele uma ativa posição responsiva: concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc. [...] (2006, p. 271)

O próprio falante/escrevente está “determinado precisamente para essa compreensão ativamente responsiva” (2006, p. 272), ele não espera passividade e sim participação. Em seu projeto concreto de discurso, trabalha para tornar inteligível sua fala/escrita, possibilitando a interpretação de sua intencionalidade discursiva pelo ouvinte/leitor. É também um respondente que utiliza enunciados antecedentes ou alheios com os quais o seu dialoga. Assim, cada “enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (2006, p. 272). Ele próprio, segundo Bakhtin, é a real unidade da comunicação discursiva, concretamente realizada pelos sujeitos do discurso e delimitado pela alternância desses sujeitos.

O dialogismo bakhtiniano sustenta-se em duas amplas premissas: as relações interativas entre os interlocutores e as relações entre discursos: a polifonia e a interdiscursividade. Reitera a polifonia como elemento central em toda enunciação, visto que o discurso resulta do imbricamento de diferentes vozes ideológicas, sem dominação de uma voz sobre as outras. O discurso, construído a partir do discurso do outro, portanto formado por diversos discursos, é sempre inconcluso e compreendido quando desperta em nós ecos relativos à nossa vida. O conceito de dialogismo de Bakhtin entende a unidade do mundo como polifônica, na qual o resgate do coletivo é feito pela linguagem: realidade intersubjetiva e dialógica, na qual o sujeito é atravessado pela coletividade.

Bakhtin estabelece interdependência entre os processos de socialização e a aquisição e uso dos gêneros textuais pelos sujeitos comunicativos em práticas sociais nas quais estejam engajados; entende o sujeito não apenas sendo influenciado pelo meio, mas também agindo sobre ele e transformando-o. O sujeito de Bakhtin se constitui na e pela interação e reproduz, em seu discurso, seu contexto social imediato.

Como um dos elementos fundamentais nos processos interativos verbais, os gêneros textuais, estão presentes nas práticas discursivas interpessoais e sociais, são construídos e interpretados a partir de um sistema sociocultural compartilhado e respondem a uma função social.

O uso e a função social do gênero resultam em fórmulas linguístico-discursivas recorrentes, socialmente validadas quanto à eficácia de seu uso, e replicadas nos

processos interativos produzidos nas diversas instâncias das atividades sociais. São fórmulas que sustentam a estabilidade do gênero, ainda que atualizações, refletindo mudanças coletivas no decorrer do tempo, ocorram para atender às necessidades comunicativas dos participantes do evento. Estes operam com os saberes compartilhados das convenções estabilizadas para se orientarem quanto ao discurso (produção/recepção) materializado no texto.

A noção de quadro participativo, elaborada por Goffman (1998), indica a plasticidade da interação na comunicação na qual os papéis comunicativos vão sendo modelados no curso da interação e negociados a partir da situação comunicativa do evento. A dinamicidade desse quadro está vinculada à natureza e finalidade social do gênero.

Esse parâmetro permite analisar a organização e o funcionamento do quadro participativo da carta pessoal: *i)* os papéis comunicativos dos participantes; *ii)* a possibilidade ou não de alternância desses papéis implicada com o sistema de normas sociais dessa prática discursiva; *iii)* o espaço público ou privado de interação; *iv)* o número de interlocutores no evento; *v)* os lugares e funções sociais dos participantes que determinam propósitos e ações discursivas; *vi)* o caráter assimétrico de interação (o remetente controla a enunciação, o que lhe confere posição distintiva em relação ao destinatário; no aspecto social, também pode haver assimetria gerada pela posição ou função social dos participantes) ou simétrico (por ser sempre prevista a resposta, a troca de papéis estabelece igualdade de condições entre os interlocutores; socialmente, as interações entre iguais definem-se como simétricas); *vii)* a informalidade e a interatividade estabelecidas na singularidade de cada evento dessa natureza, observadas em marcas expressas no texto escrito.

Em nossa cultura, o modelo sociocognitivo estabilizado da carta pessoal determina sua tipicidade e manteve, em sua estrutura organizacional, as três etapas tradicionais: abertura (institui o contato e a interlocução com o destinatário), corpo (desenvolvimento temático e dos propósitos pretendidos) e encerramento (finalização do contato e da interação com o destinatário), nas quais se operacionalizam e materializam os elementos pragmáticos e discursivos, anteriormente descritos, do quadro participativo do evento.

Seguindo o pensamento dialógico bakhtiniano e alinhado à perspectiva sociointeracionista de Goffman, Marcuschi (2001) afirma que a “interatividade é uma

propriedade geral de todo e qualquer uso da língua e não de uma das modalidades de uso. Pois ninguém escreve/fala sem ter em mente um leitor/ouvinte” (2001, p. 2) e, considerando que “o texto escrito apresenta marcas de interação que estabelecem uma conexão direta entre o escritor (escrevente) e seu interlocutor” (2001, p. 1), estabelece indícios de interatividade na análise de elementos linguísticos em textos. Salientando que “não há gramática sem discurso nem discurso sem gramática” (2001, p. 2) e esclarecendo que se refere à “gramática de texto” ou “gramática da conversação” – sintaxe da textualização -, o autor argumenta que

No texto escrito, entendemos como interatividade, o movimento típico e explícito do escrevente direcionado a um leitor pretendido. Assim, as marcas pretendidas de interatividade serão constituídas por aquelas expressões ou formas linguísticas que subentendem a presença de um leitor ao qual o escrevente está se referindo de maneira clara e inambígua naquele momento. (2001, p. 3)

Movimento que sugere envolvimento pessoal, as marcas de interatividade não apresentam mesmo grau de informatividade que outros elementos do texto. Marcuschi (2001) apresenta alguns indícios de interatividade no processo de textualização: *i)* “indícios de orientação diretiva para um interlocutor determinado”: marcadores discursivos, perguntas retóricas; *ii)* “indícios de premonição da face a leitores definidos”: elaboração de argumentos para envolver o interlocutor na construção do texto; *iii)* “indícios de suposição de partilhamento ou convite ao partilhamento de saberes”: verbos na 2ª pessoa do plural ou verbos epistêmicos, advérbios de modalização epistêmica, explicitação de sentidos das palavras; *iv)* “indícios da fala de um interlocutor com o qual se dialoga”: presença de alteridade em citações do interlocutor, parceiro do debate em andamento, endossadas ou criticadas pelo escrevente; *v)* “indícios de oferta de orientação e seletividade”: dêiticos textuais, orientações cognitivas de tempo e espaço.

Urbano (1999), ao analisar os marcadores conversacionais (MC), ou marcadores discursivos (MD), “elementos de variada natureza, estrutura, dimensão, complexidade semântico-sintática, aparentemente supérfluos ou até complicadores, mas de indiscutível significação e importância para qualquer análise de texto oral” (1999, p. 81), os conceitualiza como elementos de “grande frequência, recorrência, convencionalidade, idiomatidade e significação discursivo-interacional” (1999, p. 85). Elementos que

funcionam como articuladores não só das unidades cognitivo-informativas do texto como também dos seus interlocutores, revelando e marcando, de uma forma ou de outra as condições de produção do texto, naquilo que ela, a produção, representa de interacional e pragmático. Em outras palavras, são elementos que amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também enquanto estrutura de interação interpessoal". (1999, p. 85-86)

Por serem vocábulos esvaziados de conteúdo semântico e sintático e irrelevantes para o desenvolvimento do assunto do texto, funcionam como estratégias do falante/escrevente para testar o grau de atenção e participação do seu interlocutor. Para o autor, essas funções comunicativas e/ou interacionais estão relacionadas com as próprias funções e usos da linguagem.

Como conclui Urbano (1999), os marcadores estruturam os textos como construção verbal cognitiva e organização interacional interpessoal, e sinalizam orientação ou alinhamento recíproco dos interlocutores ou destes em relação ao discurso.

Compartilhando mesmo ponto de vista, Marcuschi (2001) considera que a interatividade diz respeito à relação do escrevente/falante com a língua, que a formalidade (questão de estilo) não gera, necessariamente, distanciamento do interlocutor, nem elimina as marcas de interatividade, sendo estas uma projeção da escrita dirigida a determinada audiência. Essas marcas são atos de fala (formas de ação) que propõem e negociam contratos, definem posicionamentos para uma relação intersubjetiva ou interação comunicativa mais eficaz.

Em seu trabalho individualizado com a linguagem, o sujeito constitui seu enunciado visando obter determinado efeito de sentido e ele próprio se constitui na relação entre o subjetivo e o coletivo. A semiolinguística e a memória discursiva igualmente abordam a análise da linguagem a partir do sujeito social.

Charaudeau (2001) afirma que o discurso ultrapassa os códigos de manifestação linguageira (linguagem, gestual, icônico) por ser o lugar da encenação da significação. O ato de linguagem se configura como combinação do *fazer* (*instância situacional*: o espaço ocupado pelos sujeitos do ato) e do *dizer* (*instância discursiva*: *encenação* da qual participam os sujeitos), corresponde a uma expectativa de significação, e é entendido como interação de intencionalidades que mobiliza estratégias discursivas a partir das determinações do quadro situacional no qual interagem os sujeitos. Como tal, é "produto da ação de seres psicossociais que são testemunhas, mais ou menos conscientes, das práticas sociais e das representações

imaginárias da comunidade a qual pertencem” (2001, p. 29). Como encontro dialético, ocorre em dois processos: no processo de produção, o *sujeito comunicante* (EUc) se dirige ao *sujeito destinatário* (TUD); no processo de recepção e interpretação, o *sujeito interpretante* (TUi) constrói a imagem do *sujeito enunciador* do locutor (EUe) de posse da palavra. O processo de interpretação é sempre uma busca pelas intenções do outro e o sujeito comunicante pode conceber, organizar e encenar suas intenções de forma a produzir efeitos de persuasão e de verdade sobre o interpretante.

O sujeito comunicante e o sujeito interpretante são parceiros implicados no jogo interacional estabelecido por uma relação contratual, o contrato de comunicação: um contrato de reconhecimento mútuo das condições e restrições da situação comunicativa a que ambos devem se submeter. Essa relação contratual depende de componentes de tipo: *i) comunicacional*: quadro físico da situação interacional (presença/ausência, números de participantes, oral/escrito); *ii) psicossocial*: categorias de reconhecimento dos parceiros (idade, sexo, categoria socio-profissional, posição hierárquica, parentesco, caráter público ou privado); *iii) intencional*: conhecimento prévio sobre o parceiro, apoiado no imaginário e em saberes compartilhados (intertextualidade) (2001, p. 31).

Na perspectiva da Semiolinguística, o discurso é resultado de uma construção psicossociolinguageira, estreitamente relacionada aos imaginários sociodiscursivos e às práticas sociais em determinado contexto sociocultural. Segundo Charaudeau (2001), esse discurso aponta para a impossibilidade de se pensar a experiência da linguagem distante dos sujeitos históricos e a análise do texto sem seu contexto discursivo, do qual fazem parte também os textos pré-existentes e contemporâneos que circulam nas sociedades ou num dado grupo social.

Em nosso discurso, enquanto sujeitos sociais, o simbólico constitui os lugares de memória e faz com que toda materialidade simbólica de significação funcione como memória discursiva. O conceito de memória discursiva surge no trabalho de Courtine (1981) ao refletir sobre a obra Arqueologia do saber de Foucault. A partir das reflexões de Foucault sobre enunciado, Courtine entende que

Toda produção discursiva faz circular formulações anteriores, porque ela possui em seu domínio associado outras formulações que ele repete, refuta, transforma, denega [...] em relação às quais esta formulação produz efeitos de memória específicos. [...] a noção de memória discursiva diz respeito à

existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, reguladas pelos aparelhos ideológicos (Courtine, 1981, p. 52-53)

Essa noção de memória discursiva postula a existência histórica do enunciado. Os enunciados, elaborados a partir do saber próprio de uma formação discursiva, são tomados no tempo da memória e suas formulações no tempo presente da enunciação. Assim, a memória surge na atualidade do acontecimento. E o efeito de uma memória discursiva na atualidade de um acontecimento se realiza no imbricamento entre interdiscurso e intradiscurso. Na análise da linguagem como tecido da memória, é necessário considerar os modos de existência materiais da memória coletiva no discurso. Pensar discursivamente a memória exige analisar as formas conflitantes de inscrição da historicidade nos processos de significação da linguagem.

A partir dessa perspectiva, Courtine propõe que

Articular as condições de produção e as condições de formação em um corpus discursivo dado consistirá de fato em corresponder à sequência discursiva de referência um domínio de memória, ou seja, um conjunto de sequências discursivas que pré-existem à enunciação da sequência discursiva de referência no seio de um processo; é a partir do domínio da memória que será caracterizada a formação dos enunciados e que serão analisados os efeitos que produz, dentro de um processo discursivo, a enunciação de uma sequência discursiva determinada (efeitos de recordação, de redefinição, de transformação, mas também efeitos de esquecimento, de ruptura, de negação do já-dito). (2016, p. 26)

No próximo item, aprofundaremos as bases teóricas dessa memória inscrita na historicidade e do estatuto de Verdade das narrativas testemunhais como garantia da memória do vivido e da primeira pessoa como captação de um sentido da experiência.

1.2.2 Memória social e estatuto de Verdade

Halbwachs, combinando o método científico objetivo e o método reflexivo filosófico, sempre negou a possibilidade de um pensamento puramente individual e concentrou suas pesquisas no problema da consciência social entendendo-a como um gênero de pensamento ou de percepção coletiva, que se sobressai sobre todos os outros e se encontra no inconsciente, com reflexos sobre as formas de rememoração.

Para o teórico, não é o indivíduo em si que se recorda; quando o faz, é somente em presença dos outros, da sociedade. É no confronto de vários testemunhos (o nosso e o dos outros) que “concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo (1990, p. 25). Nossas lembranças permanecem coletivas ainda que vindas de fatos nos quais apenas nós estejamos envolvidos, pois nunca estamos sós; há, mesmo que não materialmente, outras pessoas que estão presentes e não se confundem conosco. São grupos dos quais fizemos ou fazemos parte, e que deixaram traços que identificamos, que modelam e complementam essas lembranças com seus modos de pensar, seu ponto de vista.

Nesse sentido, as testemunhas físicas não são necessárias para confirmar ou recordar uma lembrança, nem suficientes. Há lembranças que não se conservam em nosso espírito, não podem ser evocadas pela construção artificial que fazem as testemunhas que compartilharam conosco o episódio: a imagem não se transforma em lembrança, pois não há nenhum traço em nossa memória; esquecemos. Para lembrar, é preciso estar em contato com o grupo de testemunhas, manter viva sua imagem, para com ele recordar-se do passado. Inversamente, guardamos lembranças daquilo que experimentamos sem o conhecimento dos demais com os quais partilhamos a experiência, pois tinham valor especial para nós, vinculados a outros grupos dos quais fazíamos parte. Dessa forma, postula que, por sermos seres sociais, “só temos capacidade de lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo” (1990, p. 36); somente assim, a lembrança pode ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.

Halbwachs (1990) identifica a memória individual, opondo-a à memória coletiva, como lembranças que marcam mais profundamente sua impressão em nossa memória por terem relação afetiva direta conosco, porém, não a considera condição necessária e suficiente ao ato de lembrar e questiona sua existência. Admitindo, para contrapor, a possibilidade de um estado de consciência puramente individual: a “*intuição sensível*” (1990, p. 37), defende que os resíduos de impressão atribuídos somente ao indivíduo, pois escapam ao pensamento e à memória de um grupo em determinado acontecimento, está ligado a interesses momentâneos de caráter afetivo. Do mesmo modo, em momentos de extrema afinidade com aqueles que nos cercam,

atribuímos a nós mesmos a origem da lembrança e não aos pensamentos e sentimentos que nos foram inspirados pelo grupo. Não percebemos que somos um eco, produzido por um grupo social que quer persuadir seus membros a acreditar serem seus os pensamentos coletivos e

De qualquer maneira, na medida que cedemos sem resistência a uma sugestão de fora, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com mais frequência nos passam despercebidas. Da mesma maneira, e talvez com mais razão ainda, quando do ponto de encontro de várias correntes de pensamento coletivo que se cruzam em nós se produz um desses estados complexos, onde queremos ver um acontecimento único, que não existirá a não ser para nós. (1990, p. 47)

O autor considera a memória individual um ponto de vista sobre a memória coletiva, um ponto de vista que muda conforme o lugar por nós ocupado, lugar que muda de acordo com as relações que mantemos com outros meios, o que explica a diversidade no aproveitamento do pensamento comum ancorada em influências de natureza social. Não crê que existam memórias sem quadros coletivos e quadros coletivos sem memórias individuais. Entende que uma “‘corrente de pensamento’ social é ordinariamente tão invisível como a atmosfera que respiramos. Só reconhecemos sua existência, na vida normal, quando a ela resistimos” (1990, p. 40). A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, decorrem sempre de mudanças em nossas relações com os diferentes meios coletivos. Como a lembrança surge no imbricamento de várias séries de pensamentos coletivos e não pode ser atribuída a nenhuma delas exclusivamente, Halbwachs sugere que ela seja independente e opõe sua unidade à sua multiplicidade.

Seguindo em sua argumentação, o teórico propõe a distinção de duas memórias: uma interior, a memória pessoal ou autobiográfica; e uma exterior, a memória social ou histórica. A primeira se apoiaria na segunda, já que a história de nossa vida faz parte da história geral, sendo esta bem mais ampla que a primeira. No entanto, mesmo mais ampla, a segunda só nos apresentaria o passado de forma esquemática, enquanto a primeira formaria um quadro mais contínuo e denso: quadro coletivo de memória e estados de consciência que ali se desenrolam.

Conclui que nossa memória se apoia na história vivida e não na história aprendida, pois é ela que “tem tudo o que é preciso para constituir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a

imagem de seu passado” (1990, p. 71). Refuta a expressão “memória histórica”, por associar termos opostos, já que a história começa no ponto onde se apaga ou se decompõe a memória social, e assinala que a memória coletiva não se confunde com a história.

Na apresentação (*Os trabalhos da memória*) do livro *Memória e sociedade: Lembranças de velhos* (1994), Marilena Chauí contrapõe assim a memória vivida e a memória aprendida:

Porque [os velhos] são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara, pois como escrevera Benjamin, só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado. [...] Eis por que, recuperando a figura do cronista contra a do cientista da história, Benjamin afirma que o segundo é uma voz despencando no vazio, enquanto o primeiro crê que tudo é importante, conta e merece ser contado, pois todo dia é o último dia. E o último dia é hoje. (1994, p. 18)

Desenvolvendo o que assinalou, Halbwachs estabelece dois aspectos distintivos entre a memória coletiva e a história. O primeiro aspecto identifica a memória coletiva como corrente de pensamento contínuo que retém do passado apenas o que está vivo na consciência do grupo que a mantém e não ultrapassa o limite temporal desse grupo. A história divide a sequência dos séculos em períodos, sem considerar as alterações por que passam os grupos, e fixa divisões simples que obedecem somente a necessidade didática de esquematização. O segundo aspecto diz respeito ao princípio de que há muitas memórias coletivas, diversidade de grupos reais e vivos, e apenas uma história que não considera o ponto de vista dos grupos diversos, que existem ou existiram, e sim o olhar objetivo e imparcial do historiador. A história se interessa pelas diferenças e faz a abstração das semelhanças; na memória coletiva, as similitudes estão em primeiro plano: lembramos apenas os fatos que apresentem por traço comum pertencer a uma mesma consciência que reconhece sua identidade através do tempo.

Os quadros coletivos da memória, portanto, não se definem por datas, nomes e fórmulas, e sim por correntes de pensamento e de experiências a que recorremos para reencontrar nosso passado, atravessado por isso tudo. Halbwachs afirma:

A história não é todo o passado, mas também não é tudo o que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. (1990, p. 67)

Correntes antigas que sofreram reconstruções em época anteriores e elas mesmas modificadas no presente. O teórico chega à sua definição de lembrança como reconstrução do passado (imagem já alterada anteriormente) a partir de dados do presente, uma imagem engajada em outras imagens e reportada ao passado. Os dados do presente alteram essa imagem, isso explica por que é “impossível que duas pessoas que viram o mesmo fato, quando o narram algum tempo depois, o reproduzam com traços idênticos” (1990, p. 75), como afirma Halbwachs.

Inversamente, o autor defende que não há, na memória, vazio absoluto, e lança a proposição de que não esquecemos nada, entendida de modo diferente por Bergson e ele. Para Bergson, as imagens dos acontecimentos passados estão completas na parte inconsciente de nosso espírito, porém, obstáculos relativos ao comportamento do nosso cérebro, impedem o acesso a todas elas. Para Halbwachs, as imagens completamente prontas não estão em nosso inconsciente e sim na sociedade, é nela que se encontram as indicações necessárias para efetuarmos a reconstrução a partir de nossas outras lembranças ou pelas lembranças dos outros.

As representações coletivas também influem em nossa percepção sobre o tempo. Halbwachs (1990) indica que a sucessão do tempo se organiza em divisões que resultam sobretudo de convenções e costumes que exprimem a ordem das etapas da vida social. A vida em sociedade exige ajustes de todos os homens aos tempos e durações convencionais, por isso, existe uma representação coletiva do tempo que sobrepõe aos fatos astronômicos as condições e grupos humanos concretos. As divisões sociais do tempo, determinadas pela divisão social do trabalho, encobrem progressivamente as divisões astronômicas e cada vez mais a sociedade se encarrega de organizar sua duração. Como consequência, temos a sujeição do indivíduo à disciplina social do tempo na qual se considera a vida e os acontecimentos que a formam sempre sob o aspecto da medida.

Para o teórico, o tempo é importante por nos permitir conservar e lembrar os acontecimentos que ali se produziram e a lembrança se realiza sempre em relação ao quadro de dados temporais nos quais se inserem. Afirmar que a presença de traços de sociedades antigas confirma a permanência e continuidade do próprio tempo nessa sociedade. Nega haver um tempo universal e único, pois, na sociedade decomposta em diversos grupos, cada um tem sua própria duração. Esses tempos coletivos

“permitem à memória retroceder mais ou menos longe, dentro daquilo que convém chamar de passado” (1990, p. 127).

De igual modo, Halbwachs (1990) postula que nosso entorno material está marcado por nós e pelos outros. Nossas escolhas espaciais podem ser explicadas pelos “elos que nos prendem sempre a um grande número de sociedades sensíveis ou invisíveis” (1990, p. 131-132) e nos lembram costumes e distinções antigas. É o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo, que transforma e se sujeita à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio. O lugar recebe a marca do grupo e vice-versa, cada detalhe desse lugar tem um sentido só compreendido pelos membros do grupo, o que explica como as imagens espaciais desempenham o papel de ponto de apoio da memória coletiva. Assim,

Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores. (1990, p. 136)

Os lugares sofrem transformações, mas os grupos resistem.

As pedras e os materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão, e neles, é contra a resistência mesma, senão das pedras, ao menos de seus arranjos antigos que vos batereis. Sem dúvida esta disposição foi anteriormente obra de um grupo. O que um grupo fez, outro pode desfazer. Mas o desígnio dos homens antigos tomou corpo numa disposição material, isto é, numa coisa, e a força da tradição local lhe vem da coisa da qual ela era imagem. (1990, 137).

O teórico salienta que não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial; o nosso espaço é onde nossas impressões se sucedem e não poderíamos recuperar o passado se ele não conservasse, no meio material, nossa imaginação e nossos pensamentos; é para esse espaço que voltamos nossa atenção quando queremos que reapareçam as lembranças.

A obra *Memória e sociedade: Lembranças de velhos* (1994), de Ecléa Bosi, nasceu de sua tese de livre-docência na Universidade de São Paulo; um estudo sobre memórias de velhos, como o define a autora. Na Introdução do livro, ela insiste em duas negativas para delimitar bem o âmbito da obra: “não pretendi escrever uma obra sobre *memória*, tampouco sobre *velhice*. Fiquei na intersecção dessas realidades: colhi memórias de velhos” (1994, p. 39). As memórias de velhos colhidas ganham

existência nas narrativas e a realidade social revela sua face de classes sociais e de opressão. Marilena Chauí, no texto de arguição durante a defesa de tese de Ecléa Bosi, que aparece como apresentação do livro, estabelece: “O velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele’. Esta, acredito, é sua tese, Ecléa” (1994, p. 18). Uma tese que busca a gênese da opressão e capta o que ficou de significativo na memória dos que lembram. E o faz analisando narrativas com a densidade própria da história pessoal e da troca de experiências vividas. Chauí destaca o constante risco da tensão entre agir e lembrar a que Bosi expõe o leitor:

Descrevendo a substância social da memória – a matéria lembrada – você nos mostra que o modo de lembrar é individual tanto quanto o social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique. O tempo da memória é social, não só porque é o calendário da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar. (1994, p. 31)

Observa-se, na análise de Chauí, estreita relação entre o que é desenvolvido no estudo de Bosi e o proposto por Halbwachs. De fato, Bosi (1994) declara filiação às reflexões de Halbwachs, Bergson, Bartlett e Stern, sobre a memória, e de Benjamin, sobre o processo narrativo, para executar a tarefa de entendimento dos testemunhos: memórias empiricamente registradas.

Dos estudos de Bergson¹, o filósofo da vida psicológica, Bosi destaca “o seu princípio central da memória como *conservação do passado*” (1994, p. 53, grifos da autora) que sobrevive, evocado pelo presente em formas da lembrança, ou em si mesmo, em estado inconsciente. O passado, conservado no espírito de cada ser humano, surge à consciência como imagens-lembrança. À memória é atribuído um estatuto espiritual diverso da percepção e enfatizada sua forma pura presente nos sonhos e nos devaneios. Segundo Bosi (1994), a importância dessa distinção é que será relativizada pela teoria psicossocial de Halbwachs² de precedência e predomínio do social sobre o individual, alterando o enfoque sobre os fenômenos da percepção, consciência e memória. Bergson faz uma reflexão sobre “a memória em si mesma, como subjetividade livre e conservação espiritual do passado, sem que lhe parecesse pertinente fazer intervir quadros condicionantes de teor social ou cultural” (1994, p.

¹ Bergson, Henri. *Matière et mémoire*. In Henri Bergson, *Oeuvres*. Paris: PUF, 1959.

² Halbwachs, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1956. / *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, 1925.

54). A mudança de visada de Halbwachs está na própria formulação do objeto de estudo: não a memória como tal, mas sim os quadros sociais da memória. A memória do indivíduo depende das relações com a família, com a classe social, com a profissão e com todos os seus grupos de convívio, ou seja, depende da realidade interpessoal das instituições sociais, formadoras do sujeito. Os outros e a situação presente é que desencadeiam o curso da memória; qualquer alteração no ambiente atinge a qualidade íntima da memória – assim o teórico estabelece o elo entre a memória da pessoa e a memória do grupo, e entre esta e a memória coletiva de cada sociedade. Até mesmo as imagens do sonho (nas quais reconhece que o espírito está mais afastado da sociedade), não fugiriam às determinações do presente. Indica a linguagem como o instrumento decisivamente socializador da memória que unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. Aciona os dados coletivos da língua e as “noções gerais” que sempre acompanham os indivíduos (relações de *espaço*, relações de *tempo* e relações de *causa* e de *consequência*) (grifos da autora), presentes também nos sonhos, para reafirmar que não são criações puramente individuais.

Bosi (1994) destaca a impossibilidade, enfrentada pelo sujeito que lembra, de reviver o passado tal e qual, limitando-se a reconstruí-lo, e a interpretação social radical de Halbwachs sobre a capacidade de lembrar:

Entenda-se que não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de uma justaposição de “quadros sociais” e “imagens evocadas”. Mais do que isso, entende que já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalham *noções* gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas *noções* gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças. (1994, p. 59, grifos da autora)

Bosi observa que a psicologia social só enfrentou diretamente o problema da memória em relação ao contexto com a obra de Frederic Bartlett, *Remembering* (1932), que transpôs para a área psicossocial o conceito de “convencionalização”: “conceito-chave para conectar o processo cultural de um dado momento histórico ao trabalho da memória” (1994, p. 64). Em consonância com as formulações de Halbwachs, Bartlett postula que “‘a matéria-prima’ da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra; ela é tratada, às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado” (1994, p. 64, grifo

da autora). Ambos tentam fixar a presença dos quadros sociais, das instituições sociais e da linguagem no processo de formação da lembrança e a indissociabilidade da vida atual no processo de reconstrução do passado. O conceito de “convencionalização” de Bartlett, como modelagem da lembrança pelo contexto de ideias e valores no qual insurge, comporta um processo pelo qual sempre fica o que significa, e não fica do mesmo modo: pode permanecer intacto ou sofrer alterações profundas. Os grupos cujo trabalho conjunto é intenso, podem

criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos de discurso”, “universos de significados”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos. (1994, p. 67, grifos da autora)

No outro extremo, havendo ausência de elaboração grupal sobre determinados acontecimentos ou situações, a consequência seria a de

esquecer tudo quanto não fosse “atualmente” significativo para o grupo de convívio da pessoa. É o que sucede às vezes: os fatos que não foram testemunhados “perdem-se”, “omitem-se”, porque não costumam ser objeto de conversa e de narração, a não ser excepcionalmente. (1994, p. 67, grifos da autora)

Argumenta Bosi (1994), concluindo:

A elaboração grupal comum seria, portanto, decisiva. Sem ela, tende a reproduzir-se com mais força o teor da “primeira impressão”, matéria daquela lembrança-imagem e da “memória pura” de Bergson. Com ela, ao contrário, a primeira impressão ficaria cancelada e substituída pelas representações e ideias dominantes inculcadas no sujeito (hipótese de Halbwachs), ou apenas amortecida no inconsciente, de onde poderia sair durante o sonho e nos raros momentos de livre evocação (hipótese de Bergson). (1994, p. 67, grifos da autora)

Bosi prossegue em seu estudo, agora apresentando o ponto de vista estritamente psicológico de Stern³ que, com Bergson, entende que as percepções “podem passar por um ‘período latente’, durante o qual ‘desaparecem’ da consciência até que, por motivos diversos, reaflorem mnemicamente” (1994, p. 67, grifos da autora). Postulando a existência de uma unidade constante que possibilita a reanimação de uma imagem passada, a “pessoa” (o que Bergson denomina espírito), Stern pressupõe uma unidade pessoal que conserva intactas as imagens do passado,

³ Stern, William. *Psicología general*. Buenos Aires: Paidós, 1957.

mas que pode alterá-las conforme as condições concretas do seu desenvolvimento. A memória poderá ser a conservação ou elaboração do passado e a “lembrança é a história da pessoa e seu mundo, *enquanto vivenciada*” (1994, p. 68, grifos da autora): o aspecto objetivo da lembrança, a história e o mundo da pessoa, está subordinado à sua subjetividade, sua vivência. Para Stern,

A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo. (1994, p. 68)

Como avalia Bosi (1994), Stern, ao admitir ao mesmo tempo as mutações da pessoa e sua unidade constante, concilia a suposta existência da memória pura, no inconsciente, com as lembranças reelaboradas pelos valores do presente. Essa dualidade que dificulta saber qual é a forma predominante de memória em um indivíduo, segundo Bosi, só seria resolvida em uma autobiografia. “A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a *sua* memória” (1994, p. 68, grifo da autora).

Sobre a arte de narrar, Bosi aciona Walter Benjamin⁴ para quem sempre existiu dois tipos de narrador: “o que vem de fora e narra suas viagens; e o que ficou e conhece sua terra, seus conterrâneos, cujo passado o habita” (1994, p. 84). Entre o narrador e o ouvinte estabelece-se uma relação pautada no interesse comum de conservar e reproduzir o narrado. A memória é a faculdade épica por excelência; o narrador tem o dom do conselho, seu talento vem de sua experiência, sua lição tirou da própria dor e sua dignidade é a coragem de contá-la até o fim.

Denunciando o declínio da arte de contar histórias e da comunicabilidade da experiência, Bosi ressalta que na época da informação a busca da sabedoria foi suplantada pela opinião, e o conselho, no âmbito do falar vivo, foi expulso pelas relações de produção. Na arte da narração,

o narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam. [...] A informação pretende ser diferente das narrações dos antigos: atribui-se foros de verdade quando é tão inverificável quanto a lenda. Ela não toca no maravilhoso, se quer plausível. A arte de narrar vai decaindo com o triunfo da informação. Ingurgitada de explicações, não permite que o receptor tire dela alguma lição. Os nexos psicológicos entre

⁴ Benjamin, Walter. *Il narratore. Considerazioni sull'opera di Nicola Leskov*. In, Walter Benjamin. *Angelus Novus*. Turim: Einaudi, 1962.

os eventos que a narração omite ficam por conta do ouvinte, que poderá reproduzi-la à sua vontade; daí o narrado possuir uma amplitude de vibrações que falta à informação. [...] O receptor da comunicação de massa é um ser desmemoriado. Recebe um excesso de informações que saturam sua fome de conhecer, incham sem nutrir, pois não há lenta mastigação e assimilação. A comunicação em mosaico reúne contrastes, episódios díspares sem síntese, é a-histórica, por isso é que seu espectador perde o sentido da história. [...] Perdeu-se também a faculdade de escutar, dispersou-se o grupo de escutadores. (1994, p. 85-88)

Bosi (1994) afirma que quando relatamos lembranças bem distantes geralmente se referem a fatos que a nós chegaram por suas testemunhas, e pergunta: “Pode-se recordar sem ter pertencido a um grupo que sustente nossa memória?” Estaremos sós quando nos afastamos de todos para melhor recordar” (1994, p. 406). Admite que convivemos, nesse momento, com outros seres imaterialmente presentes, mas questiona se a memória coletiva explicaria todos os fatos da memória, especialmente os da lembrança individual. Responde ao questionamento considerando que muitas recordações incorporadas ao nosso passado não são nossas e sim relatadas por nossos parentes e lembradas por nós; mesmo nossas ideias não são originais, inspiram-se em conversas com os outros. Com o tempo, “elas passam a ter uma *história* dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. [...] Na maioria dos casos creio que este não seja um processo consciente.” (1994, p. 407, grifo da autora). Propõe pensar

no lastro comunitário de que nos servimos para constituir o que é mais individual. De uma vibração em uníssono com as ideias de um meio passamos a ter, por elaboração nossa, certos valores que derivaram naturalmente de uma *práxis* coletiva. E reflexões, que escutamos e que calharam bem com nosso estado de alma, estão a um passo da assimilação, e do esquecimento da verdadeira fonte. (1994, p. 407, grifo da autora)

Insiste Bosi: não se trata de uma “rapinagem intelectual”, mas sim de “um processo cujas fases não são elaboradas por nossa consciência” (1994, p. 407-408).

Já em meio à análise de seu *corpus* de pesquisa: as histórias narradas por velhos, ela recupera a observação de que há fatos sem ressonância coletiva que se imprimiram em nossa subjetividade e fatos que, mesmo testemunhados por outros, repercutiram profundamente somente em nós, para ressaltar que quem recorda é o indivíduo. Ele é o memorizador que tem acesso ao passado e de suas camadas tira, para ele, objetos significativos em meio a um tesouro comum: é o indivíduo testemunha. Retoma o postulado de Halbwachs - para quem a memória individual é

um ponto de vista da memória coletiva e novos grupos alteram nosso ponto de vista, o que nos faz evocar lembranças significativas no presente e a ele apropriadas - para concluir que “*O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado*” (1994, p. 414, grifos da autora).

No conjunto de lembranças, nas narrativas, chama a atenção de Bosi (1994) a divisão do tempo que nelas se opera: a infância é “larga” e “quase sem margens”; a juventude é percorrida “com o passo mais desembaraçado”; a idade madura “com passo rápido”; na idade madura, “é o tempo que se precipita, que gira sobre si mesmo em círculos iguais e cada vez mais rápidos sobre o sorvedouro” (1994, p. 415). No tempo biográfico dos indivíduos testemunhas, é a divisão social do tempo que determina pontos de orientação que se sobrepõem à sua vontade e os obriga a ceder à convenção.

Nos relatos, Bosi (1994) observa um esforço do indivíduo em dar sentido à sua biografia, e assim, organiza o conteúdo da narração em configuração mais simples e clara: esquematiza, mais que elabora. Pode, às vezes, acentuar um aspecto original a respeito de seus interesses, preconceitos e preferências. A apreensão do tempo diversa em cada indivíduo e o tempo acumulado e cheio de conteúdo formam a substância da sua memória.

Se a mudança e o imprevisível acompanham nosso viver e interações, o conjunto de objetos ao nosso redor queremos que permaneça o mesmo, ao menos na velhice, afirma Bosi. Isso porque o espaço que compartilhamos com a família nos falam dessas pessoas e as coisas tomaram parte de nós.

A memória das sociedades antigas apoiava-se na estabilidade espacial e na confiança em que os seres de nossa convivência não se perderiam, não se afastariam. Constituíam-se valores ligados à *práxis* coletiva como a vizinhança (*versus* mobilidade), a família larga, extensa (*versus* ilhamento da família restrita), apego a certas coisas, a certos objetos biográficos (*versus* objeto de consumo). Eis aí alguns arrimos em que a memória se apoiava. (1994, p. 447)

Os deslocamentos constantes impostos pela vida moderna impedem o enraizamento num espaço específico, numa comunidade. Trata-se de um direito fundamental do indivíduo:

O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais. Ter um

passado, eis outro direito da pessoa que deriva de seu enraizamento. Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças” (1994, p. 443)

Bosi (1994) analisa também a memória política dos narradores. Considera a lembranças dos fatos públicos carregadas de convenção e de teor ideológico. Nelas, os juízos de valor são mais constantes e, ao narrar, o sujeito, testemunha histórica, julga e marca posição frente à história. Esse posicionamento expressa a situação concreta do sujeito e, portanto, deve ser abordado levando em conta seu extrato de classe e sua inserção na vida pública mediante o trabalho para a compreensão de seu ponto de vista. Para entender melhor a “memória-consciência” do narrador, Bosi avalia sua condição de espectador ou participante da política, o que altera significativamente a qualidade de sua lembrança.

A experiência política, enquanto partidária, necessariamente vai modelando, com o tempo, formas de discurso valorativo, convencional, “ideológico”, que podem esconder o teor mais objetivo da fala testemunhal; formas que vão ficando cada vez mais parecidas com as da crônica oficial, geralmente celebrativa. (1994, p. 458, grifo da autora)

Os partidários mantêm memória grupal mais forte e um caráter unidimensional ideológico em sua visão dos fatos públicos, identificando seu testemunho como peça de representatividade, modelo de adequação do individual ao grupal. Sua evocação é grupal. A participação na vida pública eleva seu nível de informação, mas não o liberta da modelagem a que todos os demais e os acontecimentos são submetidos.

Pollak (1992), ao tratar da relação entre memória e identidade social no âmbito das histórias de vida (história oral), entende a memória como fenômeno coletivo e social submetido a flutuações e transformações constantes decorrentes das preocupações pessoais e políticas do momento em que se expressa. Observa que, tanto na memória individual quanto coletiva, há marcos relativamente estáveis: elementos irreduzíveis, solidificados, que se tornam realidade e integram a essência da pessoa. Para o autor, os elementos constitutivos da memória: acontecimentos, personagens e lugares, podem ser reais ou projeções de outros eventos, e nem tudo fica gravado, ou seja, a memória é seletiva. É um fenômeno construído e, no plano individual, essa construção pode ser consciente ou inconsciente; configura-se, de qualquer forma, um trabalho de organização.

O teórico identifica na memória uma ligação estreita com o sentimento de identidade, entendido como o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Na construção da identidade, Pollak (1992) sugere haver três elementos essenciais: a unidade física (fronteira do corpo ou do grupo social), a continuidade temporal (também no sentido moral e psicológico) e a coerência entre os elementos que formam o indivíduo. Conclui que

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos critérios de acessibilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (1992, p. 204)

Salienta, ainda, que memória e identidade são valores disputados em conflitos intergrupais, especialmente em contexto de oposição entre grupos políticos. A própria memória nacional se constitui em importante objeto de disputa na seleção dos acontecimentos na memória de um povo.

Quanto à memória política, Pollak (1992) introduz o conceito de *trabalho de enquadramento da memória* (1992, p. 206, grifos do autor), trabalho parcialmente realizado pelos historiadores; os historiadores orgânicos teriam a tarefa justamente de enquadrar a memória visando a formação de uma história nacional. A análise de enquadramento da memória pode ser feita em grupos socialmente solidificados (organizações políticas, sindicais, igrejas) e sobre a própria memória constituída, como forma de sua manutenção ou rearranjo da memória do próprio grupo.

A história oral, segundo o autor, teria sido usada inicialmente na pesquisa histórica em decorrência da dificuldade em explicar pontos de ruptura social em tendências de séries homogêneas, e seria um instrumento privilegiado para avaliar momentos de mudanças e transformações sociais. Por ser uma história do presente, a história de vida é muito contestada quanto às fontes e o problema de legitimidade da história contemporânea, cujos arquivos não são de todo conhecidos, o que impede o cruzamento de dados com outras fontes.

Identificando como problema, na concepção de memória coletiva de Halbwachs (1990), a necessária concordância e pontos de contato entre a memória do indivíduo e a dos outros para que ocorra a reconstrução de uma memória de base comum,

Pollak (1989) alinha-se à perspectiva construtivista que se contrapõe à análise dos fatos sociais como coisas. Essa abordagem analisa como e por quem os fatos sociais são solidificados e dotados de estabilidade, portanto, volta-se para os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias.

Na esteira dessa abordagem, Pollak (1989) entende que, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral atribui importância às “memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional” (1989, p. 3). Em oposição a Halbwachs, essa perspectiva “acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional” (1989, p. 3).

As memórias subterrâneas, operando seu trabalho de subversão sem serem percebidas, surgem em momentos de crise em expressões repentinas e exacerbadas. Esse fenômeno consiste na explosão de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos não expressos publicamente. Memórias concorrentes, a oficial e as subterrâneas, geram conflitos e competições. Quando as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações imprevisíveis se juntam a essa disputa, denunciando uma necessária revisão crítica do passado. Apesar de confinadas ao silêncio, essas lembranças são transmitidas oralmente de geração a geração e permanecem vivas; o silêncio sobre o passado é a resistência da sociedade civil impotente aos muitos discursos oficiais, esperando a redistribuição adequada das vertentes políticas e ideológicas para se revelarem. Não só ligadas a fenômenos de dominação política, as memórias subterrâneas estão frequentemente relacionadas a disputas entre grupos minoritários e sociedade hegemônica.

À memória nacional, cabem duas funções essenciais: manter a coesão e defender as fronteiras que um grupo tem em comum, ou seja, fornecer um quadro de referências. Pollak (1989) considera pertinente, por ser mais específico, o termo “memória enquadrada” (1989, p. 9) do que memória coletiva. O trabalho de enquadramento da memória de um grupo não pode ser arbitrário, deve atender a exigências de justificação na coordenação de condutas humanas; a história fornece o material desse trabalho que

reinterpreta incessantemente o passado em função do presente e do futuro. Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a

falsificação pura e simples do passado, na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. (1989, p. 10)

Está em jogo também o sentido da identidade individual e do grupo. A inevitável diversidade de testemunhos pode ser entendida como inautenticidade de todos os fatos relatados e o controle da memória se faz na escolha de testemunhas autorizadas.

Além da produção de discursos organizados em torno de fatos e personagens, os objetos materiais igualmente fazem parte do trabalho de enquadramento: monumentos, museus, bibliotecas, etc. Um trabalho importante para a permanência do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade, ainda que essa permanência não esteja totalmente assegurada.

Do presente, olhamos o passado e projetamos o futuro, afirma Barbosa (2019), para quem o “passado só existe como representação mental a partir do olhar individual daquele que o descortina (2029, p. 19); esse passado materializa-se nas recordações e é sempre reinterpretado por nós a partir do presente. Como conector essencial, a memória alimenta o passado e o torna presente. Para a autora, o presente se constitui pelo entrelaçamento das ações vividas e as rememorações do passado, e é vivido igualmente pela mesma humanidade que existe atravessando os séculos. A consciência de nossa humanidade e como ela se transforma na história é o que Barbosa (2019) define como historicidade, identificando regimes de historicidades próprios de cada momento e lugar. Distinguindo memória e história, marca a distinção de ambas em relação à noção de testemunho:

Assim, enquanto a memória diz respeito ao nível declaratório do testemunho, a história relaciona-se ao nível documental que atesta a verdade presumida como incontestável presente na epistemologia histórica como discurso verdadeiro sobre o passado. O documento caracteriza-se por sua indicialidade, enquanto o testemunho baseia-se no pressuposto da confiança outorgada a quem estava lá (2019, p. 21).

A partir da suposta fidelidade da memória em relação ao passado, a ela é atribuída a possibilidade de reconhecê-lo. Já a história, pautada em documentos – vestígios do passado -, tenta acessá-lo a partir da materialidade documental. “Assim, enquanto a história é regida pela epistemologia da verdade, a memória é regida pelo regime da crença em sua fidelidade ao passado” (2019, p. 21). O nível declaratório do

testemunho imprime a ele a ideia de arquivo para a história, válido e comum, inserido na história e não na memória, avalia Barbosa (2019).

A autora indica três dimensões essenciais da memória: “ela é sempre posicionada, é do presente e se estabelece na dialética entre lembrança e esquecimento” (2019, p. 21). Postula que o testemunho é capaz, ao mesmo tempo, de conduzir às coisas do passado e realizar a operação historiográfica: “parte de uma memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental” (2019, p. 22).

Em discussão que segue mesma linha, Sarlo (2007) afirma que o passado é sempre conflituoso e a ele se referem, em concorrência, a memória e a história. Indicando que, com o neo-historicismo, as operações com a história entraram no mercado simbólico do capitalismo, a autora observa que a mudança de perspectiva trouxe variação das fontes. A história oral (história de vida) passou a ser reconhecida pela disciplina acadêmica que passou também a considerar as fontes testemunhais orais legítimas e, por vezes, mais reveladoras. Histórias do passado apoiadas apenas em operações memorialistas se estenderam à esfera pública comunicacional e à política. Como procedimento narrativo, fala-se “do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também o futuro” (2007, p. 12).

A história de massas de impacto público escuta os sentidos do presente, atende às crenças de seu público, orienta-se em função delas e liga-se ao imaginário contemporâneo, recorrendo imprescindivelmente ao relato em reconstituições baseadas em fontes testemunhais.

Seus princípios simples reduplicam modos de percepção do social e não apresentam contradições com o senso comum de seus leitores, mas o sustentam e se sustentam nele. Ao contrário da boa história acadêmica, não oferecem um sistema de hipóteses, mas certezas. (2007, p. 15)

Considerando a dimensão simbólica da atual sociedade organizada pelo mercado, as histórias de grande circulação reconhecem em seu êxito sua legitimidade.

A introdução do sujeito comum - que seguia traçados sociais ao mesmo tempo que protagonizava negociações e transgressões - e a produção de histórias da vida cotidiana demandaram novas exigências de método pautadas nos discursos de

memória: diários, cartas, orações. Aos modos de subjetivação do narrado de meados do século XIX: primeira pessoa do relato e discurso indireto livre, juntaram-se as inovações acadêmicas e de mercado, que se propõem a “reconstituir a textura da vida e a verdade abrigadas na rememoração da experiência, a revalorização da primeira pessoa como ponto de vista e a reivindicação de uma dimensão subjetiva” (2007, p. 18). Juntos balizam, hoje, os estudos do passado e os estudos culturais do presente. A autora denomina de *guinada subjetiva* esse reordenamento conceitual e ideológico que se centraliza nos direitos e na verdade da subjetividade; como consequência, a história oral e o testemunho restauraram “a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada” (2007, p. 19). Sarlo quer examinar as razões dessa confiança.

Apoiada na observação de que vivemos numa época de forte subjetividade, Sarlo identifica que “as prerrogativas do testemunho se apoiam na visibilidade que ‘o pessoal’ adquiriu como lugar não simplesmente de intimidade, mas de manifestação pública” (2007, p. 20-21). Os privilégios do “eu” criam o problema de não se exercer sobre ele a mesma crítica que normalmente se exerce sobre outras fontes, especialmente quando ele é a única fonte. Salientando que não se trata de uma questão sobre a forma do discurso, mas de sua produção e das condições culturais e políticas que o tornam fidedignos, considera necessário avançar criticamente na análise do registro de experiência no qual se reconhece uma verdade originada do sujeito e uma fidelidade ao ocorrido sustentada pelo novo realismo.

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum*. A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepetível), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar. (2007, p. 24-25)

Sarlo afirma que, na atualidade caracterizada pela dimensão intensamente subjetiva, os direitos da primeira pessoa se apresentam, de um lado, como direitos reprimidos que devem se libertar, de outro, como instrumentos de verdade. O sujeito pode comunicar suas experiências, construir seu sentido e afirmar-se como tal. Se não é possível sustentar uma Verdade (grafia usada por Sarlo), surgem verdades

subjetivas que dizem saber o que se considerava oculto pela ideologia ou por processos internos complexos. Essa contradição teórica que admite, ao mesmo tempo, a indizibilidade de uma Verdade e a verdade identitária dos relatos de experiência é vista por Sarlo como um problema para a garantia da memória e da primeira pessoa como captação de um sentido da experiência.

Sarlo contesta ainda a ideia de proximidade entre experiência e relato como representação verdadeira aludindo ao pensamento de Hannah Arendt sobre a exterioridade da imaginação em relação ao seu relato: a experiência sem imaginação perderia sua dizibilidade e se perderia no emaranhado de vivências e hábitos repetidos; para dar sentido à experiência é necessário que a imaginação cumpra seu trabalho de exteriorização e distanciamento e se torne reflexiva. O valor de verdade do testemunho pretende se sustentar no imediatismo da experiência e no seu poder de reparar o dano sofrido, mas é preciso “problematizar a extensão dessa hegemonia moral, sustentada pelo dever de ressarcimento, feito sobretudo de memória” (2007, p. 43). A ausência da possibilidade de discussão e de confrontação crítica dessa memória seriam traços de uma tendência de imposição de uma visão do passado. Como ressalta Sarlo

Não há equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade da lembrança; tampouco o dever de memória obriga a aceitar essa equivalência. Ao contrário, grandes linhas do pensamento do século XX se permitiram desconfiar de um discurso da memória exercido como construção da verdade do sujeito. (2007, p. 44).

Sarlo observa que, em situações excepcionais como crimes de guerra e crimes decorrentes da ditadura, os discursos testemunhais, no âmbito judicial e nos meios de comunicação, não foram recebidos com desconfiança na reconstrução dos fatos do passado e demonstraram ser indispensáveis à restauração de uma esfera pública de direitos. Nesses casos, a memória é um bem comum e uma necessidade jurídica, moral e política, e torna-se difícil estabelecer uma perspectiva para examinar criticamente a narração das vítimas, já que o núcleo de sua verdade é inquestionável e sua narrativa deve ser protegida da desconfiança e da crítica. No entanto, a autora entende que esses relatos não deveriam ficar “confinados numa cristalização inabordável” (2007, p. p. 47), pois discursos paralelos a esses que com eles mantém estreita relação não são igualmente protegidos. Considera a exigência de um estatuto de verdade mais alta do que o de outras fontes uma confiança ingênua na primeira

pessoa e na lembrança do vivido; e uma caracterização também ingênua da experiência.

Sarlo se sustenta na observação de Halbwachs, de que “o passado se distorce para introduzir-se coerência” (2007, p. 49), e na noção de Ricoeur, de que a narrativa está “apoiada num efeito de ‘coesão’ que provém da coesão atribuída a uma vida e ao sujeito que a enuncia como sua” (2007, p. 49-50), para indicar que o discurso da memória e as narrações em primeira pessoa buscam bloquear os sentidos que escapam, articulam-se contra o esquecimento e perseguem um significado que unifique a interpretação. O discurso da memória na forma de testemunho almeja a autodefesa, quer persuadir o interlocutor presente, marcar posição futura e reparar a subjetividade; a acumulação de detalhes no relato procura favorecer a credibilidade do narrador e a veracidade de sua narração.

As narrações testemunhais adequam-se bem ao presente, pois a atualidade (política, social, cultural, biográfica) é que possibilita seu surgimento e sua difusão; são compostas, segundo Sarlo,

daquilo que um sujeito se permite ou pode lembrar, daquilo que ele esquece, cala intencionalmente, modifica, inventa, transfere de um tom ou gênero a outro, daquilo que seus instrumentos culturais lhe permitem captar do passado, que suas ideias atuais lhe indicam que deve ser enfatizado em função de uma ação política ou moral no presente, daquilo que ele utiliza como dispositivo retórico para argumentar, atacar ou defender-se, daquilo que conhece por experiência e pelos meios de comunicação, e que se confunde, depois de um tempo, com sua experiência etc. etc. (2007, p. 59)

E qualquer relato de experiência é interpretável.

Sarlo questiona ainda quanto do teor ideológico da vida política na subjetividade de uma época subsiste nas subjetividades das narrações em primeira pessoa. Afirmar que os discursos da memória, tão impregnados de ideologias como os da história, ao contrário destes, não se submetem a um controle na esfera pública fora da subjetividade: a qual invocam como garantia de seus privilégios. Esses discursos, postulando imaginária autenticidade testemunhal (eu vi o que aconteceu ou fiquei sabendo com meu amigo ou irmão o que aconteceu), colocam-se numa “espécie de limbo interpretativo” (2007, p. 68). Questiona a autoridade imperativa do testemunho e seu caráter intratável. Considera toda narração do passado como *vicária*, pois é “algo dito *no lugar* de um fato (2007, p. 93, grifos da autora).

Concluindo, Sarlo (2007) identifica que não é possível prescindir do testemunho como registro, porém, não se pode deixar de problematizar o natural estatuto de Verdade dessa experiência já que a própria ideia de Verdade é um problema.

Artières (1998) observa que, desde o fim do século XVIII, houve uma intensa valorização da escrita pessoal, uma escrita de si, nas sociedades ocidentais. Os escritos autobiográficos progressivamente se estenderam sobre a vida cotidiana e “para existir é preciso inscrever-se: inscrever-se nos registros civis, nas fichas médicas, escolares, bancárias” (1998, p. 12). A exigência do arquivamento de si configura-se como forma de o indivíduo ter sua identidade reconhecida e produzir lembranças, recordar, tirar lições do passado e preparar o futuro. Os arquivos de vida almejam perpetuar uma identidade, como o trabalho dos memorialistas, e “o dever de arquivar nossas vidas é onipresente em nossa sociedade (1998, p. 18).

Por intermédio das práticas de arquivamento de nossas vidas, construímos uma imagem para nós mesmos e para os outros. Como alerta Artières,

Mas não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens. [...] Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento, não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas. (1998, p.11)

O estudioso reconhece na prática de arquivamento do eu uma intenção autobiográfica, geradora de um movimento de subjetivação que é responsável pelas escolhas feitas. Contrapondo à imagem social a imagem íntima de si mesmo, é uma prática de construção pessoal e de resistência. O relato, nela inscrito, permite ao indivíduo formar para si uma identidade.

Artières (1998) identifica dois traços comuns às práticas de arquivamento. O primeiro é o desejo de distanciar-se de si próprio, abdicando de um discurso pessoal para adotar uma declaração generalizante que imprima tom de exemplaridade à sua história; o segundo, é querer testemunhar. O enunciador abandona o relato retrospectivo e adota o tempo presente para interpelar diretamente o leitor, adequando os fatos lembrados à coerência da existência real.

Delineando os objetivos individuais de tal prática, o autor insiste que

O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo. (1998, p. 31)

Como ressalta o autor, esse processo de subjetivação é uma prática incessante, sempre refazemos nossos arquivos impulsionados por nossas intenções que mudam em função de fatores pessoais e externos: as condições de produção do arquivo e seu destinatário, respectivamente.

Esses fatores estão implicados na complexa rede de fenômenos culturais e comunicacionais que formam os sujeitos sociais dos quais nos aproximamos até aqui. Na sequência, abordamos alguns desses fenômenos com maior profundidade.

1.2.3 Fenômenos observados nos estudos comunicacionais

1.2.3.1 Texto cultural: Mito do herói e compartilhamento simbólico

Mitos são enunciados simbólicos fundadores da condição humana e estão presentes em toda a sua historicidade. A mitologia, que organiza essas narrativas sobre a experiência humana, apresenta temas fundamentais; dentre eles, está o mito do herói, contado e recontado em diferentes culturas e épocas. Campbell (1992) constatou a existência de uma estrutura básica comum às narrativas míticas de todas as culturas: o herói desperta da banalidade do cotidiano de homem comum e vivencia eventos trágicos e extraordinários que o transformam, alcançando formas humanas aperfeiçoadas. Entre os deuses e o homem comum, está o herói, ressignificado no tempo.

Na cultura ocidental, o grego Aquiles foi o primeiro grande herói; no final da Idade Média, observamos os heróis dos romances de cavalaria e os santos cristãos; às vésperas do século XX, os caubóis da mitologia estadunidense iniciam a inserção cinematográfica do herói e, no decorrer do século, esses e outros personagens

heroicos povoam o imaginário cultural; no século XXI, as séries “Star Wars”, “Senhor dos Anéis” e “Harry Potter” reinventam as narrativas de aventura e seus heróis ultrapassam o Ocidente.

Materializado em personagens que performam aspirações coletivas por justiça e igualdade social em diferentes povos e épocas, o mito do herói se atualiza, compartilhado na memória social das gerações e nos textos culturais que a abastecem.

Para a semiótica da cultura, textos são complexos de signos com sentido, vinculados por códigos terciários (códigos culturais); cumprem, para além da função comunicativa de informar, uma função estética (emotiva e expressiva) e funções sociais, exercendo sempre mais de uma função, não raro simultaneamente. Bystrina (2009) situa, no centro da cultura humana, os textos criativos e imaginativos, que respondem predominantemente pela sobrevivência psíquica do homem, e destaca a intencionalidade consciente e inconsciente de produtores e receptores como formadora do signo que comporta informações sobre o que representa e sobre si próprio. Nesse sentido, concebe a cultura como conjunto sincrônico dos textos imaginativos e criativos, sendo condicionada essencialmente pelo inconsciente, e o mito como um texto criativo e imaginativo, um texto da cultura.

Nos textos culturais, Bystrina (2009) identificou uma estrutura básica dos códigos terciários pautada em experiências e hipóteses, de caráter binário, como no mundo físico, sendo “vida-morte” (2009, p. 8) a oposição mais importante, a partir da qual se desenvolveu toda a estrutura dos códigos culturais. Esse binarismo - valorado polar e assimetricamente: polo positivo: menos/ polo negativo: mais – apresenta-se como necessidade humana para tomada de decisão e execução da ação e é imprescindível na demarcação de conceitos, ideias ou objetos. Os textos culturais, transportados e adquiridos por meio da tradição, possibilitam a eliminação das oposições binárias, operando soluções de identificação, supressão da negação ou inversão dos polos opostos.

Na cultura, o teórico verifica as mesmas e típicas estruturas de motivos presentes nas fantasias, nos sonhos e nos delírios que alimentam os arquétipos - imagens de origem mitológica compartilhadas no inconsciente coletivo. Essas

estruturas arcaicas psíquicas de toda a humanidade chegam a todos os homens de todas as culturas em todos os tempos.

Em entrevista a Bill Moyers, o mitólogo norte-americano Joseph Campbell (1990) afirma:

Dizem que o que todos procuramos é um sentido para a vida. Não penso que seja assim. Penso que o que estamos procurando é uma experiência de estar vivos, de modo que nossas experiências de vida, no plano puramente físico, tenham ressonância no interior de nosso ser e de nossa realidade mais íntimos, de modo que realmente sintamos o enlevo de estar vivos. É disso que se trata, afinal, e é o que essas pistas nos ajudam a procurar, dentro de nós mesmos. [...] Mitos são pistas para as potencialidades espirituais da vida humana. (1990, p.17)

Nesse sentido, argumenta ser o mito o que nos faz perceber a relevância do que acontece em nossa vida. Aponta o fato de não estarmos atentos com a vida interior, e nem com a grandiosa herança humana que recebemos da tradição; indica que, com a supressão das literaturas grega e latina e da Bíblia na educação contemporânea, “toda a tradição de informação mitológica do Ocidente se perdeu” (1990, p.14-15) e, com isso, perdemos a capacidade de dar perspectiva ao que nos acontece. Não há nada que substitua o que foi perdido. Segundo o autor, essa informação antiga abarca temas

que sempre deram sustentação à vida humana, que construíram civilizações e enformaram religiões através dos séculos, têm a ver com os profundos problemas interiores, com os profundos mistérios, com os profundos limiares da travessia, e se você não souber o que dizem os sinais ao longo do caminho, terá de produzi-los por sua conta. (1990, p.15)

Os sinais de que fala Campbell (1990) são os mitos, “pistas para as potencialidades espirituais da vida humana” (1990, p. 17), busca por experiência de vida. Os mitos nos encaminham ao interior do nosso ser e nos tornam capazes de captar a mensagem dos símbolos; colocando nossa mente em contato com a experiência de estarmos vivos, revela-nos o que essa experiência é.

Campbell (1990) identifica, como tema principal da mitologia clássica, a mortalidade - causa de todo sofrimento humano e condição da vida – e como função social dos ritos, a de operar com temas mitológicos originados da necessidade humana. Ressalta seu poder agregador, unindo membros de uma sociedade que partilham símbolos por meio de eventos singulares e significativos.

Centrando seu trabalho na busca pelo “caráter comum dos temas nos mitos do mundo” (CAMPBELL, 1990, p. 10) como exigência de centralização de princípios profundos na psique humana, o teórico postula que a mitologia começou quando “nossos primeiros ancestrais contaram histórias uns aos outros, a respeito dos animais que eles matavam para comer, e a respeito do mundo sobrenatural, para onde os animais pareciam ir quando morriam” (1990, p. 10). Acreditando em um ser invisível – o “senhor dos animais” (1990, p.10), que exercia o poder de vida ou morte sobre os humanos –, julgavam que deveriam mandar de volta os animais para novos sacrifícios ou morreriam de inanição. Assim, a caça tornou-se um ritual de sacrifício e ambos, caçador e animal, tomavam parte em um círculo “místico, atemporal” (1990, p. 11) de morte, sepultamento e ressurreição. A representação desse ritual nas pinturas e literatura oral deu “forma ao impulso que passou a se chamar religião” (1990, p. 11). Quando esses indivíduos primitivos passaram da caça ao plantio, as histórias para explicar os mistérios da vida também mudaram, e “a semente se tornou o símbolo mágico do ciclo infinito” (1990, p.11). A planta morria, era enterrada e sua semente renascia. Esse símbolo foi incorporado pelas grandes religiões do mundo, “como a revelação da verdade eterna”: “a vida provém da morte” ou “A bem-aventurança provém do sacrifício” (1990, p. 11).

Observando os numerosos rituais de tribos primitivas ou das grandes civilizações antigas, Campbell (1992) verifica que seu objetivo e efeito real era “mobilizar as pessoas para ultrapassarem difíceis limiares de transformação” (1992, p.8), mudando padrões da vida consciente e inconsciente. Portanto, a função primária da mitologia e dos rituais seria disponibilizar os símbolos para o espírito humano avançar e resistir às fantasias humanas que o fazem regredir.

Para o mitólogo, esta é a trajetória do herói que confia em sua intuição, em seu verdadeiro ser e que “simboliza nossa capacidade de controlar o selvagem irracional dentro de nós” (1990, p.8). Uma jornada não como ato de coragem, mas sim de vivência em termos de descoberta, cujo final leva não ao engrandecimento de si, mas à conquista da sabedoria e do poder para servir aos demais e redimir a sociedade.

Como primeira tarefa do herói, Campbell (1992) identifica sua retirada da vida comum, mundana, e o início de “uma jornada pelas regiões causais da psique” (1992, p. 11) nas quais se encontram as dificuldades – “os demônios infantis de sua cultura local” (1992, p. 11) – com o intuito de entendê-las, destruí-las e entrar “no domínio da

experiência e da assimilação, diretas e sem distorções” (1992, p. 11), alcançando formas humanas aperfeiçoadas. O herói, homem ou mulher que venceu suas limitações históricas pessoais, renasce como homem eterno e universal e sua segunda tarefa é retornar, transformado, ao seu meio social e “ensinar a lição de vida renovada que aprendeu” (1992, p. 12).

A Jornada do herói, elaborada por Campbell em *O herói de mil faces* (1992), a partir da verificação da existência de uma estrutura básica comum às narrativas míticas em todas as culturas, é descrita na Parte I do livro: A aventura do herói, em três capítulos: I. A partida (5 itens); II. A iniciação (6 itens); III. O retorno (6 itens).

Martínez (2004), expondo um “novo modelo de construção de histórias de vida para comunicadores sociais” (2004, p.1), ressalta a importância dos relatos para atender ao impulso básico dos seres humanos de ouvir histórias e propõe um método de narrar, em 12 etapas, que combina três estruturas: *i)* a estrutura de Campbell, com os elementos bases do padrão arquetípico do herói ; *ii)* a estrutura de Christopher Vogler, que faz adaptações à de Campbell direcionadas para o cinema; *iii)* a estrutura de Edvaldo Pereira Lima que visa a funcionalidade jornalística na construção de histórias de vida.

A estrutura proposta por Martínez⁵ (2004) compreende: como Primeira etapa, o “Cotidiano” - “o universo do protagonista revelando conflitos que serão evidenciados na narrativa” (2004, p. 5); como Segunda etapa, o “Chamado à aventura” - “situação que rompe com o cotidiano do herói” (2004, p. 5); como Terceira etapa, a “Recusa do Chamado” – o herói “reluta em ingressar na aventura. O mentor orienta sobre os perigos e desafios da jornada” (2004, p. 5); como Quarta etapa, a “Travessia do Primeiro Limiar” - “no limite entre o mundo conhecido e o desconhecido, ter convicção de que o passo a seguir é o melhor possível. Os Guardiões do Limiar advertem a não ir além dos limites aceitos pela sociedade” (2004, p. 5); como Quinta etapa, “Testes, aliados, inimigos” - “tempo de crises, porém de oportunidades de crescimento. Os coatores são presença marcante” (2004, p. 5); como Sexta etapa, a “Caverna Profunda” - “o protagonista se aproxima do momento mais crítico da partida, no qual ocorre intenso processo de internalização” (2004, p. 5); como Sétima etapa, a

⁵ Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/errata2003/jornada_heroi.pdf. Acesso em: 10 maio, 2025.

“Provação Suprema” - “acontecimento central da narrativa, no qual o herói enfrenta seus maiores medos e vivencia o abandono de porções obsoletas da personalidade” (2004, p. 6); como Oitava etapa, o “Encontro com a Deusa” - “assimilação dos atributos do sexo oposto, contato com os arquetípicos do masculino e feminino” (2004, p. 6); como Nona etapa, a “Recompensa” - “o objetivo é alcançado. O protagonista, transformado, tem maior consciência da sua realidade externa e interna” (2004, p. 6); como Décima etapa, o “Caminho de volta” - “o herói transmite o conhecimento adquirido à comunidade” (2004, p. 6); como Décima primeira etapa, a “Ressurreição” - “clímax da história, ocorre o último e mais perigoso encontro com a morte, catarse” (2004, p. 6); como Décima segunda etapa, o “Retorno com Elixir” - “após a experiência, ocorre a reentrada no mundo cotidiano” (2004, p. 6).

A narrativa mítica do herói, como texto cultural que chega a todos os indivíduos, de todas as culturas, em todos os tempos, transmitida pelos símbolos culturais e memória social, está presente no imaginário coletivo e determina percepções de mundo.

Silva (2012) define a percepção humana como um processo fundado “nos sentidos do corpo”, mas que se constitui a partir das possibilidades de “aprender a perceber” (2012, p. 86). Dessa forma, determinada pela cultura, a realidade do mundo é construída por meio da interação entre os sentidos biológicos disponíveis e os símbolos apreendidos na memória do indivíduo histórico desde tempos imemoriais. O símbolo é, portanto, “a interface entre o indivíduo e o mundo” (2012, p. 87).

Em sua argumentação, Silva (2012) adota a contribuição teórica de Pross (1980) para quem as relações entre sujeito e o mundo, mediadas por signos, se alteram com o tempo dada a transformação por que passa o indivíduo, o mundo ou mesmo os próprios signos que vinculam objeto e sujeito. No entanto, Pross identifica a existência de “sistemas de signos relativamente constantes” (2012, p. 87): “as experiências realizadas na primeira infância sobre a própria corporeidade e sua relação com outra materialidade que não pertence ao organismo do recém-nascido” (2012, p. 87). Define tais experiências como as fundantes “experiências pré-predicativas” (2012, p. 88) nas quais se constroem a linguagem e o pensamento abstrato e, assim, “toda a simbolização inerente ao desenvolvimento humano e, sobretudo, aos processos comunicacionais” (2012, p. 88). Concebe o corpo como primeira mídia, no qual se assenta o reconhecimento do símbolo, lugar onde começa

e ao qual retorna toda a comunicação humana. Predeterminam o comportamento simbólico, segundo o teórico, experiências espaciais e temporais - como a “da distância”, “do interior e exterior”, “da aquisição da vertical”, “da saciedade e carência” (2012, p. 88-89) – que são idênticas para todos os seres humanos e dotam as sensações de significados, convertendo-as em percepções que constituem em “grande parte o fator subjetivo” (2012, p. 91), único capaz de construir conhecimento.

Acerca do espaço simbólico, Silva (2012) entende que a constituição da vertical atua como “métrica da percepção e decifração do mundo” (2012, p. 95) pelo homem; aponta a presença dos valores intrínsecos à vertical em toda a comunicação e, com Cassirer (2004), afirma ser essa constituição o fundamento da “forma simbólica na linguagem” (2012, p. 97), servindo de base para a percepção de “oposições antitéticas presentes nas formações linguístico-intelectuais” (2012, p. 97). Segundo Silva (2012), nas binariedades espaciais e conceituais, ocorre a presença simultânea dos valores conceituais positivos e negativos; simbolicamente, o valor positivo se associa ao que está acima e o valor negativo ao que está abaixo de uma referência inicial e esse binômio se realiza em diversas outras manifestações de mesmo tipo, formando uma “conjunção de símbolos (texto)” (2012, p. 101) interrelacionados. Na cultura, como exemplo desse processo no plano abstrato, estão as narrativas mitológicas.

Para Silva (2012), os papéis de emissor e receptor estão vinculados à valorização positiva e negativa presente na vertical e determinam padrões de dominação simbólica no contexto comunicacional. Dado que a realidade somente é acessada por meio de signos, é possível, como aponta Pross (1980, p. 75), a “direção dos homens por parte de outros homens, com a ajuda dos signos”. Os processos comunicacionais, assim, constituem-se de indivíduos que estabelecem vínculos transpassados pelos símbolos culturais, ocupam posições alternadas de emissão e recepção e têm em comum a constituição biológica e as experiências pré-predicativas, acessando, a partir disso, todo o arcabouço simbólico constituído na rede de vínculos: os textos culturais (BYSTRINA, 1995).

Silva (2012, 2013) considera a experiência corporal (espacial) como base do processo de vinculação e o vínculo como “compartilhamento simbólico unificador entre os sujeitos da comunicação” (2012, p. 35), sendo esta “um ambiente em permanente construção por seus participantes, todos exercendo múltiplas funções concomitantes e, portanto, saturado de indeterminação” (2013, p. 2).

Apontando a complexidade do processo comunicacional, Silva (2013) alinha-se a Baitello Jr. (2008) no entendimento de que a meta desse processo não é a informação e, sim, estabelecer e manter vínculos, sendo o amor a matéria-prima que o forma. Nesse sentido, no processo de comunicar, estabelece-se um “compartilhamento simbólico por meio de vínculos cujas características fundamentais são a dialogicidade e o pertencimento a um ambiente comum (...), a construção paulatina, a perenidade e a profundidade (...)” (2013, p. 5-6).

É nesse complexo processo comunicacional que se constrói, no imaginário social, a condição de celebridade do indivíduo, ancorada em sua figura de herói e nos vínculos estabelecidos. Condição constituída e disseminada por lógicas de visibilidade contemporâneas e pelo espaço midiático.

1.2.3.2 Regimes de visibilidade e construção de capital simbólico

Desde a modernidade, os regimes de visibilidade no Ocidente apresentam transformações e continuidades (CAMPANELLA, 2023) que implicam importantes questões a respeito da subjetividade moderna e dos processos de sociabilidade. Mídias tradicionais e mídias sociais utilizam diferentes lógicas de autorrepresentação e de sociabilidade; no entanto, o objetivo fundamental é comum a ambas: atribuir reconhecimento e visibilidade ao indivíduo na sociedade em que está inserido.

Após transformações de longo prazo, chegamos à era das mídias sociais que estabelecem novos regimes de visibilidade e modelam padrões de interação social; as celebridades povoam o espaço midiático e o imaginário⁶ social. Estudos no campo da comunicação abordam a temática da celebridade em nossa época, procurando sua especificidade na diversidade de atores identificados como celebridades.

França (2014), sobre o conceito de celebridade, propõe a distinção de termos que integram o mesmo espectro, mas que acentuam um aspecto semântico especial: figuras públicas; famosos; ídolos; celebridades. A qualificação de figura pública se destinaria às “pessoas que ocupam cargos ou posições que dizem respeito à vida

⁶ Imaginário entendido aqui a partir do conceito de Noosfera, de Morin, que engloba toda a produção simbólica da cultura.

coletiva de uma sociedade [...], necessitando dar transparência às suas ações e delas prestar contas à coletividade” (2014, p. 16-17); o termo famoso se relacionaria com a “extensão e repercussão de um acontecimento, objeto ou pessoa”, destinando-se a “autores de feitos grandiosos” (2014, p. 17); a qualidade de ídolo seria dada às pessoas que são “mais do que admiradas e conhecidas, consagradas; se tornam ícones, no sentido forte, daquilo que representam” (2014, p. 18) e são cultuadas. Observa a autora que os termos não são excludentes e que uma pessoa pode incorporar as três qualificações, cumulativa e simultaneamente. Condensando o significado dos termos anteriores, o conceito de celebridade engloba “conhecimento, reconhecimento e culto” e se destina a alguém “reconhecido por aquilo que é ou faz, cultuado enquanto uma certa excepcionalidade digna de admiração e reverência” (2014, p.19).

Para explicar o processo de construção da celebridade, França (2014) retoma as três fontes ou origens apontadas por Rojek (2008) - conferida, adquirida, atribuída - e as articula em uma “fórmula ideal: ocupar lugar de destaque; ter bom desempenho; ganhar visibilidade” (2014, p. 23). A autora defende que nenhuma condição isolada é suficiente para fazer de alguém uma celebridade e aponta para a complexidade do fenômeno que abriga “um leque diversificado de fatores atuando em conjunto para explicar o porquê da posição de destaque conquistada por algumas pessoas, em certos momentos” (2014, p. 24).

Para além dos aspectos centrados em indivíduos: destaque, desempenho e visibilidade (exposição midiática), França (2014) ressalta a dimensão social do processo de construção da celebridade para explicar por que certos lugares, qualidades e desempenho geram visibilidade e adesão em determinado momento, mas não sempre, e o que lhes confere força ou os neutraliza. Para isso, recorre a Geertz (2000) que trata do conceito de carisma como fenômeno interacional e não psicológico, relacionando o valor simbólico de um indivíduo à sua proximidade e conexão com a ordem social: instituições, ideias dominantes e questões importantes. Nesse sentido, afirma França que

O quadro de valores de uma determinada sociedade, a rede de poder, a correlação de forças num dado contexto em que tais e tais indivíduos aparecem na cena pública constituem a moldura de fundo – e talvez definitiva – da dinâmica que vai convertê-los (ou não) em celebridade. [...] O que nos leva a concluir: as celebridades ostentam aquilo que uma determinada sociedade, num determinado momento, valoriza. (2014, p. 25)

Analisando teorias sobre o fascínio das celebridades e a necessidade de sua criação, França identifica diferentes vertentes. Há as que explicam o fenômeno a partir do consumo: *i)* da lógica da dominação (consumo e alienação), substituindo as autoridades do passado, legitimadas em processos efetivos, por personalidades de aparência; *ii)* da lógica da satisfação e do desejo, como necessidades do corpo social (celebração, emoção e prazer), considerando o célebre “pretexto para associações, [...] o vértice de novas sociabilidades” (2014, p. 27); *iii)* de um processo de seleção e escolha do consumidor, ou cidadão, que faz experiências estéticas.

Em outra vertente, estudo de Morin (1989) ressalta a natureza divina e humana dos astros hollywoodianos - que atende, respectivamente, às necessidades de projeção dos indivíduos comuns e de identificação com as fragilidades dos ídolos - a partir dos conceitos psicanalíticos de projeção e identificação.

Excedendo à dimensão de psiquismo individual de Morin, outra vertente aciona os conceitos de identidade e diferença nos quais o célebre, ao mesmo tempo, se assemelha a nós e nos ultrapassa. Pelo viés da identidade, representa o universal, está inscrito no “quadro antropológico da cultura, e cumpre a função de estabilidade e segurança que os elos e referenciais culturais devem atender” (FRANÇA, 2014, p. 28). Pelo viés da diferença, a celebridade é o “outro que ameaça e completa”; “o outro que institui a ética na vida social” (FRANÇA, 2014, p. 28). Assim, postula França, o fenômeno do surgimento das celebridades se inscreve nos campos da cultura e da ética e sua compreensão requer análise histórica e social.

Na dimensão social do processo de construção da celebridade, a representação e a autorrepresentação são fenômenos interacionais pautados no valor simbólico do indivíduo.

Campanella (2023) observa na autorrepresentação possibilidade para conquistar a empatia do público, construir uma identidade simbólica valorizada por adeptos e admiradores e atribuir ao indivíduo uma originalidade diferenciada. Postula que o ideal de autenticidade é uma característica distintiva da modernidade e que a “demanda de ser autêntico consigo mesmo e, simultaneamente, aderir a certos modos de conduta, para, com isso, ser valorizado, representa um dilema permanente na

cultura midiática contemporânea” (2023, p. 7). Aborda tal dilema a partir da oposição entre civilização e cultura proposta por Elias (2011) e resume:

pode-se dizer que a ideia de *civilité *, teve, em suas origens, a ver com visibilidade, racionalidade, controle e, de certo modo, o comum; enquanto *Kultur* estava ligada às emo  es, orienta  o interior, experiência e singularidade individual. (2023, p. 8)

Argumenta Campanella (2023) que a contradi  o expressa por tal dicotomia dificulta a busca dos indivíduos por reconhecimento nas m  dias sociais, principalmente sobre como melhor construir uma autoimagem valorizada e dotada de originalidade especial.

Distingue duas ideias relacionadas aos regimes de visibilidade do eu: “a representa  o do eu” e “a autorrepresenta  o” (2023, p. 11). Na primeira, o indivíduo administra as impressões que produz nos outros em diversos contextos sociais, almejando credibilidade e aceita  o de sua aparência e atitude; na segunda, há o a  onamento e circula  o de formas simbólicas e a ênfase na experiência vivida pelo eu individual. A m  dia tradicional não se estruturaria a partir da autorrepresenta  o, diferentemente das m  dias sociais nas quais exerce papel central.

Bruno (2013) identifica “dois importantes vetores do regime de visibilidade moderno, com implica  es fundamentais para a subjetividade: a disciplina e o espetáculo” (2013, p. 53). Na contemporaneidade, esses vetores, renovados e interseccionados, originam novas estratégias do ver e ser visto: *i)* a subjetividade exteriorizada se sobrepõe    subjetividade interiorizada e há mudanças no “estatuto do olhar do outro” (2013, p. 56), reconfigurando as fronteiras entre público e privado; *ii)* “o indivíduo comum permanece no foco da visibilidade” (2013, p.65) não mais no âmbito da máquina disciplinar, mas no âmbito das tecnologias comunicacionais. Para a autora, o sujeito contemporâneo    o sujeito cindido e a conflitualidade    o núcleo normativo de seu modo de vida. O espaço interior da vida privada se individualiza e se complexifica:   , ao mesmo tempo, lugar de preparo para enfrentar o olhar público e lugar de refúgio do indivíduo. Nesse contexto, os meios de comunica  o tornam-se espaços privilegiados de exposi  o do privado e consolidam-se como “instâncias de legitima  o social do ótimo [...] num mundo onde    preciso ser visto para existir” (2013, p. 80).

Campanella (2023) debruça-se sobre as transformações em regimes de visibilidade no Ocidente desde o início da Modernidade, com alterações nos modelos de comportamento e emoções, e observa também a crescente necessidade de o indivíduo ser reconhecido no contexto das mídias sociais. Entende que as dificuldades enfrentadas pelo indivíduo atualizam questões centrais da subjetividade moderna e que “a popularização de plataformas digitais e suas lógicas nas práticas de autorrepresentação e sociabilidade vem acelerando processos de esvaziamento social” (2023, p. 2). Raposo (2020), tratando da centralidade da comunicação para que organizações e indivíduos sejam notados e referenciados, destaca a exposição de todos em mídias sociais como a era da hipervisibilidade, na qual são rompidas as tradicionais fronteiras de espaço e tempo e onde tudo está visível o tempo todo e para todos.

Sobre tal processo, Sibilia (2015) alinha-se a David Riesman (1995) para quem o consumismo e os meios de comunicação de massa articularam mudanças significativas na sociabilidade e formas de autoconstrução do indivíduo ocidental, deslocando o eixo edificador do ser: de dentro de si mesmo (essência interiorizada) para fora ou para os outros (efeitos que se consegue provocar nos outros). A autora propõe que, com a “transição do caráter interiorizado para a personalidade sempre exposta ao olhar alheio” (2015, p. 356), o desempenho visível e a imagem pessoal se consolidaram como valores primordiais, alavancando o “desenvolvimento de certas habilidades de autopromoção nos indivíduos” (2015, p. 357). Nesse cenário, cada um é aquilo que mostra de si mesmo, é preciso performar o tempo todo, e as aparências, vetor valorizado, constituem-se como tudo o que existe. Um cenário no qual o indivíduo contemporâneo atua para construir reconhecimento e influência.

Karhawi (2017), estudando influenciadores digitais, afirma que a influência e legitimidade reconhecida em determinado campo “não é fato dado, mas construído” (2017, p. 55) e a capacidade de influenciar presume algum tipo de distinção do indivíduo no grupo. Em sua análise, retoma as discussões e noções de capital de Bourdieu (1997) em suas três formas fundamentais – capital econômico (âmbito do dinheiro e dos direitos de propriedade), capital cultural (âmbito das qualificações educacionais) e capital social (âmbito das conexões sociais). Deste último, destaca a definição de Bourdieu:

O *capital social* é o “[...] agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuos - ou seja, de pertencimento a um grupo. (Karhawi (tradução), 2017, p. 55 *apud* Bourdieu, 1997, p. 51)

apontando que o acúmulo de capital social atribui “crédito, uma ‘credencial’ em determinado campo ou grupo” (2017, p. 56), e que

A quantidade de capital social que um sujeito acumula é diretamente proporcional ao tamanho das redes de conexão que ele consegue mobilizar (Bourdieu, 1997). Essa rede de relacionamentos é produto de estratégias, “[...] individuais ou coletivas, consciente ou inconscientemente destinadas a estabelecer ou reproduzir relações sociais que podem ser úteis a longo ou curto prazo” (Bourdieu, 1997, p. 52, tradução nossa). Esse processo de aquisição de capital social é ininterrupto uma vez que o reconhecimento deve ser continuamente reafirmado. (2017, p. 56)

Além disso, como afirma Karhawi (2017), “não é possível ser detentor do capital social já que este “[...] não está nos sujeitos, mas nas relações entre as pessoas” (2017, p. 56 *apud* Recuero, 2014, p. 49). O processo de aquisição de capital social é, portanto, ininterrupto, precisa ser reafirmado e dimensiona-se nas redes de relacionamento do sujeito. O capital social não é um atributo do sujeito e sim das conexões sociais que ele estabelece e mobiliza.

Ainda sobre a noção de capital, trabalhada por diferentes autores, Karhawi (2017) apresenta a exposição de Pedroni (2015) que inclui uma quarta forma de capital proposta posteriormente por Bourdieu, o capital simbólico, produto da inter-relação entre as três formas anteriores: capital econômico, capital cultural e capital social, indicando que

a interação entre essas três diferentes formas de capital produz um tipo de meta-capital, um quarto capital que Bourdieu chamou de ‘capital simbólico’; ele consiste na percepção e legitimação dos outros diferentes capitais. Além de ser uma garantia de poder, prestígio e distinção para aqueles que o detêm. (Karhawi (tradução), 2017, p. 57 *apud* Pedroni, 2015, p. 190)

Sobre o “capital simbólico”, Campos e Lima (2018) observam que, ao longo da obra de Bourdieu, para além da definição de campo como conjunto articulado resultante de uma distribuição,

um aspecto fundamental vai ganhando a frente das reflexões: a visão do “campo” como “campo de lutas”. Nesse sentido, consideramos ainda que, corolariamente, a concepção de “capital simbólico” (que é de outra ordem, não a mesma das outras formas do capital, visto que ele é da ordem do

“reconhecimento”) também vai ganhando peso em seu sistema explicativo. (2018, p.113 -114)

Na análise que realizam, afirmam que

O que nos interessa, particularmente, é a vinculação explícita que Bourdieu (1987) faz do termo “grupo” ao “poder simbólico” e ao “capital simbólico”, afirmando que o “poder de fazer grupos” (p. 164) é a forma mais elaborada, por excelência, do “poder simbólico” que, por sua vez, está baseado em duas condições. A primeira delas é que o poder simbólico é fundado na posse de um capital simbólico. O “capital simbólico” é, na verdade, um efeito da distribuição das outras formas de capital em termos de reconhecimento ou de valor social, é “poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento” (BOURDIEU, 1987, p. 164). A segunda condição é que a eficácia simbólica depende do tanto que uma visão defendida (um crédito, um reconhecimento, um valor) está, de fato amparada na realidade; o “capital simbólico” é tanto mais eficaz quanto mais esteja alicerçado na realidade objetiva. (2018, p. 110)

“Grupo”, “poder simbólico” e “capital simbólico” vinculam-se e são interdependentes para Bourdieu, e a eficácia simbólica deve amparar-se na realidade objetiva; de forma direta, quanto mais um reconhecimento, um crédito, for fundamentado na realidade, maior será a eficiência do “capital simbólico”.

No entanto, como observa Bourdieu,

na luta pela imposição da visão legítima do mundo social, os detentores de uma autoridade burocrática nunca obtêm um monopólio absoluto [...] De fato, sempre existem, numa sociedade, conflitos entre poderes simbólicos que visam impor a visão das divisões legítimas, isto é, construir grupos. O poder simbólico, nesse sentido, é um poder de *worldmaking*. (BOURDIEU, 2011, p. 163). (CAMPOS e LIMA, 2018, p. 111)

Nessa discussão, Karhawi (2017) aciona a abordagem semiodiscursiva da informação (CHARAUDEAU, 2012) como enunciação, ação de troca entre indivíduos, e, portanto, discurso de informação. No discurso informativo, o “efeito de verdade” (2017, p. 57) é fundamental para a produção de sentidos da recepção e confere credibilidade e direito à palavra ao enunciador. Para Charaudeau (2012),

o crédito que se pode dar a uma informação depende tanto da *posição social* do informador, do papel que ele desempenha na situação de troca, de sua *representatividade* para com o grupo de que é porta-voz, quanto do *grau de engajamento que manifesta com relação à informação transmitida*. (2017, p. 57 *apud* 2012, p. 52, grifos do autor)

Charaudeau (2012) aplica seu esquema de formação de sentidos à comunicação midiática, geradora de um “espaço público de informação” no qual se constrói a “opinião pública” (2012, p.115). Associado à noção de “opinião pública”, o conceito de “espaço público” do teórico é o de “um espaço de representação, de compartilhamento e de discussão da cidadania” (2012, p. 115). Nele, um grupo social só se identifica como grupo a partir da regulação de suas trocas, ações e normas de julgamento, produzindo discursos de avaliação que circulem e compartilhem tais representações. Identifica, nas representações, três funções sociais essenciais: i) “a de *organização coletiva* dos sistemas de valores” (2012, p.116, grifos do autor); ii) “a de *exibição*” de características comportamentais do grupo (identidade diferenciada) (2012, p.117, grifo do autor); iii) “a de *encarnação* dos valores dominantes do grupo” (indivíduo, instituição ou objeto simbólico representante da identidade coletiva) (2012, p.117, grifo do autor).

O autor, elabora a noção de “discurso circulante” como “soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (2012, p. 118) e entende que é através desses enunciados que os indivíduos de uma comunidade se reconhecem. Postula, ainda, que

O espaço público não é único, nem um fato, nem um ponto de partida. Ele resulta da conjunção das práticas sociais e das representações. As práticas sociais constituem o motor das representações, e estas são a razão de ser daquelas, atribuindo-lhes valores que tendem a confirmá-las ou a modificá-las. Essa interação dialética constrói um espaço público plural e em movimento. (2012, p. 120)

No quadro do contrato de comunicação midiática de Charaudeau (2012), as mídias não controlam e sim participam do que constitui e transforma o espaço público; são a forma de publicização específica de nosso momento histórico. E é nessa relação entre instância de produção e instância de recepção que se constrói a opinião pública.

Para conceituar opinião pública, o teórico estabelece a opinião como pertencente ao amplo domínio do crer, que se define pela relação do sujeito com o saber, e diferencia noções comumente consideradas como uma mesma: saber, crença, opinião e apreciação.

Segundo Charaudeau (2012), o saber envolve um reconhecimento dos fatos independente de qualquer enunciação, portanto, de qualquer presença do sujeito; é o que se chama conhecimento. A crença pertence a um sistema de pensamento no qual já existe uma verdade constituída, a qual o sujeito adere de forma não racional e dela se apropria; essa adesão a ideias preconcebidas e julgamentos estereotipados se expressa em enunciados (provérbios, aforismos, máximas, expressões idiomáticas) que circulam nos grupos sociais e são considerados como verdade universal tranquilizadora; é uma atividade que prescinde de reflexão na avaliação. A opinião resulta de uma atividade que reúne elementos heterogêneos e os associa segundo a lógica do necessário ou do verossímil; depende de um cálculo de probabilidade e leva à atitude intelectual de escolha; revela o ponto de vista do sujeito sobre um saber. A apreciação também pertence ao domínio da avaliação dos conhecimentos, mas decorre de uma reação do sujeito diante de um fato; é uma atitude reativa imediata no campo da afetividade, sempre polarizada, refletindo o sistema de avaliação dos comportamentos em cada sociedade e construindo o que se considera uma moral.

Do ponto de vista das mídias, a opinião pública “quase sempre é tratada como uma entidade mais ou menos homogênea, quando resulta de um entrecruzamento entre conhecimentos e crenças de um lado, opiniões e apreciações de outro” (CHARAUDEAU, 2012, p. 123). O teórico salienta que as mídias não podem produzir um discurso de poder; seu alcance se restringe a uma influência por meio dos conhecimentos, pensamentos e sentimentos que mobilizam.

A influência da mídia como disseminadora de conhecimentos, pensamentos e sentimentos também é abordada por Casaqui (2017). Em perspectiva estritamente relacionada às práticas comunicacionais, o autor concebe a cultura como o compartilhamento de modos de falar, do saber comum, de modos de proceder, dos sistemas de valor e da autoimagem coletiva entre as pessoas de um grupo. Nesse espectro, Casaqui propõe a existência de uma “cultura da inspiração”

como algo relacionado a um modo de falar comum, às práticas narrativas que correspondem às institucionalidades, a lugares de fala consolidados e legitimados, a um sistema de valores. Trata-se de modos de narrar que, por mais que mobilizem formas ancestrais de oralidade em alguns casos, correspondem a um cenário contemporâneo de midiaticização da experiência humana em função de um projeto comunicacional, que envolve a produção, circulação e consumo de narrativas. (2017, p. 4)

No cenário midiático, Casaqui (2017) observa que a instrumentalização das narrativas inspiracionais constrói um mercado de ideias que mostra recorrência nas formas de articular a experiência humana com uma visão de mundo agregadora de práticas e afetos comuns. A cultura da inspiração envolveria, assim, processos nos quais os desejos de transformação e de autotransformação do sujeito moderno sustentam-se no mercado de narrativas inspiracionais que lhe serve de apoio psicológico.

Nesse contexto, os enunciadores considerados “inspiradores” funcionariam como sistemas especialistas que objetivam “corresponder aos anseios de uma sociedade ávida por referências, por modelos, por exemplos e histórias ‘inspiradores’ para seguir adiante na batalha cotidiana” (2017, p. 4). O contato com modelos de sucesso do outro e histórias de vida exemplares, promoveria a busca pelo melhor de si a partir de um processo de transformação – incorporação de valores, de qualidades humanas presentes no modelo que serve de referência social.

Seguindo a síntese conceitual de Thrash e Elliot (2003, p. 873) de que a

Inspiração é assim conceituada como um amplo construto que se estende por múltiplos domínios de conhecimento (por exemplo, religioso, criativo), diversas fontes (intrapsíquica, externa), desencadeadores distintos (iluminação, natureza), qualidades transcendentais (beleza, bondade), sendo aplicada a objetivos diferentes (produtos, identidades possíveis). (CASAQUI, 2017, p. 6)

Casaqui (2017) entende que a narrativização da própria vida (reconhecida como história inspiradora), feita com enfoque motivacional e lugar de fala legitimado, serve de modelo à trajetória do outro. Um modelo que, utilizando sua capacidade de convencer, emocionar e promover transformações, busca motivar a ação dos inspirados.

Atuando na mesma direção, imagens recorrentes e cristalizadas no imaginário coletivo e na memória social provocam adesão irrestrita de grandes massas; adesão expressa em práticas afetivas comuns de reverenciamento e adoração. A imagem *nos braços do povo* é uma delas.

1.2.3.3 Imagem: imaginário, vetores e vínculos comunicacionais

A eficácia da atuação de líderes políticos junto a seus admiradores, demonstrada quando carregados *nos braços do povo*, explica a recorrência dessa imagem em diferentes regimes sociais, históricos e culturais. Imagem reveladora de um conjunto complexo de processos culturais e comunicacionais.

No modelo sociocomunicacional de Charaudeau⁷, a situação de comunicação, os sujeitos da linguagem e as estratégias discursivas apropriadas estabelecem a intercompreensão entre sujeito produtor e sujeito interpretante. O autor considera que o sujeito produtor “para se individuar, deve constituir estratégias de *legitimação*, de *credibilidade* e de *captação* por meio de uma determinada constituição discursiva” (2010, p. 14, grifos do autor).

Para o teórico, na encenação das trocas sociais e daquilo que constituem seu valor simbólico, há um “jogo de regulação das práticas sociais”, instituídas pelos indivíduos em comunidade e “pelos discursos de representação”; discursos estes produzidos para justificar e valorizar essas mesmas práticas sociais (CHARAUDEAU, 2012, p. 67).

Bruno (2013), ao tratar das modulações de subjetividades contemporâneas, relaciona-as aos dispositivos de visibilidade que as perpassam. Identifica duas matrizes do regime de visibilidade moderno - a disciplina e o espetáculo - que, renovadas, implicam novas estratégias do ver e ser visto na contemporaneidade: *i*) subjetividade exteriorizada; *ii*) mudança no estatuto do olhar do outro, reconfigurando as fronteiras entre público e privado; *iii*) o indivíduo comum permanece no foco da visibilidade, agora, no âmbito das tecnologias comunicacionais. A partir de tais estratégias, os meios de comunicação consolidam-se como instâncias de legitimação social em um “mundo onde é preciso ser visto para existir” (2013, p. 80), uma era de hipervisibilidade na qual o indivíduo é imagem de si mesmo.

⁷ Charaudeau P. Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. In: Grenissa Stafuzza e Luciane de Paula (org.). Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil. Uberlândia: Edufu 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/346842088/Patrick-C-Um-Modelo-Socio-comunicacional-Do-Discurso-Entre-Situacao-de-Comunicacao-e-Estrategias-de-Individualizacao>. Acesso em: 11 maio, 2025.

Nesse contexto, Sibilia (2015) aponta que, com os valores capitalistas e a personalidade sempre exposta ao olhar alheio, o desempenho visível e a imagem pessoal se fixam como valores primordiais de constituição do sujeito e a autopromoção como habilidade necessária nesse percurso. Campanella (2023) observa que, no contexto das mídias sociais, os limites entre quem representa e quem é representado são frágeis e sutis.

Contrera (2012) estabelece relações entre vínculos, emoção e imaginário; entende os vínculos a partir de sua natureza imaginária, afetiva, emocional e religiosa, diferenciando-os das conexões “tecno-instrumentais”, e observa que há pouquíssima “racionalidade na natureza e no comportamento do ‘público’ dos meios de massa” (2012, p. 188), gerando adesão irrestrita deste público ao que é veiculado pelas mídias sociais.

Ao analisar a esfera mediática, a autora aciona o Método da Complexidade de Morin para pontuar nossa natureza relacional e co-dependência vincular de caráter imaginário, tanto aos meios biológico e social quanto aos psíquicos. Articulado ao pensamento de Hillman (1993), estabelece o vínculo como necessidade humana de integração a um “sistema de pertencência” (2012, p. 190) determinado pelo ambiente imaginário em que se desenvolver. Com Baitello Jr (1997), indica que a esfera mediática tem ocupado lugar central como ambiente gerador do sentimento de pertencência e ressalta a fundamental dimensão emocional e vinculadora dos processos comunicativos para questionar “como o espaço mediático tem - ou não - acolhido as práticas vinculares” (Contrera, 2012, p. 190).

Mobilizando os conceitos de Noosfera e Mediosfera⁸, Contrera (2012) apresenta uma distinção a ser considerada:

Os seres da Noosfera são, de certa forma, gerados por vínculos empáticos, enquanto os seres da Mediosfera resultam das relações projetivas e identificativas de simpatia. (2012, p. 191)

⁸ Noosfera entendida como o ambiente do Imaginário cultural cujos seres nascem de relações de sentido, sempre coletivas, em um ambiente de sociabilidade cujo caráter emocional é intenso, pautado pelos processos de empatia. A Mediosfera definida como o processo pelo qual os meios de comunicação sociais filtram conteúdos e práticas do Imaginário cultural da Noosfera, ressignificando-os e repropondo-os à sociedade. Um universo imaginário replicado pelos meios que gera uma espécie de esfera imaginária própria.

A distinção salientada pela autora é entre simpatia e empatia. As duas são emoções: processos anteriores às funções intelectuais humanas, originados no corpo. No entanto, diferenciam-se fundamentalmente: a empatia é uma prática relacional complexa e psico-corporal, estabelecida nas relações interpessoais (emoção no sentido exato do termo); e a simpatia, uma adesão projetiva-identificativa da cultura mediática (um simulacro de emoção com pouca participação do corpo).

Silva (2013), ao tratar dos vínculos comunicacionais, estabelece a diferenciação entre vínculos culturais e vínculos hipnógenos, relacionando-os, respectivamente, a ambientes constituídos pelo imaginário simbólico cultural em contraposição ao âmbito da Mediosfera no qual são consumidas as imagens técnicas descritas por Flusser (2002).

Vínculos hipnóticos ou hipnógenos caracterizam-se, segundo Silva (2013): “pela resposta literal ao comando estabelecido” sob a influência de “forte poder de comando do hipnotizador para com o hipnotizado”; pela natureza instantânea e “ação arrebatadora”; pela “obsolescência e a efemeridade”; pela “superficialidade”, pela autossuficiência e autorreferência; e por se apresentarem como “inócuos e inofensivos” (2013, p. 6). Em oposição, vínculos culturais se estabelecem “no contexto histórico-antropológico” e se fundam “na densidade vivencial e na tessitura simbólica, na dupla implicação entre aqueles que se comunicam, que comungam uma mesma atmosfera simbólica” (2013, p. 6). Desse modo, a diferença entre o vínculo cultural e o hipnógeno/hipnótico estaria na densidade simbólica: profundidade nos símbolos culturais da noosfera; superficialidade nas imagens técnicas da mediosfera, por sua condição de simulacro dos símbolos culturais. O vínculo hipnógeno/hipnótico seria melhor definido com o termo conexão.

Silva (2013) pontua que os dois tipos de vínculo são produtivos no estabelecimento de ligação entre os participantes do processo comunicativo, o que implica a existência de “uma estrutura inicial comum, compartilhada tanto pela noosfera quanto pela mediosfera” (2013, p. 7). Essa estrutura preliminar ao processo comunicacional está em consonância com as experiências pré-predicativas propostas por Pross⁹, já apresentadas no item 1.2.3.1, que estabelecem o simbólico nos seres humanos e nos processos comunicacionais. O autor defende a tese de que a essas

⁹ PROSS, H. *Estructura Simbolica del Poder*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

determinações pré-predicativas se some o imaginário¹⁰, cujo padrão se ajusta ao âmbito da pré-predicação, facilitando o processo de vinculação. Ou seja, “os símbolos culturais realizam a conformação plena junto às experiências pré-predicativas presentes em todos os indivíduos, estabelecendo assim a estruturação vinculadora essencial para a realização do processo comunicativo” (Silva, 2013, p. 9).

Contrera (2012) estabelece um paralelo entre as diferenças nas emoções de empatia e simpatia e as diferenças entre o ritual e o espetáculo, referentes aos ambientes da Noosfera e da Mediosfera. Para Contrera,

enquanto o ritual envolve ação presente e integral do humano, como fator determinante da dinâmica geracional de sua própria legitimidade, o espetáculo prescinde da presença corporal e, centrado nas trocas audiovisuais (sentidos à distância), propõe todo um jogo de projeção e identificação a partir da ação meramente mental, ou seja, virtual do espectador. [...]

O jogo de forças existente entre o homem e o ritual é um jogo de forças entre o indivíduo, a comunidade e seus deuses (entidades noosféricas); enquanto que no espetáculo esse jogo impõe já de início o modelo de distribuição de forças que está em ação: mais força para os seus deuses (entidades mediosféricas), entre os quais a própria ideia de eletrificação do mundo embutida na mídia eletrônica, muita ilusão de força ao indivíduo, exaltado como a quintessência e fundamento do espetáculo (“tudo isso foi feito só pra você”), e a diluição total da interação, onde reside a experiência real da comunidade, já que não há o estabelecimento de um jogo comum de configuração das emoções e da mimese, que no espetáculo se constroem a partir de uma espécie de enfeitiçamento imagético.

No espetáculo, toda a carga simbólica das divindades celestes presente na eletricidade (raios, trovões) se apresenta no formato da mediação massiva (um para todos). A verticalidade evocada e reiterada pelo conteúdo simbólico e pelo formato massivo não deixa dúvidas de que não estamos tratando de um jogo de forças iguais. Não há “acordos sociais” racionais ou razoáveis possíveis onde a ordem simbólico-mítica age pré-conscientemente motivando o estabelecimento do vínculo por meio da adesão simpática. Quando o que adere é maior e desconhecido ao indivíduo, é mais difícil para este resistir à força que o arrasta; este é o risco que os arquétipos apresentam. (2012, p. 197)

A autora conclui que o sentimento de pertencimento constituído no cenário do espetáculo não é capaz de dotar de sentido as experiências comunitárias comuns e que, nesse vazio, “as conexões se multiplicam, mas dessas conexões quase nunca surge o vínculo” (2012, p. 198).

¹⁰ Imaginário entendido aqui a partir do conceito de Noosfera, de Morin, que engloba toda a produção simbólica da cultura.

Kamper¹¹ parece condensar todos esses fenômenos do ambiente da Mediosfera quando trata do estatuto da imagem:

Os homens hoje vivem no mundo. Não vivem nem na linguagem. Vivem na verdade nas imagens do mundo, de si próprios e dos outros homens que foram feitos, nas imagens do mundo, deles próprios e dos outros homens que foram feitos para eles.

E vivem mais mal do que bem nessa imanência (permanência) imaginária. Morrem por isso. No ápice da produção das imagens existem maciços distúrbios. Existem distúrbios das imagens que tornam enormemente ambígua a vida das imagens e a morte pelas imagens. (Kamper (s/d, p.7)

Para chegar a uma definição da essência da imagem, Kamper (s.d.) articula duas premissas: “como imagens os homens seriam imortais”; “sem imagens talvez pudessem ser mortais” (s.d., p.10), a partir da dupla observação de que *i*) para vencer o medo da morte, os homens só podem fazer uma imagem dela, por isso, “às imagens se prendem os desejos de imortalidade”, *ii*) “por isso os homens sofrem hoje o destino de já serem mortos em vida” (s.d., p. 9). Para fugir disso, as imagens deveriam ser abolidas até se alcançar um ponto além dela, no qual “não fosse possível um retorno à imortalidade” (s.d., p. 9).

Ao analisar a crise da visibilidade, Baitello Jr. (2005) observa que a cultura das imagens - com a disseminação e culto acentuado de imagens e a transformação da natureza tridimensional em planos e superfícies imagéticas - possibilita uma crise que nubla tanto as partes visíveis quanto as partes invisíveis das imagens, agregando

“um desvalor à própria imagem, enfraquecendo sua força apelativa e tornando os olhares cada vez mais indiferentes, progressivamente cegos, pela incapacidade da visão crepuscular e pela univocidade saturadora das imagens iluminadas e iluminadoras” (2005, p. 85).

Alinhado ao pensamento de Kamper (s.d.), identifica, na cultura das imagens, um fracasso dos sistemas de visão e de entendimento como conectores por serem autorreferentes, ou seja, a “observação não conecta senão a si mesma e a mídia não se refere senão a si mesma” (2005, p. 86).

¹¹ KAMPER, D. Imagem. Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da mídia. CISC, (s.d.) Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/250402202/KAMPER-D-Imagem-Cisc>. Acesso em: 12 maio, 2025.

Referindo-se a um dos tipos possíveis de “iconofagia”¹² no qual imagens devoram corpos, Baitello Jr. (2005) afirma que como “o alimento das imagens é o olhar e como o olhar é um gesto do corpo, transformamos o corpo em alimento do mundo das imagens” (2005, p. 86) em um círculo vicioso no qual quanto “mais vemos, menos vivemos, quanto menos vivemos, mais necessitamos de visibilidade. E quanto mais visibilidade, tanto mais invisibilidade e tanto menos capacidade de olhar” (2005, p. 86). Como consequência desse processo, reduzimos o corpo a “observador da observação” (2005, p. 86), uma redução que implica perda da complexidade do corpo em suas dimensões tátil, olfativa, auditiva, performática e proprioceptiva. A transferência das vivências do corpo para o mundo das imagens resulta no congelamento de um presente eterno e, portanto, sua eliminação.

Baitello Jr. (2005) indica que as imagens, em seu percurso de interiorização e exteriorização, têm apenas uma possibilidade de “alcançar o *status* de vida: quando elas buscam nos olhos de seus espectadores a profundidade perdida” (2005, p. 49), o que torna essa busca pelos olhos humanos incessante e obsessiva. Em um percurso que deveria ser de mão dupla, não são mais os olhos que buscam as imagens. Assim, com a reprodutibilidade,

ocorre, portanto a primeira inversão: as imagens é que nos procuram.

A partir de então, quando elas encontram nossos olhos e neles se animam, ocorre a segunda inversão: como as imagens vivem de nossos olhos, deixamos de ser também aqueles que vêem as imagens [...] sendo elas que nos vêem, antes que as vejamos. Quando acreditamos que as vemos, é porque elas já nos viram há tempos, já roubaram a vida e a vontade de nossos olhos e já os programaram para acreditar estarem vendo.

[...] A força de nossos olhos, como janelas da alma que perscrutam e constroem vínculos com as profundezas do outro, foi definitivamente desativada.

[...] E quando nenhuma profundidade é mais possível, então também os olhos já são supérfluos. (2005, pp. 49-50).

Desse modo, conclui o autor, as imagens - como déspotas que “exercem seu despotismo alimentado pela passividade e pelo desfalecimento social dos povos”

¹² Conceito proposto pelo próprio Baitello Jr. (1999 e 2000) e assim formulado em *A era da iconofagia* (2005, p. 94): As formas de apropriação (simbólicas ou não) como manifestações da antropofagia são muitas outras; a apropriação do espaço e dos recursos, a apropriação do tempo e seus atributos, a apropriação das mentes e suas imagens nem sempre passam pela relação direta de apropriação entre dois corpos, sofrendo nestes casos um processo de mediação pelas imagens. É então que temos o surgimento da iconofagia.

(2005, p. 50) – vivem “dos olhos extenuados dos que vêem” (2005, p. 50). É o “padecimento dos olhos” proposto por Kamper (1994) como principal enfermidade do nosso tempo.

A crise da visibilidade se configura, portanto, segundo Baitello Jr. (2005), como o fenômeno da exacerbada proliferação das imagens, sobretudo das imagens exógenas originadas das muitas facilidades da reprodutibilidade técnica, em contraposição à decrescente capacidade humana de enxergá-las. Para o autor, as categorias de “imagens endógenas”¹³ e “imagens exógenas”¹⁴, propostas por Belting (2001), são interessantes e operativas, pois

possibilitam a verificação do vetor de uma imagem e seu efeito sobre a comunicação social. [...] possibilitam um diagnóstico do potencial dialógico das imagens como força imaginativa, quando seus vetores dominantes conduzem à interiorização, ou como força desvinculadora, dissociativa e auto-referente, quando seus vetores são de mera exterioridade, remetendo apenas a mais imagens exógenas e cerceando o movimento interiorizante de associação com as profundezas das imagens endógenas. Assim, a verificação dos vetores exteriorizantes ou interiorizantes de uma imagem será o parâmetro a ser observado para a compreensão de sua natureza e de seu potencial dialógico. (2005, p. 47)

Como consequência, imagens com expressivos vetores de interiorização promovem novas percepções, novos olhares e ampliam os horizontes da cultura humana. Em oposição, as imagens construídas a serviço do vetor da exteriorização bloqueiam essas possibilidades.

Baitello Jr. (2005) afirma que o mundo das imagens exógenas, as imagens técnicas no dizer de Flusser (2012), só sobrevive por alimentar-se de espelhamento, ou seja, alimentar-se com imagens idênticas ou similares produzidas em séries. E, ao produzir imagens em séries, esse mundo precisou também produzir receptores em séries. Para isso, precisou antes transformá-los em imagens. Nessa seriação, “catástrofe do sempre igual, sucumbimos todos os dias em nossa corporeidade que insiste e resiste” (2005, p. 57).

Seguindo mesmo entendimento, Contrera (2016) ressalta que os fenômenos da imagem, imaginário e imaginação devem ser abordados de uma perspectiva

¹³ Projeções interiores, imagens produzidas pela nossa imaginação, que não usam suporte externo, por isso, pertencem à mídia primária.

¹⁴ imagens exteriores que se registram sobre materiais externos ao corpo, por isso, são produtos da mídia secundária.

indissociável e complexa. Silva (2012) trata desses fenômenos, de forma articulada, a partir das conceituações de Flusser (1985) e Kamper (2003).

Para conceituar imagem e imaginação, Silva (2012) recorre a Flusser (1985): “imagens são superfícies que pretendem representar algo” e resultam do processo de “se abstrair duas das quatro dimensões espaço-temporais” (2012, p. 17), processo sustentado pela imaginação; a “imaginação, um processo específico de abstração” (2012, p. 17), é responsável por reconstituir as dimensões retiradas da realidade, codificando fenômenos de quatro dimensões em símbolos planos e decodificando as mensagens assim codificadas, é a “capacidade de fazer e decifrar imagens” (2012, p. 17). Atuando decisivamente no processo comunicativo, a imaginação é “o resultado de síntese entre duas ‘intencionalidades’: a do emissor e a do receptor” (2012, p. 20), e estabelece um sentido vinculador entre os dois sujeitos protagonistas do processo.

Para o imaginário, Silva (2012) acompanha o conceito proposto por Kamper (2003) no qual “por imaginário entende-se a esfera das imagens exógenas, constituídas a priori, isto é, sem estabelecimento de vínculo lastreado simbolicamente com aquele que nela orbita” (2012, p. 65). Há o esvaziamento simbólico das imagens que se tornam figuras caracterizadas por um regime de fantasia de poder (alicerçado em vínculos fracos, baseados em aparência, sem transmissão de valores), pela transitoriedade e pelo consumo.

Tal esvaziamento da imagem reduz sua potência imaginativa. Nesse sentido, Silva (2020) propõe o conceito de “Imaginário Instrumental”: redução da potência imaginativa das imagens. Acionando as noções de ato (permanência, imobilidade) e potência (transformação, mudança, inconstância), o autor afirma que a imagem, enquanto ato e potência,

tem, na aparência, na figuratividade, no registro presente no suporte, a característica da imutabilidade latente na noção de ato e nas múltiplas possibilidades de sentido proporcionadas pelo imaginário a transformação inerente à noção de potência ou seja, uma imagem uma vez constituída, mesmo sem nenhuma alteração aparente, possibilita inúmeras perspectivas, as quais são, justamente, a demonstração da potência imaginativa ou do imaginário que constitui no mesmo elemento narrativo infindáveis formas de interpretação. (2020, p. 127-128)

No entanto, como alerta Silva (2020), o racionalismo tecnológico-científico, que possibilitou a aceleração da produção e a sucessão de novas imagens que tornam obsoletas as anteriores, alterou a configuração das relações entre ação e potência,

impossibilitando novas atualizações do imaginário promovidas pela imaginação em uma mesma imagem, tornando-a fundamentalmente constituída de sua própria aparência e sem novas alternativas de interpretação. Em outras palavras, a imagem torna-se objetiva, ou melhor, referente a objetos. Neste sentido, o aparato técnico opera uma sutil, mas intensa inversão, promovendo o câmbio de um estado no qual a duração das imagens tendia ao infinito a partir de uma única atualização para outro em que a duração tende a zero a partir de uma única potência com inúmeras atualizações. (2020, p. 128)

As imagens midiáticas, assim constituídas, impedem possibilidades diversas de perspectiva e variedade de interpretações e de sentidos possíveis, que somente seriam atualizados pela imaginação. Nelas, os vetores de exterioridade indicam baixa força imaginativa e baixo potencial dialógico; elas se caracterizam como imagens exógenas, esvaziadas em sua simbologia, de caráter transitório e inscritas no âmbito do espetáculo da Mediosfera.

O âmbito midiático, esvaziado de vínculos culturais e compartilhamento simbólico, promove o acirramento da polarização e a disseminação em larga escala da intolerância nas interações sociais.

1.2.3.4 Intolerância: os impactos da polarização midiática

Na sociedade contemporânea, fenômenos como intolerância e polarização intensificaram-se globalmente e adquiriram novas dimensões nas mídias massivas, mídias digitais e relações interpessoais. Envolvendo sistemas de valores, lutas por reconhecimento e disputas de poder, a midiaticização na comunicação complexificou as formas de interação e alimentou disrupturas que representam desafio ao processo civilizatório.

Dissimulando consequências de nossa colonização violenta, convivemos com desigualdades de classes, de gênero, de religião e de raça potencializadas pelo binarismo exacerbado, que vê no Outro um inimigo, e pela interação midiaticizada. Tal

cenário amplia a disseminação do discurso intolerante e das práticas de exclusão do diverso ou antagônico.

Na apresentação do livro *Midiatização, (in)tolerância e reconhecimento*, Heller (et al, 2020) aponta a necessidade de uma abordagem que considere as novas dimensões da sociedade nas discussões sobre intolerância e discursos de ódio, intensificados tanto nas mídias massivas e nas digitais quanto nas relações interpessoais.

As autoras argumentam que a intolerância nos molda e que a difundida disposição cordial brasileira está dissimuladamente encobrendo a matriz de origem patriarcal e rural potencializadora de diferenças nas quais o “Outro” (2020, p. 10) é visto como inimigo e identificado como tal por não seguir o modelo “determinado política, econômica, social e etnicamente pelas classes hegemônicas” (2020, p. 10).

Indicando números do IPEA 2019 que comprovam o aumento da intolerância contra as camadas mais vulneráveis da população brasileira, Heller (et al, 2020, p.10) afirma que o poder do Estado é usado para a manutenção da ordem vigente (o modelo) e, para além dele, em dispositivos digitais, cidadãos propagam o discurso intolerante e as práticas de exclusão das minorias. Tais práticas se originam de um contexto nacional que inclui, ainda, desigualdades regionais, educacionais e de acesso à comunicação e atingem, explícita ou implicitamente, o cotidiano de todos nós. Acentua-se a violência e nega-se visibilidade a sujeitos e grupos historicamente silenciados e às suas lutas, o que lhes cerceia o pleno exercício da cidadania e enfraquece a democracia como “único regime possível em uma sociedade pluralista” que tem como “elemento central os processos de comunicação (2020, p. 12).

Na mesma obra, Braga (2020) aponta a intolerância como promotora de uma estrutura de comportamentos humanos (antagonismo, má-fé argumentativa, hostilizações, incivilidade, discursos de ódio, proposições excludentes) que são, ao mesmo tempo, sintomas e reiteração da polarização nos processos de interação social.

Em seu estudo, Braga (2020) identifica dois aspectos básicos durante uma interação, caracterizadores da produção conjunta da comunicação: *i)* “os códigos interacionais” (2020, p. 23) – elementos pré-compartilhados de uma cultura em comum, podendo resultar em interpretações distintas entre os participantes; *ii)* “os

processos inferenciais” (2020, p. 23) que ajustam a interpretação e os elementos compartilhados à situação concreta da interação. Ressalta o trabalho da comunicação para reconhecer diferenças e buscar articulações eficientes que ajustem a interação em uma sociedade binária, para que “os tensionamentos resultantes da diversidade sejam produtivos ou superáveis, evitando a geração de rupturas e reduzindo a probabilidade de violência e opressão” (2020, p. 23).

Nesse sentido, o autor apresenta o processo de polarização como questão comunicacional por derivar de “diferenças construídas entre seres humanos em convivência” (2020, p. 24) e por gerar “riscos para o trabalho da interação” (2020, p. 24) por sua característica disruptiva: desconexão e violência simbólica (podendo chegar à violência física) entre os participantes que se organizam em formatação binária excludente e não plural flexível.

Em tal formatação, a intolerância prevalece já que o “Outro” (2020, p. 25) é definido no polo oposto unicamente pela distinção; o espaço de pluralidade e possibilidade de interação é apagado e o “único vínculo entre os polos passa a ser o eixo da diferença excludente” (2020, p. 25). Os esforços inferenciais sobre os códigos compartilhados, que permitiriam ajustes na interação, desaparecem e a ruptura, cessação do processo de comunicação, desencadeia comportamentos de recusa de reconhecimento mútuo, intolerância, antagonismo e ódio. Eis a estrutura polarizadora.

Nas situações polarizadas, Braga (2020) também observa forte assimetria resultante da desigualdade de forças em termos de poder político, físico, material e econômico entre os dois lados da estrutura, “situando um dos polos na posição de opressor; o outro, na de oprimido” (2020, p. 28). Assim, o que se promove é uma intolerância opressora; a percepção atual sobre a importância de reconhecimento e valorização da diversidade humana não se concretiza.

A intolerância, como desafio civilizatório que percorre toda a história e está presente na atualidade, é classificada por Braga como “absurda e “bárbara” (2020, p. 20) e especialmente perversa em situações de polarização extrema que desenvolvem comportamentos e proposições excludentes. Para o autor, essa questão é relevante globalmente diante do risco “de esfacelamento dos processos plurais que devem sustentar a complexidade de uma verdadeira cidadania” (2020, p. 21) e diante do avanço da extrema-direita autoritária em vários países, “com suas estratégias de

‘pensamento único’ que dividem as sociedades entre os que reforçam polarizações e os que são aí oprimidos” (2020, p. 21).

Com olhar específico voltado para o fenômeno da polarização política, Recuero (2021) identifica um processo histórico de polarização nos contextos políticos, contudo, observa que as conversações políticas em mídias sociais intensificam a polarização. Distingue a “polarização ideológica” (2021, p. 4) - na qual dois grupos apresentam opiniões divergentes - da “polarização afetiva” (2021, p. 4) - quando, para além de tal divergência, os dois grupos “nutrem aversão um ao outro” (2021, p. 4). Pontua que contextos de intensa polarização afetiva podem levar à radicalização de indivíduos, decorrente do aumento da aversão entre os dois grupos. Esses grupos realizam intensas conexões internas e poucas conexões externas; entre grupos, inexistem possibilidades mínimas de entendimento e ajustes para recuperar a interação.

O ambiente midiático, segundo Braga (2020), imprime perfil específico à ocorrência da atual polarização, e a midiatização, como processo interacional de referência, incide sobre a estrutura polarizadora e afeta de forma relevante o social. O autor aborda três modos de tal incidência:

Um dos modos é resultante de uma oferta tecnológica que viabiliza o superdimensionamento de tendências sociais que antes eram de curto alcance. O segundo corresponde a uma experimentação midiática generalizada pela sociedade, que desmonta dispositivos sociais antes de gerar substitutos sedimentados. O terceiro decorre do acionamento de *affordances* midiáticas diretamente motivado pela intolerância em busca de poder. (2020, p. 29)

O primeiro modo refere-se à passagem dos “discursos centralizados” (2020, p. 30) do rádio e da TV, no século XX, para “uma voz centralizada para cada grupo organizado” (2020, p. 30), promovida pelas tecnologias do século XXI que oferecem interação com foco agregador de opiniões e atitudes concordantes. As similaridades geram processos de exclusão dos discordantes, aumentando o alinhamento interno e reduzindo as variações. Desenvolvem-se “microambientes” (2020, p. 30) polarizadores nos quais o consenso é aparente e superficial, já que estabelecido no processo de agrupamento e não em um processo comunicacional de ajuste na interação.

O segundo modo aponta para “uma insuficiência de referências compartilhadas para organizar processos comuns” (2020, p. 31) provocada pela ampla oferta de tecnologias interacionais e experimentações sociais, com “perda de consistência de campos de ação especializada” (2020, p. 30) e consequente sensação de insegurança social. Tal cenário promove a adoção de “verdades simplificadoras” (2020, p. 31) e alinhamento com lideranças que confortam ansiedades sociais e emocionais.

O terceiro modo é o “espaço de iniciativas mal-intencionadas” (2020, p. 31), no qual se desenvolvem ações para tirar proveito das complexidades culturais nos “espaços de anomia, com dispersão de verdades, normas e valores antes compartilhados” e de “construção experimental de relações entre a esfera pública e a esfera privada” (2020, p.31). Esse espaço, estimulador de *fake news* e de verdades únicas, atua como instrumento de ação e ocupação de poder em processos articulados em função de estruturas polarizadoras.

No âmbito da política brasileira, Braga (2020) identifica um histórico de polaridade não relacionado à intolerância e sim a dualidades - situação x oposição; direita x esquerda; alternância de poder entre forças políticas preponderantes em organização bipartidária - que não representavam perigo para a democracia.

No entanto, a partir das eleições de 2014, o processo de polaridade democrática foi substituído em virtude da ausência de alternância de poder, por mais um período, entre os partidos dominantes. Inconformado, o partido de oposição desencadeou um processo de instabilidade política e social pautado não em projetos políticos, mas sim no alinhamento de visão de mundo que carrega elementos de “preconceitos, atitudes ressentidas, posições antidemocráticas, conservadorismo de costumes, despreço pela educação, ausência de políticas públicas para as desigualdades sociais e para o desemprego” (2020, p. 33). Nesse contexto de anomia e ideias prontas, desenvolveu-se, através do período eleitoral seguinte, uma polarização da intolerância que reverbera desdobramentos até hoje.

Braga (2020) defende que o desmonte da estrutura polarizadora – “processo paralisador da democracia e do desenvolvimento civilizacional” (2020, p. 33) - implica necessariamente todos os âmbitos sociais e uma postura de recusa da desqualificação que não inverta os polos ou negue a polarização, mas que se guie por um projeto pautado no “aperfeiçoamento civilizacional e não por uma visão estreita de

tomada de poder” (2020, p. 33). Implica, também, considerar a diversidade interna no polo opressor, evitando a redução de todos os seus aderentes à dimensão única da prepotência, e abrindo possibilidades para um trabalho entre diferentes, em projetos plurais que promovam uma convivência voltada para o trabalho interacional produtivo. O aperfeiçoamento civilizacional pretendido direciona-se, assim, para a construção de uma sociedade democrática, igualitária e inclusiva que promova a cidadania consciente e ativa.

A esse respeito, Schwarcz (2019) afirma que o “empenho da sociedade civil, cidadã, é o único que pode ajudar a romper um ciclo que herdamos dos tempos coloniais, mas aprimoramos na contemporaneidade” (2019, p. 197). Salienta que modelos políticos autoritários desvalorizam a luta de grupos excluídos, perpetuando o discurso de ódio e a ação segregacionista por intermédio das mídias digitais, e criam a sua própria história: a de uma civilização passada harmoniosa, que nunca existiu, para edificar líderes autoritários.

Souza (2020) verifica consenso entre boa parte dos pesquisadores quanto aos efeitos destrutivos do uso das redes sociais “na polarização das sociedades, nos extremismos políticos e no fenômeno da negação da ciência” (2020, p. 327), promovendo ações motivadas mais pela emoção (as mais fortes como medo, ódio e desejo) do que pela razão, sendo o ódio a forma como grupos da extrema-direita fazem política no Brasil.

O autor entende que a manipulação de contingentes eleitorais, nas redes, apresenta grande semelhança com sistemas religiosos movidos pela fé incondicional nas palavras de Deus, substituídas, agora, pelas imagens disseminadas midiaticamente, às quais os indivíduos aderem cegamente numa “dissociação cognitiva com a realidade objetiva” (2020, p. 327). Esse esquema de pensamento é central na formação de grupos nos quais se renuncia à racionalidade.

Observando preponderância nos estudos acadêmicos em descrever o funcionamento e as implicações desse fenômeno, Souza (2020) busca averiguar o porquê de sua ocorrência. Alinha-se a Flusser (2009) quanto ao entendimento de que a forma de pensamento da humanidade está “saindo do modo de raciocínio baseado em textos (tempo-histórico-linear), que relaciona causas e efeitos”, para um “tipo de pensamento baseado em imagens (mágico-imagético-circular) no qual a relação é

direta com o significado a partir do repertório interno” (2020, p. 328) e não com causas e consequências contextuais. Ressalta que estamos vivendo uma “era da idolatria de mitos, ideias e imagens falsas, como a meritocracia, o neoliberalismo e a possibilidade de retorno aos ‘bons e velhos tempos’ por meio da violência” (2020, p. 329) que constrói comunidades de ódio e intolerância disseminadas e alimentadas nos meios digitais.

Para Souza (2020), apesar do modelo de ditadura e golpe de 2016 serem muito diferentes dos observados nas décadas de 1960 e 1970, “as bases para a construção do fascismo estão postas no Brasil e em vários países” (2020, p. 329) - desmonte de direitos civis e da participação política da sociedade civil, militarização do governo, perseguição política, censura sobre determinados conteúdos culturais - e boa parte da sociedade renuncia à racionalidade e ao pensamento político, aderindo a líderes autoritários que promovem a separação “nós/eles” (grupos sociais historicamente privilegiados/Outros) motivada por razões de crença, de pertencimento e emocionais.

O teórico indica a fundamental relação entre comunicação e poder cuja origem está na “mente humana, e em sua expressão mais profunda e duradoura, a persuasão” (2020, p.330), na qual se configuram as relações de poder em todas as sociedades da história, sempre sociedades de informação e comunicação. Portanto, informação e comunicação são decisivas na forma de construção social e das relações de poder.

Inserido nessa discussão, o conceito de “câmaras de eco” como “grupos que filtram o conteúdo que compartilham, dando preferência a informações que reforcem uma narrativa política em particular”, trazido por Recuero (2021, p. 4), revela um problemático processo que gera maior radicalização dos usuários e aumenta a circulação de *fake news* e discursos de ódio.

Sponholz (2020) define discurso de ódio como a “comunicação pública que degrada simbolicamente grupos historicamente oprimidos ou sistematicamente discriminados” (2020, p. 221). Configura-se como uma forma consciente e/ou intencional de promover iniquidade entre pessoas a partir de “categoria coletiva como origem, cor da pele, gênero, religião, orientação sexual, entre outros” (2020, p. 221). É interessante a observação da autora de que o discurso de ódio não pode atingir qualquer grupo, pois seu “conteúdo baseia-se na depreciação de grupos vivendo

experiências crônicas pervasivas e até mesmo geracionais de opressão” (2020, p. 222). Dessa forma, está incorporado a um longo processo de subordinação que penaliza minorias com ofensas racistas, misóginas ou homofóbicas e não é mero estereótipo, ultrapassando a função representativa ao promover ameaças, ódio e violência contra suas vítimas. Trata-se de um processo de exclusão construído sobre relações de poder pautadas em uma característica coletiva definidora de um grupo.

Pontua Sponholz (2020) que, na mídia, os discursos de ódio se manifestam a princípio como uma questão de agenda, mas não o são. Neles, a característica coletiva é o que define o problema; baseiam-se em

“antinomias, e não em antagonismos. Em uma antinomia, os polos são determinados por definição, e não por posição. Assim, as pessoas são atingidas pelo que são, e não pelo que pensam” (2020, p. 225).

“Os discursos de ódio têm origem na discriminação sistemática” (2020, p. 225) e a discriminação sistemática é estrutural e não conjuntural, afirma Sponholz. Observa que “as consequências para a democracia também são distintas” (2020, p. 225). Defende que a polarização desencadeada pelo antagonismo leva a um afastamento entre posições políticas divergentes e animosidades entre seus defensores; já “os discursos de ódio, ao excluir ou depreciar grupos por definição, ultrapassam a polarização e resultam em uma desintegração social” (2020, p. 225), levando as vítimas de tais discursos a formarem espaços sociais próprios de interação. A interação entre grupos desaparece.

A ruptura comunicativa entre grupos impacta o desenvolvimento civilizatório entendido como processo em que todos nós estamos envolvidos (ELIAS, 1994). Para o autor, todas as características distintivas que atribuímos à civilização atestam uma estrutura particular de relações humanas e de correspondentes formas de comportamento. O controle e transformação da agressão e as formas racionalizadas de emoções estão legitimadas na vida cotidiana da sociedade civilizada. A polarização, que impede a consideração mútua nas relações humanas, paralisa tal processo civilizatório na busca por uma sociedade igualitária, plural e democrática.

1.3 Estrutura organizacional

O percurso de reflexões teórico-metodológicas e o trabalho de análise dedicado aos dados do *corpus* foram organizados em quatro capítulos. Na sequência, apresentamos, sinteticamente, as discussões realizadas em cada capítulo.

No primeiro capítulo, **INTRODUÇÃO**, após considerações preliminares sobre o livro como suporte de textos e o caráter interativo, testemunhal e memorístico do gênero carta pessoal, apresentamos o referencial teórico e o percurso metodológico para discutirmos a articulação entre memória, texto cultural e processos comunicacionais como operadores determinantes das percepções de mundo na constituição dos sujeitos históricos (missivistas, destinatário e leitores do livro); e para propormos a configuração editorial do livro como ação política em disputa ideológica polarizada.

No segundo capítulo, intitulado **O LIVRO**, em um primeiro momento, descrevemos a biografia de Lula, para a qual retornamos neste e nos demais capítulos por se vincular ao teor das análises posteriores. Em um segundo momento, levantamos aspectos relevantes do processo editorial por que passou o livro e contextualizamos sua produção e edição na tentativa de estabelecer o parâmetro de nossa hipótese: o livro foi idealizado e veiculado como material de campanha política na eleição presidencial de 2022. E finalizando este capítulo, categorizamos e analisamos os dados extraídos das cartas do livro, a saber: local de origem das cartas, sexo e escolaridade dos missivistas, conteúdo temático, estrutura composicional, informalidade e interatividade como balizadores de nossa hipótese.

No terceiro capítulo, denominado **MISSIVISTAS**, no item 3.1, abordamos os princípios constituintes do sujeito testemunho das cartas e do estatuto de verdade de que é revestida a lembrança desse sujeito, constituição da qual participam a memória social e a memória discursiva. No item 3.2, tratamos da complexificação da estrutura polarizadora em ambiente midiático e descrevemos analiticamente a materialização do discurso polarizador do polo oprimido contra o polo opressor nas cartas 22^a e 44^a.

No quarto capítulo, **O DESTINATÁRIO: LULA**, abordamos a figura simbólica de Lula e a construção de seu capital simbólico. No item 4.1, considerando a narrativa

mítica como texto cultural, estabelecemos um paralelo entre a estrutura da Jornada do herói e a trajetória de Lula; paralelo materializado no relato da missivista da nona carta, que atualiza e redesenha representações simbólicas e experiências coletivas da memória social. No item 4.2, tratamos da constituição de Lula como celebridade a partir da exploração de trechos do livro e do discurso proferido por Lula (Anexo 1), para discussão dos fenômenos observados no imbricamento dos processos de produção e recepção desse material. O item 4.3, que encerra o capítulo, analisa o poder da imagem *nos braços do povo*. Iniciamos apresentando registros de recorrência dessa imagem e identificamos seu contexto de produção e alcance na primeira capa do livro. Passamos à discussão dos vetores de análise da imagem, e encerramos examinando o imaginário, a imaginação, os vínculos comunicacionais e as respostas pré-predicativas ativados pela imagem, elementos que atuam na constituição dos sujeitos históricos envolvidos na situação comunicativa.

No quinto capítulo, **CONCLUSÃO**, retomamos as hipóteses norteadoras da pesquisa – i) as cartas como registros de verdade na memória social e o livro como conjunto documental valioso ao patrimônio cultural contra-hegemônico brasileiro; ii) os missivistas são sujeitos históricos que testemunham a partir do universo de significados simbólicos de seus grupos, e a discursividade nesse testemunho revela seu posicionamento subjetivo e político-ideológico; iii) o processo editorial idealizou e configurou o livro como estratégia política em um contexto polarizado de disputa de poder –, e a discussão dos dados do *corpus*, feita a partir do referencial teórico assumido, para apresentar nossas reflexões que indicaram a problemática do estatuto de verdade atribuído às lembranças nas narrativas testemunhais, mas validaram esses registros na constituição da memória social; identificaram os missivistas, o destinatário, Lula, e os leitores do livro como sujeitos históricos traspassados pelo imaginário cultural, pelas experiências pré-predicativas e pelos vínculos comunicacionais; e admitiram o trabalho editorial do livro como projeto político de campanha eleitoral.

2. O LIVRO

Iniciamos com uma apresentação panorâmica do livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão* (CHIRIO, 2022): nosso *corpus* de pesquisa. O livro resulta do pacto de solidariedade e luta, selado entre Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) e seus apoiadores no dia de sua prisão.

Lula é uma figura cuja identidade civil e pública interpenetram-se; em sua biografia, a trajetória pública ampliou os fatos da vida do homem, atribuindo-lhe uma representatividade simbólica a partir da identificação de sua história com a da maioria humilde, excluída e invisível do povo brasileiro.

Portanto, faz-se necessário que, preliminarmente, conheçamos esses fatos para dimensionar o *Querido Lula* a quem são dirigidas as cartas: práticas sociais discursivas contra-hegemônicas, em cujos relatos os missivistas relembram a imagem do então ex-presidente, compartilhada pela memória social que lhe é contemporânea.

2.1 Biografia de Lula¹⁵

Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, nasceu em 27 de outubro de 1945 na cidade de Garanhuns, interior de Pernambuco. Casou-se com Marisa Leticia, em 1974, e tem cinco filhos. Lula, por sua vez, é o sétimo de oito filhos. Em dezembro de 1952, a família de Lula migrou para o litoral paulista, viajando 13 dias num caminhão "pau de arara". Foi morar em Vicente de Carvalho, bairro pobre do Guarujá. Em 1956, a família se mudou para São Paulo, passando a morar num único cômodo, nos fundos de um bar, no bairro do Ipiranga. Aos 12 anos de idade, Lula conseguiu seu primeiro emprego numa tinturaria. Também foi engraxate e *office-boy*. Com 14 anos, começou a trabalhar nos Armazéns Gerais Columbia, onde teve a Carteira de Trabalho assinada pela primeira vez. Lula transferiu-se depois para a Fábrica de Parafusos Marte e obteve uma vaga no curso de torneiro mecânico do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). O curso durou três anos e Lula tornou-se metalúrgico. Em 1964, com 18 anos, teve o dedo mínimo da mão esquerda cortado por uma prensa. A crise, após o golpe militar de 1964, levou Lula a mudar de emprego,

¹⁵ Fonte: Biblioteca Presidência da República. Disponível em: <https://encurtador.com.br/MFxKQ>. Acesso em: 10 maio, 2025. Fonte: e biografia. Disponível em: <https://encurtador.com.br/qnaYf>. Acesso em: 10 maio, 2025.

passando por várias fábricas, até ingressar nas Indústrias Villares, uma das principais metalúrgicas do país, localizada em São Bernardo do Campo. Trabalhando na Villares, começou a ter contato com o movimento sindical, através de seu irmão José Ferreira da Silva, conhecido por Frei Chico. Em 1969, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema fez eleição para escolher uma nova diretoria e Lula foi eleito suplente. Na eleição seguinte, em 1972, tornou-se primeiro-secretário. Em 1975, foi eleito presidente do sindicato e passou a representar 100 mil trabalhadores. Lula deu, então, uma nova direção ao movimento sindical brasileiro. Em 1978, Lula foi reeleito presidente do sindicato e, após 10 anos sem greves operárias, ocorreram no país as primeiras paralisações. Em março de 1979, 170 mil metalúrgicos pararam o ABC paulista. A repressão policial ao movimento grevista e a quase inexistência de políticos que representassem os interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional fizeram com que Lula pensasse, pela primeira vez, em criar um Partido dos Trabalhadores (o PT). O Brasil atravessava, na época, um processo de abertura política lenta e gradual comandado pelos militares ainda no poder. Em 10 de fevereiro de 1980, Lula fundou o PT juntamente com outros sindicalistas, intelectuais, políticos e representantes de movimentos sociais, como lideranças rurais e religiosas. Em 1980, nova greve dos metalúrgicos provocou a intervenção do Governo Federal no sindicato e a prisão de Lula e outros dirigentes sindicais, com base na Lei de Segurança Nacional. Foram 31 dias de prisão. Em 1982, o PT já estava implantado em quase todo o território nacional. Lula liderou a organização do partido e disputou, naquele ano, o Governo de São Paulo. Em agosto de 1983, participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1984 participou, como uma das principais lideranças, da campanha das "Diretas-Já" por eleições presidenciais diretas. Em 1986, foi eleito o deputado federal mais votado do país para a Assembleia Constituinte. Concorreu à presidência da República em 1989, após 29 anos sem eleição direta para o cargo, e perdeu a disputa. Dois anos depois, liderou uma mobilização nacional contra a corrupção que acabou no *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Em 1994 e 1998, Lula voltou a se candidatar à presidência da República e foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso. Em junho de 2002, a Convenção Nacional do PT aprovou uma ampla aliança política (PT, PL, PCdoB, PCB e PMN) que teve por base um programa de governo para resgatar dívidas sociais fundamentais que o país tinha com a grande maioria do povo brasileiro. Em 27 de outubro de 2002, aos 57 anos, Lula é eleito presidente da República Federativa do

Brasil. O primeiro mandato do presidente Lula promoveu importantes avanços sociais e significativa melhoria na distribuição de renda, sobretudo, graças à política de valorização do salário mínimo e a programas como o Bolsa Família. No dia 29 de outubro de 2006, foi reeleito presidente da República. Dilma Rousseff, candidata do PT à presidência, venceu a eleição seguinte e o sucedeu. Em março de 2016, a 24ª fase da Operação Lava Jato (ações realizadas pela Polícia Federal do Brasil visando apurar um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina, denominado Petrolão) investiga a relação de Lula com empreiteiras envolvidas no esquema de corrupção da Petrobrás a partir de repasses para empresas de Lula e pagamento de despesas pessoais suas e de seus familiares. Em maio de 2016, o Ministério Público Federal denuncia Lula e sua esposa no caso do triplex do Guarujá. Em dezembro de 2016, ocorre a 1ª denúncia sobre o Instituto Lula.¹⁶ Em 03 de fevereiro de 2017, Dona Marisa Letícia morre, vitimada por um acidente vascular cerebral hemorrágico¹⁷. Em maio de 2017, Lula é denunciado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, em caso envolvendo o sítio de Atibaia. Em julho de 2017, Lula é condenado a nove anos e seis meses de prisão no caso do triplex do Guarujá. Em janeiro de 2018, ocorre sua condenação em 2ª instância¹⁸. Em 05 de abril de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeita o pedido de *habeas corpus*, feito por sua defesa, abrindo caminho para a decretação de sua prisão pelo então juiz Sérgio Moro. No dia 07 de abril de 2018, Lula se apresentou à Polícia Federal de Curitiba e foi preso. Em 29 de janeiro de 2019, morre, de câncer, o irmão de Lula, Genival Inácio da Silva¹⁹. Em fevereiro de 2019, segunda condenação, agora no caso do sítio de Atibaia. Em primeiro de março desse mesmo ano, falece o neto de Lula, Arthur, vitimado por meningite meningocócica²⁰. Lula permaneceu preso por 580 dias e foi libertado em 8 de novembro de 2019, depois que o STF modificou

¹⁶ Fonte: Globo G1 Paraná. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/03/08/cronologia-processos-e-condenacoes-de-lula-na-lava-jato.ghtml>. Acesso em: 10 maio, 2025.

¹⁷ Fonte: Globo G1 São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/dona-marisa-ex-primeira-dama-morre-em-sp.ghtml>. Acesso em: 10 maio, 2025.

¹⁸ Fonte: Globo G1 Paraná. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/03/08/cronologia-processos-e-condenacoes-de-lula-na-lava-jato.ghtml>. Acesso em: 10 maio, 2025.

¹⁹ Fonte: Globo G1 São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/01/29/vava-irmao-de-lula-morre-em-sp.ghtml>. Acesso em: 10 maio, 2025.

²⁰ Fonte: Globo G1 São Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/01/neto-do-ex-presidente-lula-morre-de-meningite-em-sao-paulo.ghtml>. Acesso em: 10 maio, 2025.

entendimento sobre a prisão em segunda instância. Em 2021, o STF anulou todas as condenações de Lula, por irregularidades processuais, e restabeleceu seus direitos políticos. Em maio de 2022, Lula casou-se com Rosângela da Silva. Em 30 de outubro de 2022, pela terceira vez, Lula foi eleito presidente da República com 50,9% dos votos, derrotando Jair Messias Bolsonaro, candidato a reeleição. Em primeiro de janeiro de 2023, tomou posse junto com seu vice Geraldo Alckmin e segue no cargo.

Esta biografia será revisitada no decorrer das análises nos capítulos seguintes, especialmente no item *A Jornada do herói na trajetória de Lula* - item 4.1.1 do Capítulo 4 - ao traçarmos um paralelo com as etapas do Mito do herói de Campbell (1992), pois os fatos que registra tal biografia estão presentes nas narrativas do livro, lembrados e ressignificados pelos testemunhos dos missivistas.

2.2 Aspectos editoriais

Ao analisar o livro como mídia, Carlos (2019) destaca que as pesquisas na área de Comunicação o enquadram não como produto da indústria cultural, mas sim como objeto pertinente aos estudos literários ou históricos, e que tais pesquisas não aprofundam as características do livro enquanto mídia. Considerando os três aspectos de formação da mídia - tecnologia, instituições e formas culturais - indicados por Grossberg, Wartella e Whitney (1998), a autora vincula cada um desses aspectos a questões sobre o livro, respectivamente, quanto à sua tecnologia impressa ou digital, às instituições envolvidas, as editoras, e sua forma cultural enquanto produto ofertado.

Assim inserido no contexto das indústrias culturais, o livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão* é lançado em 31 de maio de 2022 pela editora Boitempo, fundada em 1995 por Ivana Jinkings. O nome, inspirado em um poema de Carlos Drummond de Andrade, é uma homenagem ao poeta e também ao criador da primeira Boitempo, o dirigente comunista Raimundo Jinkings, pai de Ivana. Reconhecida por importantes prêmios literários, consolidou-se como a maior editora independente de pensamento crítico do mundo lusófono. Com um catálogo consistente e opções claras, publica ensaios relacionados às ciências humanas e obras de ficção. Notabilizou-se

mundialmente por suas edições dedicadas a um resgate editorial rigoroso das obras de Karl Marx e Friedrich Engels²¹.

Maud Chirio, organizadora da obra, graduada em história e sociologia, mestre e doutora em história, e professora na Universidade Gustave Eiffel, é especialista em história do Brasil republicano, com ênfase nas Forças Armadas, no aparelho repressivo e na extrema direita militar na ditadura (1964-1985). Desde 2019, é copresidente da Rede Europeia pela Democracia no Brasil (Red.br). A Red.br foi criada em janeiro de 2019, por intelectuais e artistas europeus e brasileiros após a eleição de Jair Messias Bolsonaro para alertar e sensibilizar a opinião internacional sobre a ascensão do poder da extrema direita e as repetidas violações dos direitos humanos no Brasil; Maud participou também das comissões de apoio à libertação do então ex-presidente Lula, condenado por corrupção²².

Organizadora da obra, Maud Chirio escreve o Prólogo do livro, introduzindo o leitor no universo das cartas e de seu contexto de produção: a diversidade dos missivistas que mobilizam símbolos culturais em registros únicos de histórias de vida, em primeira pessoa e sem formalidade; a trajetória sindical e política do destinatário, Lula, como símbolo da luta contra a ditadura e as desigualdades sociais; e o momento sociopolítico de embate contra-hegemônico entre os representantes da esquerda e da direita no Brasil.

No Prefácio, o *rapper* e compositor Emicida apresenta a obra, de gênero epistolar, explicando seu conteúdo e circunstâncias atípicas: considera que, embora marginal na literatura, a carta é o gênero mais difícil de todos e tem como foco um único coração; como sentimento central das cartas, identifica a gratidão como um sinal inequívoco de reconhecimento dos missivistas para com as transformações sociais positivas promovidas pelas gestões do Partido dos Trabalhadores.

Nas orelhas da primeira e da quarta capa, Conceição Evaristo, linguista e escritora brasileira, ressalta a relação entre missivistas e destinatário na qual se observa “a apreensão de uma nova imagem de poder” - um novo imaginário de

²¹ Informações obtidas no site da editora Boitempo, aba *Sobre a Boitempo*. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/quemsomos>. Acesso em: 07 maio, 2025.

²² Fonte: Wikipédia. Disponível em: https://fr.wikipedia.org/wiki/Maud_Chirio. Acesso em: 07 maio, 2025.

relações simétricas entre um presidente e seu povo - que cruza política e afeto, e um renovar de crenças na representatividade política pautada em experiências comuns e compromissos assumidos na dinâmica da vida.

Precedendo a leitura das cartas, Prólogo, Prefácio e Orelhas do livro antecipam ao leitor o universo sociopolítico de missivistas e destinatário e a natureza das relações que se estabelecem entre eles, a partir de um ponto de vista único, marcado ideologicamente. Buscando adesão e compartilhamento de tal visão com o leitor, o trabalho editorial opera com estratégias discursivas de convencimento, efeitos de verdade e credibilidade para motivar sua leitura afirmativa.

2.3 Contextualização da produção e da edição

Com prisão decretada em 05 de abril de 2018, Lula acatou a decisão judicial e, no dia 07, dirigiu-se ao local onde iniciou sua trajetória de dirigente sindical e onde milhares de militantes e apoiadores o aguardavam. Em um evento midiático transmitido por redes de TV, digitais e sociais, Lula discursou, do alto de um carro de som (íntegra desse discurso no Anexo1), para a multidão e com ela selou um pacto no qual “o Brasil seria povoado por ‘milhões de Lulas’ que, em seu lugar viajariam pelo país, projetariam e sonhariam um futuro político comum” (Chirio, 2022, p. 16). Lula transferiu, nesse discurso, seu poder simbólico e sua luta aos apoiadores que representariam suas ideias e resistiriam junto com ele.

Tal pacto repercutiu e, durante o período de encarceramento de Lula (07/04/2018 a 08/11/2019), travaram-se disputas jurídica e pública. No âmbito jurídico, tentava-se reverter as condenações que, posteriormente, seriam anuladas por irregularidades processuais. No embate público, a campanha pela libertação do então ex-presidente - o movimento #LulaLivre, inicialmente centrado na possibilidade de sua candidatura nas eleições de 2018 – encabeçou uma resistência antifascista que se reproduziu no exterior. Foram criadas correntes de apoio a Lula nas redes sociais, as *hashtags* #LulaLibre, #LibérezLula, #FreeLula, #FreiheitFürLula, ações internas como a “Vigília Lula Livre” (um acampamento em frente à sede da Polícia Federal de Curitiba onde militantes se instalaram para acompanhar Lula e saudá-lo com gritos de “Bom

dia” e “Boa noite, presidente”), a criação, no site do Instituto Lula, do espaço “Cartas pro Lula”²³, um espaço destinado à publicação de mensagens ao ex-presidente, e o envio de mais de 25 mil cartas e objetos ao petista dos quais se extraiu o material para a composição do livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão* (CHIRIO, 2022).

O livro, com 240 páginas, traz as 46 missivas selecionadas e dois cadernos de imagens de cartas e objetos enviados (estes últimos reproduzidos nos Anexos 2 e 3).

Sobre esse acervo, Chirio considera que

Tudo isso faz pensar em uma espécie de memorial. Trata-se, de fato, de um testemunho único de um momento dramático da história política brasileira recente, bem como de um conjunto de fontes históricas excepcionais. (2022, p. 19)

A organizadora revela, no trecho acima, a concepção e edição do livro como um registro memorial de testemunhos provenientes de “fontes históricas excepcionais” – os excluídos – sobre um momento histórico de disputa política entre os valores ideológicos hegemônicos e contra-hegemônicos.

2.3.1 O livro como material de campanha política

Alinhado ideologicamente aos princípios contra-hegemônicos, o livro faz uma ampla defesa de Lula - símbolo da luta por essa causa, atingido em sua credibilidade - que volta ao cenário público para recuperar seu capital simbólico e candidatar-se à eleição presidencial em curso, disputada em ambiente extremamente polarizado.

Na Introdução do livro, Chirio afirma que os três anos de Jair Bolsonaro como presidente da República, eleito pelo voto das elites e das classes médias mais do que das classes populares, foram na contramão das lutas sociais progressistas, voltadas à redução das desigualdades e da exclusão, e que a extrema direita comandou o debate público promovendo discursos de ódio e discursos conspiratórios. Ressalta o resultado de pesquisas de opinião realizadas em 2021 que mostram o desgaste de Bolsonaro e a desconfiança com a militarização do Estado, ativados pela crise

²³ Disponível em: <https://www.institutolula.org/site-lancado-neste-domingo-publicara-cartas-enviadas-a-lula>. Acesso em 20 maio, 2025.

econômica, pela ação irresponsável e genocida de seu governo durante a pandemia de covid-19 e pelos escândalos envolvendo sua família, e afirma que

Em meio a uma esquerda enfraquecida, tanto no Brasil quanto em outros lugares, é o velho e combativo Lula que mais uma vez representa o último recurso das forças progressistas e, de modo mais geral, de um projeto democrático pluralista e inclusivo. (2022, p. 30-31)

Lula, “o último recurso [...] de um projeto democrático pluralista e inclusivo” é o destinatário das cartas gestadas no pacto entre ele e seus militantes e simpatizantes. Como explica Chirio, o critério de seleção das cartas para compor a obra valorizou “a diversidade de vozes, meios sociais, tons, narrativas individuais e familiares, sem que a seleção de cartas tivesse a pretensão de representar de forma linear e proporcional a variedade de estilos e temas encontrados no acervo” (2022. p. 27). O projeto delineado para o livro, plural e inclusivo, corresponde ao projeto político do qual Lula é o último representante, segundo a organizadora.

Nesse sentido, é possível entender a idealização e construção editorial da obra como material de campanha voltado à disputa eleitoral para a presidência da República (em andamento), no qual o capital simbólico de Lula seja revivificado na memória social do povo brasileiro, seja traduzido em votos e o conduza novamente ao mais alto cargo do Poder Executivo para realizar, como “último recurso”, o projeto progressista de igualdade de direitos sociais.

Com esse objetivo, as cartas do livro apresentam: *i)* testemunhos em primeira pessoa, marcados pela miséria e fome e sua superação associada às políticas públicas de Lula; *ii)* narrativas que identificam a própria história com a do então ex-presidente e ressaltam a luta de classes, a desigualdade social e a polarização política; *iii)* relatos que o consideram um herói, símbolo de transformação social e política e denunciam a injustiça de sua prisão; *iv)* reflexões críticas sobre as alianças e ações políticas de sua gestão, mantendo, apesar disso, a percepção de melhorias sociais em seus governos. Em todas as missivas, os relatos são carregados de manifestações reiteradas de afeto, conforto, estímulo e gratidão.

No próximo item, trataremos, entre outras categorias, do conteúdo temático das cartas para aprofundarmos as bases argumentativas da proposição do livro como material de campanha.

2.4 As cartas

Consideradas um “registro único de histórias e emoções, capaz de transmitir outras vozes que não a de intelectuais e estadistas que reivindicavam a libertação do ex-presidente” (CHIRIO, 2022, p. 18), as cartas eram destinadas a Lula – um destinatário que muitas vezes não pode ler nem responder aos remetentes, mas com o qual os missivistas se identificam na experiência comum da pobreza extrema e superação dessa condição. Por isso, a organizadora postula que os missivistas, na certeza de serem entendidos pelo destinatário, liberam sua fala e narram seu percurso com familiaridade, intimidade e afeto. Destaca que “essas palavras populares e plurais mereciam ser lidas e ouvidas, sobretudo em um Brasil mergulhado em uma crise democrática e governado por uma extrema direita particularmente retrógrada” (2022, p. 21), para justificar a relevância da obra.

No livro, as cartas são apresentadas obedecendo à ordem cronológica de sua escrita; a primeira data do dia seguinte à prisão de Lula, 08 de abril de 2018, e a última foi escrita em 20 de outubro de 2019.

Após a 13ª carta, número de registro partidário do PT, o leitor depara-se com o primeiro caderno de fotos de cartas, ilustrações e objetos enviados à sede da Polícia Federal em Curitiba e ao Instituto Lula em São Paulo (Anexo 2). Nele, o grito de ordem de militantes e apoiadores, “Lula Livre”, “Lula Já”, e cartazes trazendo as lutas sociais do grupo; as fotos do percurso político de Lula como sindicalista e político, discursando e cercado de pessoas humildes, crianças e idosos; as gravuras que reproduzem gestos e expressões da campanha por sua libertação: “Ninguém solta a mão de ninguém”, “Somos milhões de Lula”; reproduções de cartas, cartões de Natal e objetos de diversos cultos religiosos, tudo destaca os símbolos partidários do PT: a estrela e a cor vermelha.

O segundo caderno de imagens (Anexo 3) aparece depois da 43ª carta e segue a mesma configuração ideológica do primeiro, concentrando-se, agora, em fotos, gravuras, gestos e mensagens sobre a inocência de Lula, a luta por sua liberdade, os avanços sociais e políticos promovidos pelo PT e a ameaça do retrocesso à miséria, à corrupção e ao autoritarismo.

2.4.1 Local de origem das cartas, sexo e escolaridade dos missivistas

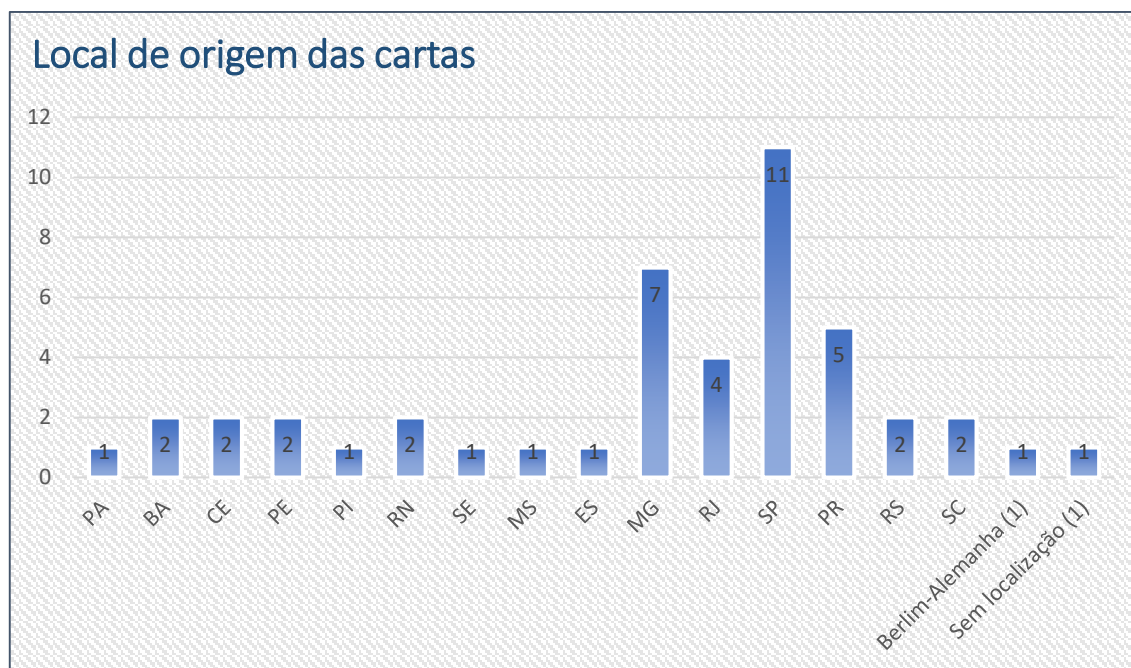
Não se limitando à dimensão visual, as imagens (palavras, frases, gestos, ilustrações) que compõem o livro são uma forma sensível e rápida de organização do sentido, anterior ao discurso racional, que atua no imaginário e na percepção de mundo da recepção.

Consideramos possível que atuem, ainda, nesse sentido, a construção de critérios editoriais de escolha das cartas que tentam aproximar-se da distribuição populacional no território brasileiro, reveladora da importância econômica, política e cultural de estados e regiões hegemônicas. Essa aproximação permitiria a identificação dos leitores com seu grupo regional, promovendo sentimentos de pertencimento e representatividade pelo compartilhamento de elementos da memória social e reconhecimento de lutas sociais dos grupos minoritários excluídos.

Observou-se correspondência entre o número de cartas selecionadas por estados e regiões para compor o livro e a distribuição populacional oficial por regiões e unidades da Federação dos residentes no Brasil.

As cartas foram remetidas de localidades de todas as regiões do Brasil; uma delas não apresentou indicação do local de origem e uma foi enviada da cidade de Berlim na Alemanha. O gráfico a seguir mostra o total de cartas das unidades da federação brasileira, agrupadas por regiões, e as duas cartas que não se encaixam nessa divisão.

Gráfico 1



Fonte: gráfico elaborado pela autora a partir de dados coletados do livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão*. (CHIRIO, 2022)

A partir dos dados do gráfico, contabiliza-se um total de uma carta vinda da Região Norte; 10 cartas da Região Nordeste; uma carta da Região Centro-Oeste; 23 cartas da Região Sudeste; e 9 cartas da Região Sul. Desse modo, temos como região com maior número de cartas selecionadas a Região Sudeste (23), seguida da região Nordeste (10), Região Sul (9) e Regiões Norte e Centro-Oeste com uma carta cada.

Os estados com maior quantidade de cartas escolhidas para o livro fazem parte da Região Sudeste: São Paulo (11), seguido por Minas Gerais (7), e da Região Sul: Paraná (5).

Os dados oficiais do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2022²⁴ indicam que a população brasileira é formada por aproximadamente 203.062.000 habitantes, distribuída de forma bastante heterogênea pelo território do país – na Região Norte: 17 milhões, na Região Nordeste: 54 milhões, na Região Centro-Oeste: 16 milhões, na região Sudeste: 84 milhões e na Região Sul: 29 milhões. A região mais populosa é, portanto, a Região

²⁴ Fonte: AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes>. Acesso em: 08 maio, 2025.

Sudeste que concentra 41,78% do total, seguida da Região Nordeste com 26,91% do total, Região Sul com 14,74% do total, Região Norte com 8,54% do total e Região Centro-Oeste com 8,02% do total.

Entre os estados mais populosos, o IBGE indica São Paulo com 44 milhões de habitantes, Minas Gerais com 20 milhões, Rio de Janeiro com 16 milhões, Bahia com 14 milhões e Paraná com 11 milhões de habitantes. Em oposição, os estados menos populosos são Acre com 830 mil habitantes, Amapá com 733 mil e Roraima com 636 mil habitantes.

Verificamos, por conseguinte, a relação direta e exata entre as regiões mais populosas do Brasil: 1ª Região Sudeste, 2ª Região Nordeste e 3ª Região Sul, e as regiões com maior número de cartas selecionadas para compor o livro: 1ª Região Sudeste, 2ª Região Nordeste e 3ª Região Sul. Os três estados com maior número de cartas escolhidas também figuram entre os mais populosos: 1º São Paulo, 2º Minas Gerais, 5º Paraná. Os estados que apresentam menor número de habitantes: Acre, Amapá e Roraima, não estão representados nas cartas selecionadas.

Na esteira da análise sobre possíveis critérios editoriais para escolha das cartas, voltamo-nos, agora, para a observação do sexo dos missivistas.

No livro, as missivas nem sempre são assinadas por um único remetente, elemento característico do gênero epistolar. Singularmente, apresentam variações: a 17ª carta é assinada por um coletivo denominado “Direção Estadual do MST Paraná”; a 18ª carta vem subscrita por nove ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e Diadema; o texto da 19ª apresenta-se como seis mensagens - selecionadas entre 35 mensagens escritas em uma assembleia do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmópolis, cidade mineira, enviadas em um único envelope - assinadas por cinco mulheres e um homem; a 39ª carta é subscrita pelas “mulheres do Vão do Masp” que integram o comitê “NaLuta”.

Para contabilizar o número de cartas escritas por mulheres e homens, consideramos os casos singulares, descritos no parágrafo anterior, da seguinte forma: a 17ª carta como coletivo de sexo não informado; a 18ª carta como assinada por um homem; a 19ª carta por uma mulher; a 39ª carta por uma mulher. Os resultados obtidos: 33 mulheres, 12 homens e um coletivo de sexo não informado, estão descritos percentualmente no gráfico que segue.

Gráfico 2



Fonte: gráfico elaborado pela autora a partir de dados coletados do livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão*. (CHIRIO, 2022)

É notória a preponderância de cartas femininas selecionadas para integrarem o livro. Do total de mulheres, oito declararam-se engajadas na militância política; do total de homens, três indicaram tal engajamento.

Esses números acompanham dados levantados pelo Poder360²⁵ com base em pesquisas realizadas na véspera do segundo turno da eleição presidencial de 2022, que indicam que Lula foi eleito por mulheres, pobres e nordestinos. No levantamento feito, o Poder360 afirma ter considerado as estratificações dos votos válidos das pesquisas registradas no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) divulgadas na semana anterior ao 2º turno, em 30 de novembro de 2022, por empresas consolidadas no mercado como: Ipec, Datafolha e PoderData. O quadro a seguir traz os resultados.

Quadro 1

Ipec O registro da pesquisa no TSE é BR-05256/2022. Sexo: Mulheres: 56%; Homens: 51%.	Datafolha O registro da pesquisa no TSE é BR-08297/2022. Sexo: Mulheres: 55%; Homens: 50%.	PoderData VOTOS VÁLIDOS - 2º TURNO ESTRATIFICAÇÃO DA INTENÇÃO DE VOTO PARA PRESIDENTE 23-25 out 2022 (em %) líder Lula (PT) 50% Bolsonaro (PL) margin de erro <table><thead><tr><th></th><th>Lula (PT)</th><th>Bolsonaro (PL)</th></tr></thead><tbody><tr><td>total</td><td>53</td><td>47</td></tr><tr><td>sexo</td><td></td><td></td></tr><tr><td>homens</td><td>47</td><td>53</td></tr><tr><td>mulheres</td><td>58</td><td>42</td></tr></tbody></table>		Lula (PT)	Bolsonaro (PL)	total	53	47	sexo			homens	47	53	mulheres	58	42
	Lula (PT)	Bolsonaro (PL)															
total	53	47															
sexo																	
homens	47	53															
mulheres	58	42															

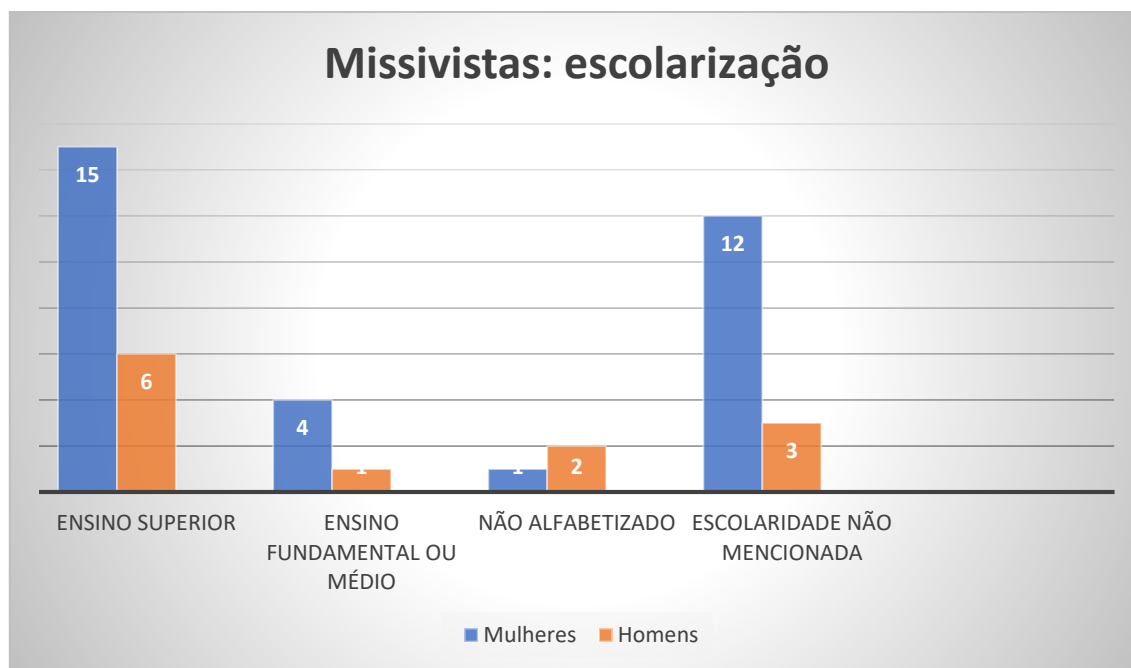
Fonte: quadro elaborado pela autora a partir de dados coletados do Poder360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/lula-foi-eleito-por-mulheres-pobres-e-nordestinos/>. Acesso em 16 maio, 2025.

As três pesquisas apontam a superioridade de votos femininos em Lula, o que poderia explicar a decisão editorial de destacar a presença de missivistas mulheres no livro como forma de valorizar seu eleitorado majoritário, mantê-lo e ampliá-lo. Considerando-se que as mulheres constituem a parcela maior da população brasileira, cuja relevância social e econômica vem se consolidando, o contingente eleitoral feminino é um nicho eleitoral importante que não pode ser desprezado por nenhuma plataforma política.

Na sequência, utilizaremos dados do mesmo levantamento feito pelo Poder360 para analisar prováveis critérios de seleção das cartas que compõem o livro quanto ao nível de escolarização dos missivistas.

O conteúdo das cartas registra expressamente, em 30 delas, o nível de escolarização do(a) missivista. No entanto, em 15 cartas, não há qualquer menção a essa categoria. Na composição do gráfico abaixo, consideramos um total de 45 cartas, 33 de mulheres e 12 de homens, já que em uma das cartas do livro o sexo do missivista não foi identificado.

Gráfico 3



Fonte: gráfico elaborado pela autora a partir de dados coletados do livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão*. (CHIRIO, 2022)

Entre os missivistas que se declaram não alfabetizados há uma mulher e dois homens. Do total de três missivistas, dois (uma mulher e um homem) estão presentes na 19ª carta, já mencionada, que apresenta a particularidade de conter seis mensagens. A mulher, de 75 anos, afirma ter conhecido a “miséria do povo” e saber como “com Lula tudo melhorou” (2022, p. 118); o homem, de 68 anos, agradece a Lula que com “o Bolsa família matou a fome de muita gente [e] está nessas condições, você não merece essa condenação” (2022, p. 118). Ambos são de Palmópolis, Minas Gerais, e assinam seu texto digitalmente. Na 6ª carta, o missivista de 70 anos, de Pilar do Sul, São Paulo, diz que nunca frequentou a escola e ditou sua carta por não saber escrever. Natural de Sergipe, viúvo aos 30 anos, chegou em São Paulo no pau de arara para trabalhar na roça; revela forte identificação com Lula e declara sempre ter votado nele. Aposentado com um salário mínimo, ainda trabalha como caseiro. Orgulha-se de sua neta que estuda na Universidade Federal de Curitiba e atribui isso ao governo Lula.

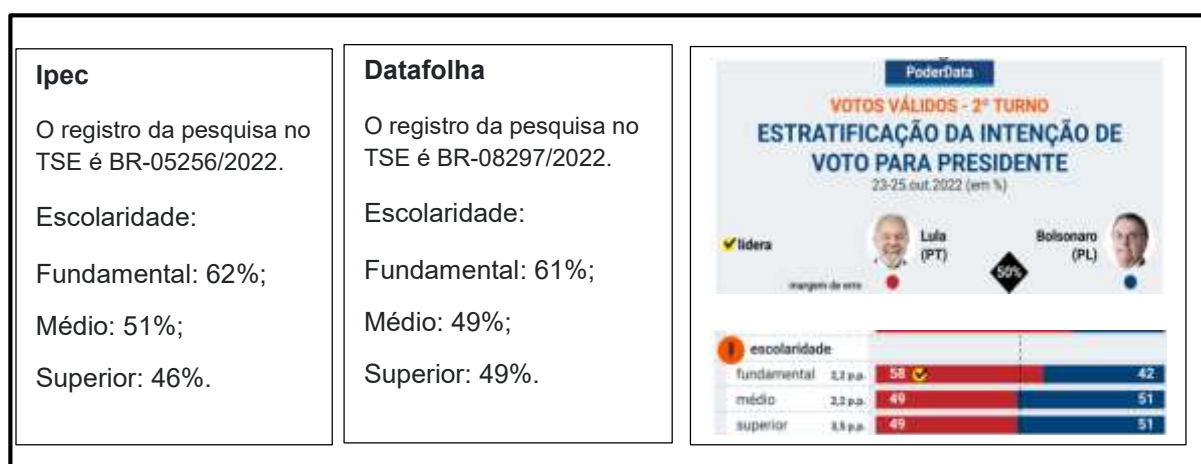
Os missivistas que afirmam ter ensino fundamental ou médio, em sua maioria, são jovens de faixa etária na qual ainda não é possível concluir o ensino superior.

O Ensino Superior concentra a maior parte dos missivistas que registram seu nível de escolaridade (21 dos 30 missivistas). A maioria declara só ter sido possível

cursar a graduação e pós-graduação graças às melhorias associadas a políticas públicas de educação dos governos petistas: entre as mulheres, as missivistas das cartas 2, 4, 5, 9, 22, 36, 40, 44 e 46; entre os homens, os missivistas das cartas 11, 15 e 33.

Observemos, comparativamente, os dados do levantamento do Poder360 em relação à escolaridade dos eleitores de Lula.

Quadro 2



Fonte: quadro elaborado pela autora a partir de dados coletados do Poder360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/lula-foi-eleito-por-mulheres-pobres-e-nordestinos/>. Acesso em 16 maio, 2025.

As cartas selecionadas apresentam um contexto no qual, por intermédio de um plano de governo voltado para a democratização do acesso a todos os níveis de ensino, os diferentes extratos sociais atingem altos patamares de formação educacional, impactando as condições de vida de gerações presentes e futuras. A curadoria constrói um cenário no qual o passado, sem direitos sociais mínimos garantidos, representado pelos missivistas idosos não alfabetizados, transformou-se pela luta por igualdade de classes e direitos e materializou-se na implementação de políticas públicas do PT. Essa crença parece dirigir-se aos eleitores de Lula, majoritariamente encontrados nos ensinos fundamental e médio (neste estão os jovens acima de dezesseis anos e os que ainda não concluíram o ensino superior) para a construção de uma base eleitoral forte.

Traçados a origem territorial das cartas e o perfil de sexo e escolaridade dos missivistas, que nos permitem uma aproximação com sua construção como sujeito

histórico, social e cultural, passamos à análise das cartas em relação ao seu conteúdo temático.

2.4.2 Conteúdo temático

Chirio, indicando como singularidade das cartas a inversão de sentido entre líder político e seus partidários, observa que a escrita sobre o cárcere partiu de baixo para cima, de fora para dentro da prisão, formando uma “constelação de palavras individuais, privadas, cuja apreensão conjunta constrói uma voz coletiva” (2022, p. 22). Voz coletiva que narra um cotidiano de privações comuns e de amparo pelas políticas de assistência e inclusão dos governos de Lula; voz coletiva capaz de dar significado político às suas histórias e de denunciar a história de desigualdade no Brasil marcada pelo racismo estrutural, machismo patriarcal, estigmatizações de gênero e crença e assimetria regionais; voz que evoca memórias de outras vozes imemorais.

Essa descrição temática das cartas, feita por Chirio, trabalha no sentido de estabelecer um alinhamento da “voz coletiva” com a pauta contra-hegemônica do PT, a agenda política petista e as políticas públicas implementadas por Lula. Essa unicidade temática, observada nas cartas, sugere que esse tenha sido o critério de seleção quanto ao conteúdo dos relatos.

Para possibilitar uma análise temática que revele o imbricamento das vozes individuais dos missivistas numa única “voz coletiva”, a seguir, apontamos o conteúdo narrativo central em cada carta. Evitando repetições desnecessárias, antecipamos que, em todas as cartas, estão presentes expressões afetivas de agradecimento, apoio e estímulo a Lula para resistir ao sofrimento, bem como de denúncia e indignação por seu injusto aprisionamento.

Na 1ª carta, escrita no dia seguinte à prisão de Lula, a missivista, pertencente à elite, rememora sua história e reflete sobre luta de classes, desigualdades sociais, injustiças e perseguição a Lula, seu herói.

Na 2ª carta, o missivista, historiador e sociólogo, estabelece um paralelo entre a história de pobreza de sua família com a trajetória de Lula e destaca a superação da miséria possibilitada pelas políticas públicas do petista.

Na 3ª carta, a jovem missivista fala de sua admiração por Lula, um símbolo para continuar suas lutas e militância, e reflete sobre o momento político fragmentado.

Na 4ª carta, a missivista reconhece a oportunidade de formar-se historiadora e o despertar sua consciência social e política, possibilitados pelos governos do PT, e assume compromisso de ser uma força na luta pelo resgate da imagem de Lula.

Na 5ª carta, a missivista credita aos governos do PT a possibilidade de cursar medicina e considera Lula um líder unificador. Faz uma reflexão sobre o momento político, apoiando a democracia e pedindo justiça para Lula.

A 6ª carta é ditada por um missivista de 70 anos, analfabeto, que sempre votou em Lula e orgulha-se de ter uma neta na universidade, graças aos governos petistas. Identifica sua origem rural e viuvez com a de Lula, seu herói injustiçado.

Na 7ª carta, a missivista reflete sobre sua experiência de professora e o impacto positivo das políticas públicas do PT em seus alunos, promovendo justiça social.

Na 8ª carta, a missivista, trabalhadora doméstica, relembra sua história de vida marcada pela pobreza e a melhoria promovida pelos governos petistas na educação e nos direitos trabalhistas.

Na 9ª carta, a missivista, historiadora filiada ao PT, relata sua história de vida e faz uma reflexão histórica e política. Denuncia a perseguição ao PT e a ameaça à democracia. Apresenta discurso polarizado e a percepção de Lula como predestinado.

Na 10ª carta, a missivista, advogada de origem privilegiada e valores progressistas, pertencente ao Coletivo Diocesano contra o Golpe, narra a história de sua família, reflete sobre o contexto político e atribui a Lula um poder transformador.

Na 11ª carta, o missivista, graduado em saúde da família, rememora as dificuldades de sua família de origem e as oportunidades para superar a pobreza promovidas pelos programas de governo do PT.

Na 12ª carta, o missivista, agricultor familiar, conta seu histórico de militância política e as melhorias advindas de programas sociais e de subsídios petistas que revolucionaram a economia local, expandindo suas vendas para o exterior.

Na 13ª carta, a missivista, técnica em gestão da educação pública, militante sindical, filiada ao PT, narra sua trajetória de mulher negra originária da Amazônia e vítima de preconceito. Com uma fala polarizada, reflete sobre a luta de classes.

Na 14ª carta, a missivista, psiquiatra, faz uma reflexão sobre a dor coletiva da injustiça e relaciona a situação de Lula, as desigualdades sociais no país e suas próprias lembranças familiares.

Na 15ª carta, o missivista, historiador, faz um relato de vida marcado por melhorias nas condições de educação e habitação promovidas pelos governos de Lula.

Na 16ª carta, a missivista de 81 anos reconhece o que o ex-presidente fez pelo Brasil e lhe envia um terço e uma oração para livrá-lo das injustiças.

Na 17ª carta, o coletivo da Direção Estadual do MST Paraná, representando camponeses e camponesas, muitos deles alfabetizados nos acampamentos, faz uma reflexão política e social sobre a luta de classes, citando o comandante Fidel Castro. Considera Lula a síntese histórica do seu povo e admira sua atuação como presidente.

Na 18ª carta, nove ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de SBC e Diadema relembram a trajetória sindical e política de Lula marcada por honestidade, ética e coragem durante a ditadura. Denunciam as perseguições, mentiras e injustiças nas campanhas eleitorais disputadas por Lula, para impedir sua chegada à presidência da República, e afirmam a redução da pobreza e da desigualdade em seus governos.

Na 19ª carta, os missivistas das seis mensagens, trabalhadores rurais, relatam melhorias com os projetos sociais do PT e indignação com a injustiça sofrida por Lula.

Na 20ª carta, a missivista, professora e diretora de EMEI, faz uma reflexão crítica e polarizada sobre Lula: 1ª fase de fascínio por sua capacidade de articulação, argumentação e mediação; 2ª fase de raiva e morte do herói pelas alianças políticas feitas no governo do PT; 3ª fase, atual, de consciência de suas qualidades e defeitos.

Na 21ª carta, a missivista, enfermeira e militante do PT, escreve em vermelho sobre a fome e miséria na infância e sobre as transformações ocorridas nos governos petistas. Ressalta a importância da resistência contra o encarceramento de Lula.

Na 22ª carta, a missivista, servidora de universidade pública, LGBTQIA+, reconhece os avanços do governo Lula no ensino superior e alerta para a ameaça de retrocessos e privatização. Em discurso polarizado, critica a aproximação do PT com setores conservadores e elitistas, reivindicando um projeto de esquerda mais radical.

Na 23ª carta, a missivista, originária da elite, admiradora e eleitora fiel de Lula, descreve momentos da vida política do país e das realizações de Lula e reafirma compromisso com o pacto feito no dia de sua prisão.

Na 24ª carta, o missivista, estudante de filosofia e militante do PT, faz uma reflexão sobre a ameaça aos avanços sociais dos governos petistas e oscila entre o temor do retrocesso e a esperança em Lula, único símbolo em que acredita.

Na 25ª carta, a missivista, professora da UFBA, fala em nome de funcionários da universidade, familiares e conhecidos, e ressalta o sofrimento com as injustiças sofridas por Lula, a quem considera um herói, um líder que ninguém destrói.

Na 26ª carta, a missivista narra, de forma polarizada, sua angústia com a eleição de Bolsonaro e o temor pela ira de seus eleitores fascistas. Demonstra desconfiança sobre a entrega das cartas a Lula na prisão.

Na 27ª carta, a missivista de 69 anos, admiradora e eleitora de Lula, critica o povo brasileiro pela injustiça sofrida por ele e o aconselha a sair do país com sua família ou lutar para tornar o Nordeste um país e ser lá o presidente.

Na 28ª carta, a missivista, militante do PT, relata a angústia e a dor geradas pela situação de progressiva degradação social e política, e reconhece o erro da militância petista ao se afastar da luta por considerar que os avanços sociais já estavam fixados.

Na 29ª carta, o jovem missivista declara querer seguir carreira política e continuar a história de luta de Lula para acabar com a miséria e a fome. Critica as injustiças sofridas por Lula e Dilma Rousseff.

Na 30ª carta, a missivista, professora de matemática, relembra seu amadurecimento político, a consciência de classe, as melhorias sociais dos governos Lula e reafirma a esperança depositada nele para vencer os avanços da direita.

Na 31ª carta, uma mensagem de Natal e Ano-Novo, uma menina de 12 anos expressa a admiração por Lula e indignação pelos crimes que lhe são imputados.

Na 32ª carta, a missivista de 64 anos, pernambucana que se considera irmã por afinidade de Lula, descreve sua passagem pela “Vigília Lula Livre”, em Curitiba, onde foi passar o Natal e Ano-Novo com o ex-presidente.

Na 33ª carta, o missivista rememora a morte de muitos irmãos por desnutrição infantil, a migração da área rural para a cidade e o estudo em instituição filantrópica, descrevendo o impacto das políticas públicas petistas em sua vida e na de sua família.

Na 34ª carta, a adolescente de 17 anos, em seu relato polarizado, afirma a necessidade da militância política dos trabalhadores em um contexto de retrocessos e incertezas, e a esperança em Lula, que acertou mais que errou em suas gestões.

Na 35ª carta, a missivista fala de seu temor pelas minorias, mães pobres e solo como ela, e pede respeito à diversidade. Escreve em uma roda de samba de Fortaleza.

Na 36ª carta, a missivista, advogada, narra sua história impactada pelas melhorias de acesso ao ensino superior nos governos do PT. Critica a parcialidade do Judiciário, desiste da advocacia e forma-se em enfermagem para ajudar as pessoas.

Na 37ª carta, o missivista, pedreiro, registra o apoio e solidariedade de sua família a Lula, pela perseguição que sofre, e fala da identificação e admiração por ele.

Na 38ª carta, a missivista ressalta a resistência messiânica de Lula e seu apoio incondicional a ele. Critica o governo do miliciano Bolsonaro e a crescente perseguição ideológica. Acredita na volta política de Lula e em seu poder transformador.

Na 39ª carta, o coletivo de mulheres do Vão do Masp rememora o histórico de lutas sociais e políticas compartilhadas com Lula desde o final dos anos 1970 e enfatiza o protagonismo do petista como reformista social.

Na 40ª carta, a missivista, advogada, relata sua origem humilde e seu esforço para cursar os programas PROUNI e CAPES, de Lula, que possibilitaram sua formação acadêmica e desenvolvimento profissional como docente em universidades públicas.

Na 41ª carta, o antropólogo narra sua história de pobreza e exclusão racial, sentida, ainda hoje, com diploma de doutor e vida próspera. Critica Lula por promover a ilusão de acesso ao consumo e servir à elite, mas aponta a injustiça sofrida por ele.

Na 42ª carta, o jornalista, professor, escritor e ex-deputado federal Jean Wyllys, ícone da luta LGBTQIA+, autoexilado em Berlim por sofrer ameaças de morte, associa Lula à figura paterna e reafirma compromisso com a campanha por sua libertação.

Na 43ª carta, a jovem missivista de 15 anos relembra o passado de sua família, de miséria e fome, retratado em seu livro publicado aos 14 anos. Um passado que foi transformado pelas políticas públicas do governo Lula que impactam seu presente.

Na 44ª carta, a missivista, jornalista e militante do PT, conta sua saga familiar de pobreza extrema e as melhorias propiciadas pelos governos petistas. Sua narrativa polarizada denuncia as injustiças sofridas por Lula e a disposição de lutar ao seu lado.

Na 45ª carta, a missivista marca os 500 dias de prisão de Lula, denunciando “o golpe” e as injustiças contra o povo. Fala da resistência dos militantes e simpatizantes petistas. Relembra encontro com Lula em evento e a presença na “Vigília Lula Livre”.

Na 46ª carta, a missivista de 83 anos fala de gerações de “semi escravizadas” da qual faz parte. Parabeniza Lula por seu aniversário e ressalta a importância das políticas educacionais de seu governo na vida de seus filhos e netos, hoje doutores.

Como observado no conteúdo narrativo levantado, a seleção das cartas acompanha vários dos temas presentes na agenda política petista, bastante produtiva já que conduziu o partido à vitória em quatro eleições presidenciais consecutivas: 2002, 2006, 2010 e 2014 - dois mandatos de Lula, com influência para eleger sua sucessora, e dois mandatos de Dilma Rousseff, o segundo interrompido pelo *impeachment* sofrido por ela em 31 de agosto de 2016.

Entretanto, essa agenda progressista de inclusão e diversidade era e se mantém polêmica, dividindo a sociedade em nichos propensos às reformas e nichos conservadores que se diluem entre os temas em questão. Uma pessoa pode ser, por

exemplo, favorável à igualdade de oportunidades e direitos civis, enquadrando-se, nesse aspecto, no nicho progressista, e ser contrária à legalização do aborto ou dos relacionamentos homoafetivos, em conformidade com o pensamento conservador.

A essa diluição, por si só problemática para a plataforma petista, somou-se a onda de denúncias de corrupção dentro do governo do PT - envolvendo suas lideranças mais expoentes, dentre elas Lula que foi condenado e encarcerado - assimiladas como verdadeiras pela maioria dos eleitores, engendrando condições propícias para o avanço da extrema direita conservadora como capaz de moralizar a política e defender valores políticos, sociais e culturais ditos imprescindíveis, não passíveis de questionamento.

O resultado disso, verificado nas eleições presidenciais de 2018, foi a eleição de Jair Messias Bolsonaro e a desvalorização do capital simbólico de Lula e dos ideais progressistas. A recuperação da credibilidade na figura pública de Lula e em sua agenda política, após a comprovação de irregularidades processuais nas denúncias e condenações judiciais e restabelecidos seus direitos políticos, tornou-se vital para o futuro do PT, de seus membros e de sua plataforma ideológica.

O livro traz histórias de vida - testemunhos em primeira pessoa com grande potencial para reconstituir a experiência vivida com “autoridade imperativa” (SARLO 2007, p. 89) de verdade dessa experiência – sobre a extrema pobreza e sobre a perpetuação de desigualdades e de disputas assimétricas de poder, enfrentadas por Lula em sua trajetória sindical e política e pelas políticas públicas petistas que realizaram melhorias e transformações radicais na vida dos missivistas.

Esses testemunhos vivos, desfrutando do estatuto de verdade, sem que a verdade seja problematizada, buscam restaurar o legado de lutas do ícone Lula e do PT e funcionam, ao que sugere seu conteúdo já levantado, como ação de campanha política, dentre outras tantas, visando as eleições presidenciais de 2022. Uma ação que mobiliza o gênero carta pessoal, definido no Prefácio do livro, por Emicida, como

fruto de um esforço intelectual e artesanal que não mira o abstrato de uma legião de pessoas. Seu foco é um único coração, que precisa não somente daquela informação naquele momento, mas, além disso, precisa daquela manifestação. Uma carta é uma maneira de se fazer presente, diria Foucault. Um gesto simbólico, ilustrando que entre os dois extremos envolvidos, missivista e destinatário, não existe distância, ou ainda que possa existir, não é suficiente para separá-los.

Então a carta se transforma, antes de qualquer outra coisa, num exercício de partilha, uma necessidade [...] (2022, p. 11)

As cartas do livro, assim entendidas, aproximam Lula e seus simpatizantes, afastados arbitrariamente, mas não só eles. Elas restauram, pela força de verdade de seus testemunhos e pela força afetiva, identitária e dialógica do gênero, a proximidade de Lula com o povo brasileiro, suas demandas e esperanças.

Desse modo, o livro configura-se como material para reconstrução do estoque de capital simbólico de Lula e desconstrução do capital simbólico adquirido por Bolsonaro em um momento de disputa presidencial acirrada que exige capturar para si os eleitores oscilantes entre os nichos progressistas e conservadores.

Após a discussão empreendida que relaciona os critérios de seleção das cartas ao projeto ideológico do PT e a idealização do livro como propaganda desse projeto no processo eleitoral em andamento, abordamos, na sequência, a tipicidade do gênero carta pessoal, ancorada em sua estrutura composicional que organiza o evento comunicativo em suas dimensões pragmática, discursiva, enunciativa, cognitiva, semântica e interacional.

2.4.3 Estrutura composicional

As narrativas testemunhais do livro são escritas no gênero carta pessoal, uma produção de linguagem, socialmente situada, construída a partir de características particulares de interação e de um saber coletivo sobre o funcionamento e objetivos específicos dessa prática comunicativa. Predominantemente, esse gênero textual circula no domínio privado das atividades humanas, porém, as cartas pessoais do livro foram escritas sob interferências relativas ao seu contexto de produção: a partir de um pacto público e coletivo de luta pela libertação de seu destinatário encarcerado.

Essa singularidade engendrou um tom público e coletivo às cartas, contudo, foi mantido o posicionamento identitário do interlocutor em relação ao outro da interlocução, registrado discursiva e enunciativamente nas etapas de sua estrutura composicional: Abertura do evento, Corpo da carta e Encerramento.

A Abertura, primeira etapa do evento comunicativo, desempenha uma função de natureza pragmática e interativa e é composta por cabeçalho e exórdio. Estes elementos instauram o diálogo entre escrevente e interlocutor a partir de um conjunto de estratégias que os aproximam.

O cabeçalho das cartas do livro, fator contextualizador de produção, indicativo da origem geográfica e da época de escrita da carta, recebeu tratamento editorial que adequou variações pontuais ou de modelo, na realização empírica dos missivistas, para atender à tradição das práticas epistolares. Constatamos, assim, a uniformização de registro da localidade e da data no topo da página, à esquerda, antes do corpo do texto, nas cartas digitadas do livro. Entendemos tal interferência como organizadora e facilitadora do compartilhamento de saberes sociais sobre a carta pessoal e sua construção semântica e simbólica.

Causou estranhamento o fato de que, nas missivas em que originalmente esses elementos composicionais apareciam no final do texto, imediatamente antes ou depois da assinatura, foi mantido também o registro original, resultando em dois elementos de mesma função, repetidos. Tal ocorrência foi observada na 5ª, na 9ª, na 10ª, na 14ª, na 16ª, na 17ª, na 25ª, na 33ª e na 40ª carta.

Exemplificando, reproduzimos, a seguir, duas delas: cartas 16ª e 17ª.

Figura 1 - 16ª carta



Figura 2 - 17ª carta



Outras variações foram uniformizadas e podem ser verificadas a partir dos originais das cartas reproduzidos no primeiro caderno de fotos do livro (Anexo 2): na

21ª carta não há local e data; na 30ª carta há apenas data no final do texto, como mostram as imagens que seguem.

Figura 3 - 30ª carta editada



Figura 4 - 30ª carta original



Na 31ª carta, a edição indicou [Sem localização], possivelmente por não encontrar as informações do cabeçalho em outras partes da carta ou envelope.

O exórdio abarca sequências discursivas matrizes, a saudação e o vocativo, que são estratégias interativas introdutórias empregadas para expressar polidez e indicam a natureza do relacionamento entre remetente e destinatário.

Agentes comunicativos conhecedores desses traços composicionais, 94% dos missivistas iniciam a interação com Lula aplicando a saudação e o vocativo e estabelecendo uma relação simétrica, de vínculo quase familiar, cordial, afetuosa e de intimidade, ainda que, em muitos casos, não sejam sequer correspondentes que se conhecem.

Do ponto de vista gramatical, a fórmula padrão de saudação apresenta-se com a sequência: interjeição, seguida do nome, seguida de expressão interrogativa. Observou-se que, na saudação, em nenhuma das cartas do livro, há expressões interrogativas de tipo “Como vai você?”, “Tudo bem?”, “Está tudo bem com você?”. A

42ª carta, que não apresenta exórdio, traz em seu início um comentário que pode explicar a ausência de expressões interrogativas padrões em todas as cartas:

Difícil iniciar esta carta lhe perguntando se você está bem ou desejando que essas palavras lhe encontrem bem. Difícil porque sei que, por mais forte e resistente que você seja às injustiças e as dores que lhe foram infligidas ao longo desses anos, nada pode estar bem ou bom na situação em que você se encontra. (2022, p. 186).

Excluindo-se a expressão interrogativa, as cartas seguem o modelo de saudação expresso por interjeição seguida do nome: “Olá, Lula”: 2ª carta (p. 41); “Bom dia Presidente”: 10ª carta (p. 69), 28ª carta (p. 145); “Oi Lula”: 27ª carta (p. 143), 38ª carta (p. 172), 44ª carta (p. 209); “Olá, Presidente!”: 36ª carta (p. 166).

As demais cartas registram variações dessa parte da fórmula: adjetivo seguido de nome, como em “Querido Lula”; adjetivo e substantivo seguido de nome, como em “Querido Presidente Lula”, substantivo seguido de nome, como em “Presidente Lula”; apenas substantivo, como em “Presidente”.

Um levantamento das expressões empregadas pelos missivistas no exórdio atesta o desejo dos missivistas de demonstrar afeto, admiração e homenagem (para eles é ainda “presidente”) e criar uma relação de intimidade naquela situação comunicativa. A palavra “Querido” aparece em 22 cartas – com as variações: “Querido companheiro” (3); “Querido Presidente” (10); “Querido e amado Presidente” (2); “Querido e eterno Presidente” (1); “Querido e eterno Presidente Lula” (1); “Querido Luiz Inácio” (1). A palavra “Presidente” aparece oito vezes, além das já citadas – com as variações: “Presidente” (4); “Meu presidente” (1); “Eterno Presidente” (1); “Amado e eterno Presidente” (1); “Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva” (1). A palavra “Companheiro” é usada em seis cartas; a palavra “Caro” em duas cartas; a expressão “Amado e terno” em uma carta; e a palavra “Amigo” em uma carta.

Saudações com vocábulos que indicam formalidade ocorrem apenas: na 12ª carta: “Prezado Lula” (p. 75); na 15ª carta: “Excelentíssimo Senhor Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva” (p. 102); na 20ª carta: “Caro Luís Inácio” (p. 119); na 34ª carta: “Caro Sr. Lula” (p. 163); na 37ª carta “Saudações ao nosso Querido

Ilustríssimo Senhor. Luiz Inacio Lula da Silva” (p. 170). Entretanto, parecem denotar uma reverência com forte carga afetiva e não distanciamento com seu interlocutor.

Três missivistas, por decisão subjetiva ou desconhecimento, não utilizam a fórmula padrão de saudação em suas cartas: 18^a, que apresenta no lugar o título “Carta de apoio e solidariedade ao companheiro Lula” (p. 112); 33^a, que traz um título literário “A ausência de mãe à mesa e o cárcere político de Lula” (p. 156); 23^a, onde há o parágrafo de abertura definicional descritiva:

A um brasileiro. A um companheiro. Ao companheiro e marido da Marisa; ao companheiro e amigo daquele ali e desta aqui. A um homem simples. Ao homem que simplesmente permitiu que qualquer outro homem pudesse sentir orgulho por ser um “simples” brasileiro. Aquele que sonhou ser; àquele que foi; àquele que é, que sempre será. A você, “o cara” do mundo; a você, nosso Lula brasileiro” (p. 130).

O Corpo da carta é a etapa da interação propriamente dita, do desenvolvimento do objeto do discurso, não apresenta marcas modulares que indiquem o seu início e o seu fim. Sua função discursiva predominante é noticiar, relatar fatos, percepções e sensações que o escrevente experiencia e deseja compartilhar com o interlocutor.

O escopo da interlocução entre missivistas e o destinatário Lula foi amplamente descrito e discutido no item 2.4.2, anteriormente, quando apresentamos o conteúdo temático de cada carta do livro. Consideramos redundância replicá-lo neste item. Lembramos, todavia, que os relatos e percepções experienciados pelos missivistas concentram-se em situações de precariedade, desigualdades sociais, injustiças e exclusões geracionais enfrentadas pelas políticas públicas dos governos petistas, tendo como símbolo de luta e realizador de transformações o então ex-presidente Lula, encarcerado injustamente. Assim, os relatos incluem, também, registros de conforto, apoio e estímulo ao destinatário e o compromisso de lutar ao seu lado.

A etapa seguinte, e última, da estrutura composicional das cartas é o Encerramento, espaço que, assim como a Abertura, comporta sequências discursivas padronizadas e recorrentes de função interativa e caráter dialógico. Basicamente, é composto por Pré-encerramento, Despedida e Assinatura. As etapas de Abertura e Encerramento emolduram a interação, determinando o início e o fim do Corpo do texto.

Dentre as cartas do livro, apenas na 38^a, a missivista se abstém de formular um Pré-encerramento, ou seja, de anunciar que a interação está acabando, e encerra abruptamente a carta. Nas demais, há missivistas que registram formas próprias e há

missivistas que utilizam fórmulas linguísticas recorrentes que permitem ao destinatário identificar esse momento, como em: “Não vou me estender mais, porque imagino que você tem bastante carta pra ler” (1ª carta, p. 40); “Lula, ah como eu queria continuar escrevendo para lhe contar como amo ser petista e ser seu fã mas despeço por aqui pra que o texto não te canse na leitura” (12ª carta, p. 77); “Termino deixando meu abraço, parabéns, case e seja feliz” (46ª carta, p. 222).

É interessante observar que, sendo o Pré-encerramento também momento no qual se revitaliza o contrato comunicativo dialogal, firmado entre os correspondentes, que pressupõe a contrarresposta, os missivistas não declaram expectativa por uma resposta de Lula à sua carta, ao contrário, muitas vezes, antecipam que isso não ocorra, e o fazem de forma amigável e afetuosa. O contexto de produção e recepção dessas cartas faz subentender que não haverá a dinâmica de alternância de papéis, prevista no gênero carta, entre remetente e destinatário; não é esperada uma troca de mensagens e se estabelece, nesse aspecto, uma relação assimétrica. Como veremos adiante, esse contexto é minimizado pela relação intersubjetiva singular entre os missivistas e Lula que promove uma interação na qual aqueles buscam reiteradamente a participação deste e com ele compartilhar opiniões.

A Despedida, recurso que formaliza o fim da interação e expressa a afetividade existente entre os interlocutores, revela a qualidade da relação entre os missivistas e Lula. Transbordam palavras de admiração profunda pelo herói, de amor incondicional, de gratidão e de confiança extrema, esparsadas por todas as etapas composicionais das cartas do livro, especialmente na Despedida. Contudo, algumas missivas não registram, expressamente na Despedida, a afetividade por Lula, ainda que aflorem em outras partes. São elas as cartas: 8ª, 24ª, 28ª e 34ª.

A Assinatura, parte na qual se deixa clara a autoria do texto, validando o que foi enunciado, é uma unidade presente em 100% das cartas do livro. Dentre elas, a 19ª carta registra duas assinaturas digitais e uma assinatura indicada como [assinatura ilegível] pela edição. Assinam as cartas 17ª e 39ª a “Direção Estadual do MST Paraná” e “coletivo das mulheres do Vão do Masp”, respectivamente.

As demais 44 cartas trazem, em 68% delas, a assinatura com nome e sobrenome e, em 32% das assinaturas, apenas o primeiro nome ou apelido.

Respondendo ao pacto de resistência ao encarceramento de Lula, no qual militantes e apoiadores assumem a tarefa de povoar o Brasil com “milhões de Lula”, quatro missivistas acrescentam “Lula” ao nome como um sobrenome: 1ª, 10ª, 14ª e 34ª cartas. Na 33ª carta, o missivista Lucas assina “LUCASPETRALHA”, numa referência à forma pejorativa de chamamento dada a Lula naquele momento.

Exemplificando, reproduzimos, a seguir, duas delas: cartas 14ª e 33ª.

Figura 5 – Nome Lula

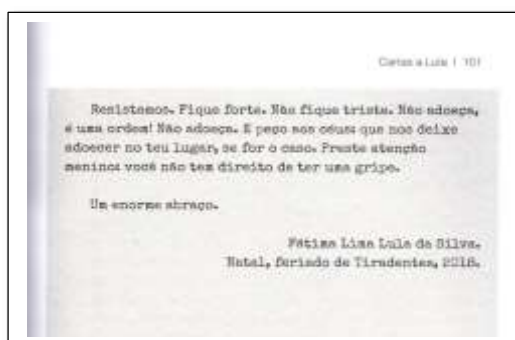
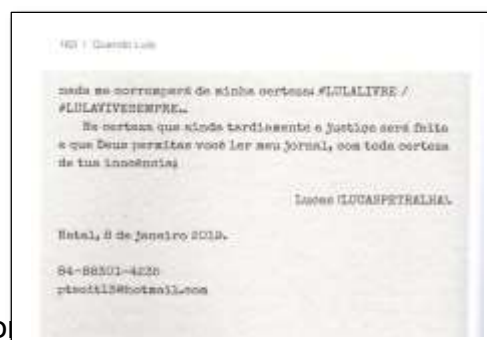


Figura 6 – Nome Petralha



o *Post scriptum* - etapa posterior ao Encerramento, destinada a introduzir algo que deixou de ser abordado no curso da escrita e seja relevante registrar – apareceu em 40% das cartas do livro. O *Post scriptum* foi introduzido a partir de diversas marcações: a mais usual “PS” em sete cartas; “em tempo”, ainda em tempo” em duas cartas; “obs:” em uma carta; () em uma carta; * em uma carta; e em cinco cartas sem marcação, apenas a mensagem. Quanto à mensagem veiculada no *Post scriptum*, observou-se: a retomada do conteúdo do corpo com esclarecimentos; a indicação de contato: endereço, telefone, e-mail; fórmulas de desculpas por erros de grafia e letra ilegível; comentários informais; convite; o verso de uma canção. São mensagens que pertencem ao espectro de tipicidade do gênero carta.

Neste item, o percurso de análise das cartas acompanhou algumas das propriedades do conjunto que promove o efeito de tipicidade da carta pessoal e relacionou tais propriedades às produções textuais dos missivistas do livro, visando estabelecer similitudes, discordâncias e pontos de contato entre elas.

Seguindo nesse propósito, examinaremos, no próximo item, duas propriedades relevantes desse conjunto que se manifestam na materialidade linguística das cartas: i) o caráter de informalidade das relações interpessoais: fatores ligados à natureza e finalidade do gênero; papéis comunicativo e social dos participantes; propósito

comunicativo; atitudes enunciativas e formas de polidez assumidas na interação; âmbito privado das relações de parentesco e amizade; *ii*) as marcas de interatividade: expressões ou formas linguísticas que subentendem a presença de um leitor ao qual o escrevente se refere e com o qual dialoga (MARCUSCHI, 2001).

2.4.4 Informalidade e interatividade nas cartas

Ainda que fatores sociais e culturais redesenhem, de tempos em tempos, as práticas comunicativas de um gênero, as cartas do livro, atualizadoras do gênero epistolar, resguardam sua finalidade social que é a de promover e sustentar um convívio, à distância, de indivíduos que possuam estreito relacionamento social.

Para iniciarmos a análise sobre a informalidade e a interatividade nas cartas, é imprescindível reiterarmos a particular relação intersubjetiva entre Lula e os missivistas quanto ao papel social de ambos no evento comunicativo do qual participam. Trata-se de uma relação fortemente determinada por construções simbólicas e registros de memória social que se sobrepõem à natural relação entre um presidente e seus eleitores.

Nesses registros, o propósito que guia os missivistas é marcadamente interpessoal, ancorado no âmbito privado da família e da amizade, e motivado pela prática de compartilhar sua vida cotidiana e buscar notícias daquele que está ausente. Mas não só, quer também opinar e persuadir o destinatário sobre as lutas em comum. As missivistas das 26ª e 45ª cartas escrevem dezenas de vezes ao destinatário, apesar de não o conhecê-lo pessoalmente, e sua interlocução é marcada pela proximidade de quem atualiza os últimos acontecimentos a um amigo.

Remodelando a conduta esperada dos participantes, a interação tem caráter simétrico, estabelecida entre iguais, sem considerar a hierarquia institucional que caracteriza a posição social de cada um. Em razão disso, a privacidade e informalidade são traços salientes e recorrentes nas cartas.

Para ilustrar essa percepção, alguns exemplos:

P.S: Espero ainda um dia, presidente, poder encontrá-lo pessoalmente para o café que me convidou. Torço para que este dia não demore. (2022, p. 49)

Em tempo: O senhor não sabe, mas meu segundo filho, Francisco é seu afilhado. (2022, p. 68)

Sou amiga de Ines Filipe de Diadema. [...] Conheço também de lá, a Rioco Genuino (com “u” como era originalmente). Bem, mandei uma msg prá Ines [...] prá saber alguma notícia menos oficial de você. (2022, p. 98)

Sorrio ao imaginá-los ao redor da mesa conversando e saboreando o prato preparado por ela... Talvez com uma cachacinha para abrir o apetite, não é mesmo? Nosso presidente é da cachaça, não do uísque! :-) Desculpe a intimidade, meu presidente. Pensar que a vez que estivemos mais próximos foi em meados dos anos oitenta, durante o comício pelas Diretas Já! (2022, p. 131)

Eu tenho 69 anos. Posso ser sua irmã mais nova. E sendo assim me vejo no direito de te dar um conselho [...] (2022, p. 143)

São 3h30 da manhã desta sexta-feira de um feriado prolongado. E não dormi. Meus pensamentos estão no senhor [...] (2022, p. 145)

Sou Inês, pernambucana igual a você. Vou chamá-lo com essa intimidade porque tenho 64 anos, então podemos ser irmãos por afinidade. (2022, p. 154)

Porém, estou lhe escrevendo por um motivo especial. Quero parabenizá-lo pelo seu aniversário, receba meu abraço carinhoso [...] (2022, p. 222)

Apresentamos, na sequência, exemplos representativos da informalidade observada nos registros.

Em relação à seleção de recursos linguísticos pelos missivistas destacam-se as formas de tratamento informais: uso dos pronomes “você” e “tu”, apelido “Lula” e expressões afetivas nos vocativos do texto. Como amplamente descrito e analisado quando tratamos das etapas da estrutura composicional das cartas, no item anterior (2.4.3), retomado, agora, de forma resumida e percentual, 98% das saudações trazem no vocativo o apelido “Lula”; as palavras “querido”, “amado”, “companheiro”, “eterno”, aparecem em 95% das cartas.

Os pronomes “você” e “tu” são usados em 40 das cartas; as cartas 4^a, 9^a, 10^a, 15^a, 28^a e 36^a utilizam o pronome de tratamento “senhor”, contudo o registro mantém muita proximidade com o destinatário. A informalidade chega a registrar o uso de cinco palavrões: quatro em contexto de exaltação de qualidades, “puta sorriso” (1^a carta), “mulher da porra” (2^a carta), “Dilma Rousseff é muito do caralho” (3^a carta) e “Tu é foda” (31^a carta), e um em contexto de indignação, “brutamontes... de merda” (9^a carta); quatro missivistas são mulheres (três jovens e uma professora de história) e um homem (formado em história e sociologia).

Ainda do ponto de vista da seleção de recursos linguísticos, indicamos a presença reiterada de expressões fixas, aforismos e *slogans* ligados à campanha pela libertação de Lula e utilizados por ele em seu discurso no dia de sua prisão: “Lula, cidadão do mundo”, “Você é o cara”, “Jamais aprisionarão nossos sonhos”, “Você já virou uma ideia”, “Podem matar duas ou três rosas, mas não impedem a primavera”, “A esperança vencerá o medo”, “A semente Lula”, “Ninguém solta a mão de ninguém”, “Vira Voto Vira”, #RESISTÊNCIA, #PAIDOSPOBRES, #LULALIVRESEMPRE (e suas variações).

Formas gramaticais e lexicais do registro linguístico coloquial, como a redução de termos - “para” (“prá”, “pra”); “para o” (“pro”); “está” (“tá”), “estava” (“tava”) e “estou” (tô, “tou”); “você” (“vc”); “observação” (“obs”); “porque” (“pq”); nomes de localidades (“MS”, “PI”, “SP”, “PR”, “SC”) – e gírias são abundantes nas cartas.

obs: quando falar com a Dilma, diz que **tô** chateado por ela não ter vindo para **Floripa**. (2022, p. 44)

Eu **tava** lá no sindicato dos metalúrgicos, naquele dia horrível [...]. Mas se lamentar não é produtivo **pra** mim, nem **pro** nosso país [...] (2022, p. 45-46)

Após muita luta para participar do Programa, [...] cursar direito em uma Universidade particular em Fernandópolis – **SP**. (2022, p. 179)

Mas **tá** tudo tão louco que só agora parei **pra** isso! [...] Sempre brinco que tu és o “ex” que mais sinto saudade! **Hehe!** (2022, p. 78-79)

Eu tenho certeza que **tou** falando coisas que **vc** sabe. (2022, p. 99)

Tinha uma admiração profunda por você. Acho que tinha até uma paixonite. **Hhahahahahh...** [...] **Rolava** uma identificação total. **Saca?** Daí quando você ganhou a eleição **pra** presidente, finalmente, eu fiquei **muuuito** feliz. [...] de quanto você era pragmático e **blá bela blá**, não teve jeito. (2022, p. 120-121)

Quanto à edição do texto, um caráter de informalidade bastante evidenciado nas cartas pessoais manuscritas é a marca de correção na superfície original do texto que revela o trabalho de planejamento textual realizado em uma única e definitiva versão: ajustes ortográficos ou gramaticais, acréscimo ou corte de palavras ou frases, passagens complementares ou retificadoras entre as linhas do texto ou nas laterais da folha.

As cartas do livro passaram por processo editorial e foram digitadas, uma nova versão que poderia eliminar as marcas de reparos. No entanto, mantiveram-se, na versão digitada, as marcas originais na superfície do texto das cartas. Isso ocorreu na 8ª, na 27ª e na 32ª carta, nas quais os traços que retiram palavras foram mantidos.

Na 46ª carta, as correções ortográficas feitas pela missivista na carta original não foram reproduzidas na carta digitada, mas podem ser observadas no 1º caderno de imagens, p. 90 (Anexo 2), que traz a carta manuscrita.

Dois exemplos:

Figura 7 - 8ª carta

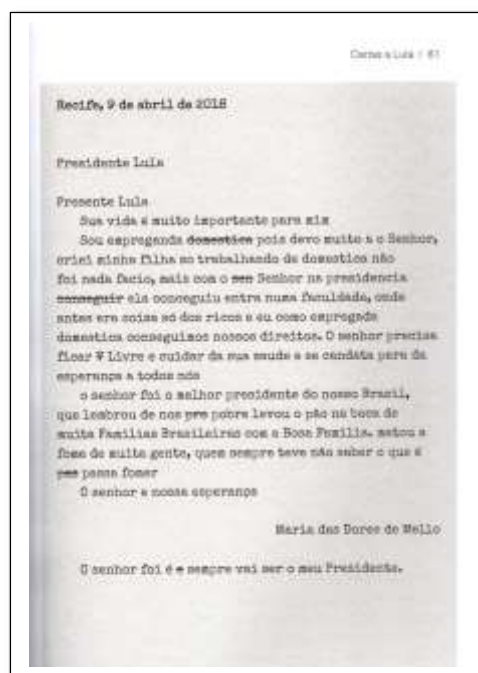


Figura 8 - 27ª carta frente



Figura 9 - 27ª carta verso

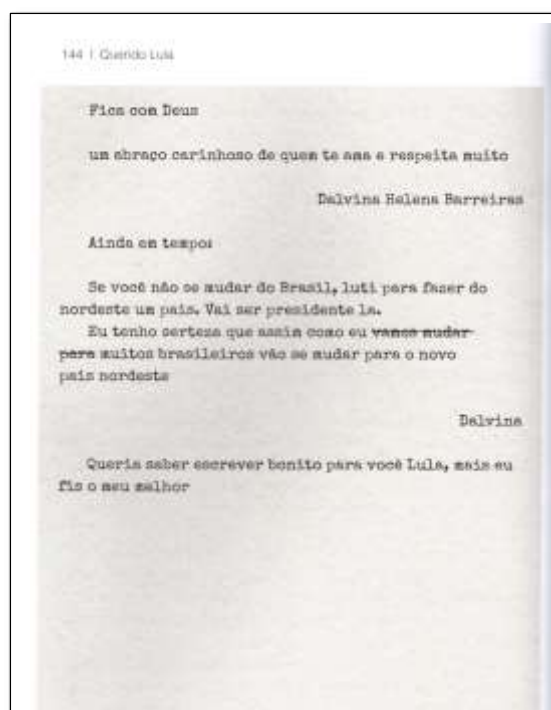


Figura 16 – 30ª carta



Figura 17 – 46ª carta



Verificamos a utilização de folhas de caderno e pautadas (10ª, 16ª, 21ª, 46ª) e folhas de sulfite branca ou colorida (13ª, 20ª, 23ª, 30ª); escrita com tinta vermelha, cor do PT, (21ª, 30ª); o desenho de coração, na 13ª carta, assim como em muitas outras cartas, é reproduzido nas cartas impressas do livro.

Também *corpus* deste estudo, os cadernos de fotos do livro trazem um conjunto simbólico (cartazes, desenhos, imagens, cores e letras estilizadas, símbolos do PT, o mais reiterado a estrela) de caráter memorístico sobre a trajetória sindical e política de Lula, e de enunciados fixos que defendem sua libertação.

Passando à discussão sobre as marcas de interatividade nas cartas, entendemos, a partir dos pressupostos de Marcuschi (2001), que seu caráter dialógico está intrinsecamente ligado às relações intersubjetivas e de elocução dessa prática discursiva.

Ao escrever, o missivista projeta seu destinatário, tem em mente a quem se dirige, e tem como objetivo fundamental noticiar fatos do cotidiano. Dessa forma, em seu registro, atuam formas de polidez, marcadores discursivos, perguntas diretas e estratégias de partilha com o destinatário. Busca, com isso, a compreensão do leitor e torná-lo “presente” numa interação que não ocorre face a face. Os missivistas estão

atentos ao seu destinatário, Lula, interpelando-o, convocando-o, orientando-o para que participe do processo de produção da carta.

Nas cartas, as formas atualizadas de polidez visam manter o equilíbrio interpessoal da interação e estabelecer relações cordiais - de respeito às necessidades de aprovação e preservação da autoimagem e da imagem do interlocutor -, promovendo e facilitando a construção do diálogo. São expressões de afetividade, respeito e deferência ao destinatário, valorizando a interação em curso, encontradas prioritariamente nas etapas de abertura: saudações e vocativo, e de despedida.

As expressões na etapa de abertura já foram descritas e analisadas quando abordamos a estrutura composicional das cartas (item 2.4.3). Aqui, exemplificamos apenas trechos de polidez na despedida.

Com todo meu amor, admiração e respeito. (2022, p. 49)

Um abraço deste sergipano que lhe quer muito e não abre mão de votar em você. (2022, p. 57)

Um abraço com tudo de bom e maravilhoso pra você! Vida longa e próspera! (2022, p. 123)

Amamos você! Estamos com você! Lutamos com você! Receba nossos abraços cheios de carinho" (2022, p. 138)

Boa sorte. Boas energias. Todo o amor do mundo pra você. Permaneça firme. Um abraço. (2022, p. 217)

Receba este abraço, meu querido Presidente Lula, de tantos e tantas como eu, de minha mãe e minhas tias, de homens e mulheres negras que reconhecem a grandeza do teu gesto abnegado pelo bem do povo brasileiro. (2022, p. 185)

Essas marcas de polidez, executando diferentes funções, foram observadas também no corpo das cartas. Exemplificando:

i) preservação da autoimagem e da imagem de Lula; e respeito:

Reconheço os méritos do seu governo na ampliação e investimento na educação superior. Foi uma verdadeira revolução! [...] Tenho orgulho de dizer que tirei meu título de eleitora aos 16 anos para votar no senhor. [...] Porém percebi a aproximação do partido com os setores conservadores e elitistas que tanto combatíamos. [...] Ao meu ver, o pacto em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva é contrário aos interesses elitistas. A tentativa de conciliar isto, claramente, deu errado, presidente. Com isso, na segunda eleição, o senhor não recebeu o meu voto. Nem o PT a partir disso. [...] Presidente, o senhor deixou um grande legado que está ameaçado. [...] Precisamos deste projeto! É por isso que estou escrevendo ao senhor! (2022, p. 126-129)

ii) necessidade de aprovação; valorização da interação e deferência

Me desculpe de mais uma vez lhe escrever falando de coisas tristes. (2022, p. 141)

Numa das suas idas ao Recife, sou de lá, arranhei sua mão tentando tocá-lo, peço desculpa. Também por essa letra, que é ruim mesmo e piorou com essa tremedeira de emoção de estarmos conversando. (2022, p. 154)

Desejo que o senhor também possa ler minha pequena obra, e enxergar como sua existência, suas iniciativas e suas ações foram necessárias para que ela acontecesse [...]. Eu realmente agradeço por ter dedicado seu tempo a ler tudo que escrevi até aqui de forma mais sincera possível. (2022, p. 192)

Estão presentes nas cartas, com função unicamente interativa, os marcadores discursivos lexicais (como “bem”, “bom”, “sabe”) e não-lexicais (como “ah”, “há”), vazios de conteúdo semântico e que articulam informações e interlocutores. Alguns exemplos dos marcadores citados:

Bem, o que a história dessas duas pessoas comuns tem em comum com você e seu governo? (2022, p. 41)

Pois bem, os programas dos seus dois governos, depois mantidos pela Presidenta Dilma [...] (2022, p. 59)

Lula, **ah** como eu queria continuar escrevendo pra lhe contar como amo ser petista e ser seu fã [...] (2022, p. 77)

Bom, de qualquer modo resolvi te escrever, (2022, p. 119)

Há! Lembrei de uma coisa quase engraçada. (2022, p. 141)

O marcador discursivo “olhe” / “olha” tem natureza imperativa e sua estratégia interativa aponta para o sentido de orientação interpessoal: a missivista convoca Lula a se fazer presente e participar da interlocução.

Olha, Companheiro Lula, eu pensei muito no meu pai nesses últimos dias. [...] Olha, Lula, não sei o que vai acontecer com o Brasil daqui para frente. (2022, p. 37-39)

Nas cartas, há marcadores discursivos interrogativos que indicam a mudança de tópicos da narrativa ou monitoram a atenção do destinatário, como em:

Ando tentando não ser pessimista, **sabe?** (2022, p. 39)

Companheiro, a gente aqui fora não vai desistir de você não **viu**? Desistir de você significa, também, desistir da gente. E a gente não é trouxa, **né**? (2022, p. 40)

Vamos continuar indo adiante juntos, **tá**? (2022, p. 47)

Vê? O senhor é um líder, capaz de unir todos os corações vibrando [...] (2022, p. 53)

Mas quem sou eu para lhe falar em injustiça, **não é mesmo**?

Ano passado eu comprei meu apartamento. **Acredita**? (2022, p. 214)

Os enunciados interrogativos das cartas podem atender, ainda, ao propósito discursivo de avaliar o conteúdo de uma informação, invocando a concordância do interlocutor, como em:

Formei em História, posteriormente, sociologia [...]. Hoje estou no doutorado em História UDESC-SC. Os motivos? Não foi apenas vontade e gosto em estudar, tive oportunidades, fui e sou bolsista. [...] Bem, um resumo da história dessas pessoas. Estão bem sucedidas? Não, nossos tempos sombrios não garantem nada. (2022, 42)

No entanto, eu estava lidando com jovens estudantes e os comparava com os da rede particular, que já nos seus 15 anos desejavam “conquistar o mundo” via estudos. Por que os da rede pública não se sentiam assim? Não preciso detalhar os motivos que o senhor tão bem conhece. (2022, p. 58-59)

Em algum momento de sua trajetória, o senhor imaginou que um dia veria um filho de camelô tornar-se doutor? Pois verás. (2022, p. 109)

Tenho mais mágoas destes dos que votaram no capiroto, porque estes poderiam ter salvado este país. É isto: “eureca”. Percebes por que não choro? Porque estou um pote “até aqui” de mágoa. (2022, p. 140)

Mas por que eu deveria te contar toda essa história, que se assemelha à de tanta gente lutadora por aí? Porque a primeira porta que se abriu permitiu que as demais portas se abrissem. (2022, p. 179)

Alguns ainda vivem de aluguel e os que conquistaram a casa própria, só conseguiram depois dos quarenta anos de idade (adivinha quem estava no governo?) [...] Sempre imaginei como seria se tivesse Bolsa Família na época dos meus avós. Será que minha bisavó teria enterrado tantas crianças? Será que meu avô saberia escrever melhor? Será que ele teria que ser padeiro aos oito anos? Eu acho que não. Pena que, antes de você, ninguém olhou pra eles. Obrigada por ter olhado. (2022, p. 210 e 213)

Nesses exemplos, identificamos que os enunciados não expressam uma interrogação propriamente dita e sim uma argumentação para confirmar a concordância que o missivista acredita ter de Lula. Essa estratégia busca o apoio e a

atenção de Lula para que se envolva com o que é dito, compartilhando posições com os missivistas.

Outro propósito nos enunciados interrogativos das cartas diz respeito ao envolvimento interpessoal com perguntas referentes à vida cotidiana, do âmbito privado de Lula, com teor afetivo, para consolidar relacionamento próximo. Como em:

Você viu a final do campeonato paulista? Falaram que tem televisão aí. [...] Pensei, poxa, o Lula vai ficar feliz. (2022, p. 45)

la escrever Luís Inácio, de brincadeira, mas lembrei que quando minha mãe chamava a gente pelo nome completo e bem explicado era porque tínhamos problemas e no mínimo um carão estava a caminho. Dona Lindu também tinha esse costume? (2022, p. 97)

Porque estou te escrevendo? Não sei ao certo. (2022, p. 119)

Meus pensamentos, e o de milhões de outros, estão neles e no senhor: como se sente nesta madrugada nesta cela solitária, como se sente? (2022, p. 145)

Os missivistas reproduzem palavras e expressões utilizadas por Lula em seu discurso em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, fazendo com que sua voz se manifeste na realização discursiva do missivista. Portanto, no ato enunciativo do missivista, ecoa a voz de seu interlocutor, Lula. Esse efeito de polifonia (Bakhtin) se verifica em:

Mas como foi dito em seu pronunciamento, as ideias não podem ser presas, “podem matar duas ou três rosas, mas não impedem a primavera”. (2022, p. 43)

A forma como a minha mãe chorou, um choro de orgulho, de quem luta, quando você disse que os poderosos não têm como impedir a chegada da primavera [...] (2022, p. 46)

Em seu mais recente discurso o senhor disse ser uma ideia. (2022, p. 48)

Porque como o senhor mesmo concluiu, o senhor não é mais uma pessoa. É uma ideia. (2022, p. 71)

Como você disse amigo Lula: “sonhos não se prendem” [...] (2022, p. 116)

Neste item, em que analisamos as marcas de informalidade e interatividade nas cartas do livro, indicamos, na materialidade linguística das narrativas, indícios de

construção do processo de produção dos missivistas no curso da interação. Na singularidade da situação comunicativa nesse evento, acompanhamos os movimentos dos produtores das cartas para constituir a dialogicidade e se colocarem discursiva e enunciativamente na interlocução.

Uma interlocução pautada em vínculos afetivos, gerados pela memória social e pelos processos culturais e comunicacionais, que atravessam os missivistas como sujeitos históricos e atualizam as condições de produção e recepção da prática social que desenvolvem.

No próximo capítulo, centramos nossa análise na construção do missivista como sujeito testemunho dos fatos lembrados nas cartas e discutimos o estatuto de Verdade desses testemunhos.

3. MISSIVISTAS

3.1 A construção do sujeito testemunho

No capítulo anterior, item 2.4, desenvolvemos a tarefa de delinear o perfil dos missivistas das cartas quanto à sua localidade, sexo e escolaridade; o conteúdo temático de suas narrativas e as formas de interação entre eles e seu destinatário, Lula, reveladas na estrutura composicional das missivas. A análise dos dados levantados, independentemente do aspecto enfocado, colocava-nos diante da configuração do sujeito narrador e, por isso, já nos aproximamos dele e de seu universo. Aprofundamos, a seguir, a análise sobre a gênese desse narrador em 1ª pessoa quanto aos processos sociais e culturais que vivenciam e a substância social de sua memória que determinam as ideias, posições e evocações em seus registros autobiográficos. Estes, como ensina Bosi, “o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar” (1994, p.68).

3.1.1 O papel da memória social

A maior parte das cartas trazem relatos que, em maior ou menor grau de extensão em seu conteúdo, reconstroem a história familiar do missivista e a realidade interpessoal de seu grupo. As cartas remetidas de coletivos representativos de trabalhadores ou movimentos sociais trazem, igualmente, lembranças extraídas das instituições sociais de convivência do grupo. Nas missivas, ao narrador foi atribuída a função de sujeito representante do legado simbólico de Lula fixado na memória social do país - função assinalada por Chirio na Introdução do livro, como tendo sido assumida no pacto firmado no dia da prisão de Lula – e esse traço distintivo também repercute em seu testemunho.

A memória social e a memória individual trabalham juntas no sujeito testemunho das cartas: na narração de fatos de ressonância coletiva da forma como se imprimiram em sua subjetividade; na narração de fatos testemunhados por outros que nele repercutem profundamente; ou na narração de fatos em que materialmente encontrava-se só, mas não desacompanhado das pessoas que fizeram ou fazem parte de seus grupos de convivência, igualmente relevantes na determinação de seu

ponto de vista. É o narrador de Benjamin (1962) que ficou, conhece sua terra e seus conterrâneos e é habitado pelo passado, mas, em muitas narrativas, é o narrador desterrado, que vem de fora, expulso pela miséria em que vive sua classe social. Ambos vencem a distância e o tempo para contar suas histórias.

Para acessar sua lembrança, o narrador desenrola “fios de meadas diversas, pois ela é o ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado” (BOSI, 1994, p. 413).

No conjunto de lembranças do livro, a divisão do tempo que nelas se opera ressalta a sucessão de etapas dividida por marcos, pontos significativos onde a vida do missivista se concentra, geralmente de mudanças sociais. As mudanças apontadas pelos narradores estão sempre relacionadas às melhorias sociais, em sua vida e na de seu grupo, promovidas pelas políticas públicas dos governos Lula. Todos esses marcos, porém, funcionam como um trajeto para se chegar ao marco principal: a injusta prisão de Lula e o compromisso de estar a seu lado e representá-lo em sua luta contra a desigualdade social, a exclusão e a opressão. Nesse caminho, a força de sua elocução está na memória grupal, feita de memória individuais, que recria o passado para intervir no presente: recuperar o valor simbólico de seu líder.

Mudanças espaciais, nos relatos, são marcos comuns de extremo sofrimento. Neles, o desenraizamento é condição desagregadora da memória; as relações econômicas e, mais que isso, de sobrevivência, se sobrepõem aos outros vínculos sociais em um dos mais cruéis exercícios da opressão: a espoliação das lembranças.

A memória estava apoiada na estabilidade espacial e na confiança de que as pessoas de sua convivência não se afastariam, estes eram alicerces seguros que lhe foram tirados. E ele busca no herói mítico que volte, compartilhe com o grupo os aprendizados e transforme o entorno social.

Pilar do Sul, 9 de abril de 2018

Nosso herói, Lula:

Tenho 70 anos e nunca frequentei a escola, porque desde criança trabalhei na roça. Nasci em Nossa Senhora das Dores (Sergipe). Assim como você, fiquei viúvo aos 30 anos, quando já tinha três filhas.

Vim para São Paulo em 1967 no pau de arara, para trabalhar na roça de milho, algodão, amendoim. Trabalhava de peão, porque não tinha estudo.

Sempre acompanhei sua política, sempre votei em você e nunca me decepcionei. [...]

Tenho uma neta que estuda na Universidade Federal de Curitiba e sinto muito orgulho. Sei que isso não seria possível sem seu governo.

Sinto muita angústia e tristeza por saber que está preso, porque sei que isso está acontecendo porque seu governo foi para os pobres e eles não aceitam quem luta por nós. [...]

Sei que é Inocente

Força companheiro!!
Força amigo do povo! Estamos juntos!
Fora rede globo.
Lula 2018!

Um abraço deste sergipano que lhe quer muito e não abre mão de votar em você. [...]

*Esta carta foi ditada por mim, porque não sei escrever.

Lula 2018! Lula 2018! Lula 2018! Lula 2018! Lula 2018!

(CHIRIO, 2022, p. 56-57)

Nas missivas, as lembranças dos fatos públicos convergem para a memória política do sujeito testemunho que faz uma leitura social e política do passado, com olhos do presente, na qual se observa de forma bastante visível forte teor ideológico e de convenção. O narrador recorre frequentemente a juízos de valor, marcando sua posição no quadro histórico de radicalização da polarização política que vive.

Esses posicionamentos, assim como as lembranças não são originais nos missivistas, foram inspirados nas conversas com outros e, com o tempo, passaram a formar uma história dentro deles, que os acompanha e se complementa com suas experiências de vida. Em um processo que não é consciente, essas posições são assumidas como suas quando, na verdade, são ecos das posições do grupo de que fazem parte. Os valores coletivos do grupo, coincidindo com a disposição interior dos missivistas, são assimilados e sua fonte original esquecida por eles.

Os missivistas, transitando nas fronteiras entre o sujeito e a sociedade, e a maior parte deles marcados pela marginalidade política a que se renegam os estratos pobres da população, localizam em Lula o grande divisor de águas público de suas histórias de vida e há sempre um antes e um depois dele: “Contudo, essa trajetória de miséria só foi rompida em seu governo” (2022, p. 41), escreve o missivista; “Antes do

seu governo, mal podíamos pisar nos bancos públicos. Os investimentos disponíveis tinham destinos certos aos fazendeirinhos da cidade. Passamos a ser prioridade no seu governo” (2022, p. 75) afirma outro; “Nem as mulheres, nem as esquerdas, nem os mais pobres teriam conquistado espaço, cidadania, consciência política, dignidade e um enorme apreço pelo regime democrático não fossem seus 40 anos de luta” (2022, p. 176), indica outra missivista. A imagem de Lula, apesar de seus traços idealizantes, está associada concretamente a escolhas políticas de classe.

A qualidade da lembrança política se distingue entre os missivistas espectadores e missivistas participantes da política. A leitura das narrativas sugere uma estereotipia mítica maior entre os espectadores. No entanto, mesmo entre os militantes críticos, o concreto de suas lembranças factuais cede à convencionalização (BARTLETT, 1932) e atribuem ao líder político e suas ações características extraordinárias e sublimes. A experiência política partidária modela seu discurso convencional, ideológico, celebrativo, escondendo o aspecto mais objetivo de sua escrita testemunhal. Em ambos, espectadores e participantes políticos, afloram reiteradamente os símbolos midiáticos do seu grupo de apoio (descritos no capítulo 2, item 2.4.3.), slogans, frases de campanha e provérbios (registros do discurso circulante, do âmbito da crença) evocando uma memória grupal.

Dessa forma, o que se observa é que o caráter unidimensional do ponto de vista dos missivistas sobre os fatos públicos dá à memória registrada em suas narrativas uma visível tendência ideológica, o que confirma seu testemunho como peça de representatividade simbólica de Lula. Temos aqui um exemplo de adequação do individual ao grupal, como postulado pela teoria sobre interpenetração profunda entre coletivo e pessoal de Halbwachs (1990). Nem a participação na vida pública, que eleva o nível de informação do narrador, consegue libertá-lo da modelagem a que todos nós e os acontecimentos são submetidos nos quadros sociais da memória.

3.1.2 Memória discursiva e Verdade nos testemunhos

As cartas do livro, embora concebidas originalmente no âmbito privado, inscrevem-se também no âmbito público com a publicação dos textos em livro, o que

acabou por incluir em seu quadro situacional outro participante da instância receptora: o leitor do livro. No capítulo 2, item 2.3.1, argumentamos sobre a hipótese do livro como material de campanha política e contemplamos esse leitor como sujeito interpretante das missivas e alvo das representações simbólicas, intencionalidades e estratégias discursivas operacionalizadas nos textos verbais introdutórios e de apoio (prefácio, introdução, orelhas) e nas imagens que compõem o livro. Acreditamos que essa particularidade situacional não impede, pela abordagem teórica assumida, a análise pretendida neste item.

As cartas do livro são atos de linguagem e, como tais, combinam instância situacional e instância discursiva na realização dos enunciados pelos missivistas, seres psicossociais implicados numa relação contratual da qual participam e na qual concebem, organizam e encenam suas intenções de forma a produzir efeitos de persuasão e de verdade sobre o interpretante.

As narrativas de história de vida, de celebração do líder mítico, de indignação por injustiças sofridas por eles próprios e por aquele que os representa, de apoio incondicional e de compromisso com a luta pela liberdade de seu destinatário são discursos contextualizados de sujeitos históricos nos quais se observam vestígios de textos anteriores produzidos pela liderança política a quem seguem, Lula, e pelos grupos sociais nos quais se inserem.

Todo seu universo simbólico de exclusão e desigualdade de direitos e oportunidades é seu lugar de memória e seu texto é a materialidade simbólica de significação da sua memória discursiva. São memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) operando seu trabalho de subversão em um momento de crise social e política que revela ressentimentos acumulados no tempo e uma memória da dominação. Na formulação de seu relato, intervém a existência histórica de enunciados de práticas discursivas ideológicas em concorrência, atualizadas no momento de sua enunciação pelo presente que vive.

O interdiscurso com Lula, com grupos de apoio, com familiares, com coletivos sociais, e o intradiscurso subjetivo produzem uma sequência discursiva elaborada a partir dos saberes próprios de uma formação discursiva inscrita na historicidade em processos de significação da linguagem.

Os missivistas fazem o arquivamento de si em escritos autobiográficos, as cartas, como forma de reconhecimento de identidades e construção da imagem do indivíduo para si e para os outros, dotando sua história de teor generalizante e querendo testemunhar. Suas lembranças, enquanto histórias vivenciadas, formam um quadro novo do passado, o que não significa um desejo consciente dos missivistas em falsificá-lo (STERN, 1957), significa apenas que as lembranças relatadas são um quadro alterado do passado.

Nesse arquivamento, os missivistas trabalham com a realidade e manipulam sua existência, ao escolher determinados acontecimentos em detrimento de outros, e estruturam sua narrativa visando dar a ela o sentido pretendido. Esse sentido, subjetivamente elaborado, foi decisivo em outra seleção, a que opera com a construção de uma realidade pretendida para o livro – a seleção editorial de cunho ideológico com o propósito de reconhecimento da identidade de Lula como líder divisor de águas e mártir injustiçado.

Ambos os sentidos, subjetivo e social, adequam os fatos lembrados à coerência da existência real, o que atribui estatuto de verdade aos testemunhos dos missivistas, percepção que interpela diretamente o leitor do livro.

Como história oral (história de vida) amplamente reconhecida, centrada nos direitos e na verdade da subjetividade, apoiada em operações memorialísticas e fontes testemunhais legítimas, as narrativas em primeira pessoa das cartas desfrutam de prerrogativas de análise nas quais se reconhece uma verdade originada do sujeito e uma fidelidade ao ocorrido, por sua coerência com a existência real. Suas fontes e o conteúdo dos relatos não sofrem mesmo escrutínio crítico do de outras fontes e narrativas, são aceitos sem serem problematizados.

Sarlo (2007) questiona esse imperativo de verdade na atualidade, e com ela nos alinhamos, entendendo que é contraditório sustentar uma Verdade absoluta (de antemão rejeitada) e, ao mesmo tempo, uma multiplicidade de verdades subjetivas. E considerando, ainda, que não há proximidade entre experiência e relato, já que a imaginação exige exteriorização e distanciamento do relato, e que não há experiência sem imaginação. Portanto, o relato, como representação verdadeira da experiência, pode ser contestado.

Não há, desse modo, relação direta entre o inegável direito de lembrar dos missivistas e a afirmação de verdade do lembrado. Como qualquer outra narrativa, o relato testemunhal em primeira pessoa é interpretável e carregado do teor ideológico da vida política na subjetividade de sua época que subsiste nas subjetividades dos missivistas: é sempre algo dito no lugar de um fato.

Compondo o âmbito das histórias de massa, as histórias de vida nas cartas reduplicam modos de percepção social baseados em certezas. Seus testemunhos almejam a autodefesa de si e a defesa daquele que os representa e buscam restaurar subjetividades historicamente negligenciadas e esquecidas. São memórias subterrâneas que funcionam como resistência dos impotentes numa luta desigual. Os ressentimentos acumulados e não expressos encontraram contexto social e político favorável à sua eclosão. As memórias subterrâneas disputam reconhecimento com as memórias oficiais hegemônicas em uma sociedade dividida em dois polos.

No item a seguir, aprofundamos as reflexões sobre o binarismo excludente da estrutura polarizadora que divide os sujeitos entre polo oprimido e polo opressor, promovendo a intolerância e a ruptura comunicativa. E observamos a materialização da polarização nos relatos dos missivistas, como polo oprimido dessa estrutura.

3.2 Polarização nos relatos

3.2.1 Estrutura polarizadora, mediatização e seus impactos

Na sociedade contemporânea, fenômenos como intolerância e polarização intensificaram-se globalmente e adquiriram novas dimensões nas mídias massivas, digitais e relações interpessoais. Envolvendo sistemas de valores, lutas por reconhecimento e disputas de poder, a mediatização complexificou as formas de interação e alimentou disrupturas que representam desafio ao processo civilizatório.

O cenário de desigualdades sociais históricas, potencializado pelo binarismo nós/eles, amplia a disseminação dos discursos de ódio e das práticas de exclusão nas

mídias digitais e sociais. Ultrapassando a polarização, a discriminação sistemática e estrutural verificada nos discursos de ódio resultam em desintegração social que levam as vítimas de tais discursos a formarem espaços sociais próprios de interação. A interação entre grupos desaparece, promovendo a ruptura comunicativa entre grupos.

O antagonismo radical e seus impactos para a democracia e cidadania, materializam-se nos relatos dos missivistas. São relatos que rememoram uma história de opressão, silenciamento e lutas vivida pela parte oprimida da estrutura polarizadora.

Nas narrativas testemunhais do livro, verificamos uma rica articulação entre as questões apontadas. Historicamente excluída do lugar de fala, a voz coletiva dos missivistas no livro, usufrui de uma prática discursiva legitimada para apresentar suas percepções, e o faz atravessada por uma estrutura polarizadora da qual dificilmente tem plena consciência.

Empiricamente representativas do discurso do polo oprimido contra o polo opressor, apresentamos a seguir duas cartas produzidas em microambiente polarizador que prescinde do ajuste comunicacional entre grupos diversos. O livro configura-se como espaço social próprio de interação entre vítimas de discursos de ódio, reforçando a narrativa política particular dos que sofrem discriminação sistemática estrutural e compartilham sua memória social.

3.2.2 Estudo de caso: cartas 22^a e 44^a

Tratamos, de início, da 22^a carta do livro (2022, p. 126 - 129), escrita por uma servidora de universidade pública baiana, pertencente ao grupo LGBTQIA+ e vítima de discriminação, que reivindica um projeto político de esquerda mais radical.

A missivista inicia reconhecendo os méritos do governo petista no investimento e ampliação da educação superior, “uma verdadeira revolução! A universidade pública antes elitista e conservadora passou a integrar pessoas dos mais diferentes extratos sociais” (2022, p. 126). No entanto, denuncia que “Seu legado está em risco e o futuro de milhares de jovens negros, pobres está ameaçado” pelo “terror” (2022, p. 126) do

retrocesso e ameaça de privatização atribuídos ao governo do então presidente Jair Bolsonaro.

Orgulha-se de ter tirado o título de eleitor aos dezesseis anos para votar no PT, movida pelo “significado de ter um presidente vindo do povo, da classe operária, representando nossas necessidades” (2022, p. 126), mas se revolta quando nota a “aproximação do partido com os setores conservadores e elitistas que tanto combatíamos. Os valores segregadores e que impediram-nos (sic), por anos, estavam vencendo” (2022, p.126). Culpabiliza Lula por tentar conciliar “uma sociedade mais justa e inclusiva” com “interesses elitistas” (2022, p. 126 - 127), o que considera impossível, e declara que, na segunda eleição não votou em Lula e “nem no PT, a partir disso” (2022, p. 127).

Como LGBTQIA+, sentiu-se desprezada pelos governos Lula e Dilma, quando “os setores mais retrógrados e fundamentalistas passaram a ter mais respostas” do que “o meu, jovens progressistas semeados pela universidade que o senhor gestou” (2022, p.127), e passa, então, a ser oposição à direção tomada pelo PT. A partir de sua experiência de vida, sabe o que é injustiça e a relaciona à situação de aprisionamento de Lula, “é a elite querendo colocar a classe operária de volta na marginalização. É a casa grande querendo colocar a senzala de volta ao seu lugar” (2022, p. 127), para concluir que “a perseguição que o senhor está sofrendo é na verdade fundamentada no ódio ao que deu certo no seu governo e não a aquilo que deu errado” (2022, p. 217).

Crítica o “perfil” (2022, p. 127) conciliador de Lula e afirma que “é hora de ser combativo” (2022, p. 127); invoca o sabido reconhecimento da importância da representatividade e a “necessidade de símbolos para a resistência” (2022, p. 127) para falar da prisão de Lula e da morte da vereadora Marielle - símbolos de “extratos populares” - e da “necessidade de reintegrar a esquerda, sob estes valores” (2022, p. 128). Imputa ao ex-presidente os erros de “não repactuar, com uma reforma política” (2022, p.128), não solucionar casos de corrupção dos governos passados, não punir “crimes nos governos militares” e não construir uma “memória das atrocidades” (2022, p. 128), permitindo que os valores destrutivos que carregam se disseminassem, controlando instituições e o capital e ocupando o “congresso com poder para direcionar políticas” (2022, p. 128); atribui também a Lula o erro de “supor que esse era o máximo a ser feito” (2022, p. 128). Encerra a carta reivindicando a retomada do

projeto de esquerda de forma mais radical - “Precisamos deste projeto! É por isso que estou escrevendo ao senhor!” (2022, p. 129).

A vivência de um ambiente altamente polarizado, marcado pela discriminação estrutural, está presente em toda a narrativa da missivista. Como apontado por Heller (2020), a matriz de origem patriarcal, os processos de exclusão e intolerância contra grupos minoritários e vulneráveis e as desigualdades étnicas, de gênero e educacionais concretizam-se no relato: *i)* quando a missivista alerta para o risco de retrocesso que tiraria de jovens negros pobres o acesso à universidade; *ii)* quando fala do desprezo à sua condição de mulher, LGBTQIA+, vítima de perseguição por parte de conservadores e elitistas, determinando os polos de uma divisão binária; *iii)* quando associa o aprisionamento de Lula como fruto da mesma relação polarizada e ação para manutenção da hegemonia instaurada nas relações de poder; *iv)* quando identifica a perseguição como verdade fundamentada no ódio.

Como a define Recuero (2021), observa-se, no relato, a polarização afetiva na qual um polo sente aversão pelo outro, levando à radicalização entre indivíduos. Uma radicalização ao extremo que leva à tentativa de eliminação dos símbolos de resistência (a prisão de Lula e o assassinato de Marielle), o que motiva a crítica da missivista sobre as posturas conciliatórias de Lula e a faz reivindicar um projeto de esquerda mais afirmativo.

Estamos no campo da ruptura comunicativa apontada por Braga (2020) no qual não há mais possibilidade de ajustes dos processos inferenciais, gerando comportamentos de intolerância, antagonismo e ódio entre os polos opressor/oprimido. Desaparece a interação, o que inviabiliza processos plurais necessários para sustentar a complexidade da cidadania, e promove-se a desintegração social (SPONHOLZ, 2020). A polarização, que impede a consideração mútua nas relações humanas, paralisa o processo civilizatório que envolve a todos na busca por uma sociedade igualitária e democrática (ELIAS, 1994).

A 44ª carta do livro (p. 209 – 217) é escrita por uma jornalista mineira, filiada ao PT, que narra a saga de sua família e a influência das políticas públicas dos governos do PT na melhoria de vida de sua geração e na de seus pais. Diferentemente da carta anterior, que apresenta algumas críticas, nesta, revela-se forte componente emocional, com identificação e admiração profundas à figura de Lula.

Inicia com a história dos avós maternos - de fome e miséria na Paraíba e migração em pau de arara, “Uma história particular que, infelizmente, não fala só sobre minhas raízes, mas sobre um Brasil inteiro” (2022, p. 210) – que declaram amor à Lula por verem alguns dos filhos conquistarem a casa própria e cursarem uma universidade graças às políticas públicas de seu governo.

Continua com a história do pai que precisava apresentar “atestado de pobreza na escola para conseguir material” (2022, p. 211) e passou em um concurso do Banco do Brasil; formou-se, pagando a faculdade. Trabalhando na indústria de tabaco, engajou-se por muito tempo em movimentos de trabalhadores e no sindicato. Partidário e admirador fiel a Lula e ao projeto de esquerda, introduziu a missivista nesse engajamento.

Ela, sobre a eleição de 2002, afirma que “transformou o país. A ONU sabe disso. Qualquer um sabe disso. Só ignora quem vive de textão no WhatsApp e fake news” (2022, p. 212). Credita ao governo Lula o fato de “as coisas começarem a dar certo na minha família” (2022, p. 212), a conquista da casa própria, cursar “jornalismo na UFU, graças ao Reuni” (2022, p. 212). Em seu TCC, na graduação, falou “sobre a cobertura das passeatas pró-impeachment e sobre o modo irresponsável como a mídia a fez, impactando de maneira totalmente absurda o nosso processo democrático” (2022, p. 213 - 214).

A seguir, transcrevemos, da carta, um trecho representativo da polarização afetiva e dos efeitos de imagens midiáticas cuja força está no impacto emocional, especialmente sobre emoções como medo, ódio e desejo:

Como militante, os últimos anos têm sido bem difíceis pra mim. Sofri muito. O impeachment da Dilma doeu em mim e dói até hoje. Ela é a mulher mais forte que conheço. A perseguição contra você. A morte da Dona Marisa, sua prisão. Nossa, como eu fiquei emocionada vendo as suas fotos nos braços do povo. E aí a eleição desse monstro. Não tem sido um período fácil, você sabe disso. [...] Sou mulher, negra e de origem pobre. Os atentados contra a democracia, atentam diretamente contra a minha existência. E eu sei, e você também, que eles aconteceram justamente porque as pessoas que usam black tie não conseguem ver gente como eu em lugares que, antes eram só deles. [...] E gente como eu estuda 5x mais pra ocupar os espaços. Não tem uma única vez em que eles não fiquem surpresos com minha capacidade. E com raiva. [...] Mas, apesar disso tudo, eu sinto muito orgulho de estar do lado certo da história. [...] Ser de esquerda, acreditar em você, acreditar no PT [...]. Trabalhei com publicidade nos últimos anos e só lidava com dono de empresa. Gente rica, racista, machista, homofóbica e que, em reuniões, admitiam que votariam no Bolsonaro porque ‘ai o PT destruiu minha vida’. (p. 214 - 215)

Imagens midiáticas - como a de Lula *nos braços do povo*, que mobilizam elementos culturais compartilhados, assimilados sem a ação dos processos inferenciais - e o longo processo de subordinação - que penalizou minorias com ofensas racistas, misóginas ou homofóbicas, causando marcas profundas em suas vítimas – levam à ruptura da interação entre o diverso e à consequente desintegração social. A missivista destaca a foto de Lula *nos braços do povo* como desencadeadora de forte emoção; não por acaso, essa é a imagem selecionada para a capa do livro, uma imagem mobilizadora e bastante recorrente nas narrativas do livro. Faremos uma análise detalhada do alcance simbólico dessa imagem no terceiro item do Capítulo 4: *Nos braços do povo: o poder da imagem*.

No discurso da missivista, a divisão binária altamente polarizada entre “nós / eles”, “elite/ classe operária”, “direita / esquerda”, “lado certo: bem / lado errado: mal”, “quem usa black tie / quem não usa black tie”, “herói / monstro” está concretizada na linguagem, em oposições que marcam as proposições excludentes originárias na intolerância. Esta apresenta-se como desafio civilizatório que percorre toda a história humana (BRAGA, 2020) e compromete os processos plurais capazes de sustentar uma verdadeira cidadania.

Verificamos como o ambiente midiático promove o processo de polarização que se fixa no pensamento dos missivistas e revela-se nas cartas: pela adoção de verdades únicas; pelo alinhamento com lideranças que atendem a ansiedades sociais e emocionais; pela organização dos participantes em microambientes excludentes.

A sociedade do conhecimento, fundamentada na formação de redes sociais, estimula e evidencia formas de interação polarizadas e intolerantes em um jogo de produção e retroalimentação do processo de polarização. Nas cartas analisadas, a estrutura polarizadora operacionaliza-se no discurso do polo oprimido contra o polo opressor; essa estrutura, com sua força arrebatadora, impede que se veja além do muro da intolerância, midiaticamente ampliado a muitas mãos e em ritmo alucinante.

Reafirmamos a relevância do enfrentamento dos desafios impostos pela opressão intolerante nos vários âmbitos sociais, buscando o desmonte da estrutura polarizadora que impede a consideração mútua nas relações humanas.

Neste capítulo, propusemos e descrevemos o processo de construção do sujeito testemunho (instância produtora das cartas), sua visão de mundo e percepção sobre seu destinatário, Lula. No próximo capítulo, passamos à análise do capital simbólico de Lula (a instância receptora das cartas) construída no espaço público midiaticizado, em diferentes regimes de visibilidade, e determinado pelos vínculos comunicacionais e imaginário coletivo presente na memória social. O livro, como projeto ideológico, tem no trabalho editorial sua instância produtora e no leitor sua instância receptora. Como já mencionado, essa circunstância também é analisada na situação comunicativa estabelecida.

4. O DESTINATÁRIO: LULA

Lula construiu reconhecimento e credibilidade por sua atuação pública de enfrentamento da desigualdade social e da ditadura militar e pela luta por direitos trabalhistas e projeto político progressista durante a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Diadema, na articulação política como deputado federal, e na implementação de políticas públicas voltadas aos historicamente excluídos do acesso aos bens materiais e simbólicos da humanidade e a condições dignas de vida: alimentação, moradia, saneamento básico, transporte, saúde e educação.

4.1 A Jornada do herói

Compartilhado na memória social dos povos, o mito do herói materializa-se em personagens que performam aspirações coletivas por possibilidades existenciais dignas da condição humana para todos. Lula, o destinatário das cartas em análise, carrega em sua biografia a trajetória característica desse arquétipo mitológico e atualiza o lugar do herói no imaginário e na memória dos missivistas.

Durante o evento de lançamento do livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão*²⁶, Chirio afirma que as missivas “contam uma história coletiva, a de milhões de vidas revolucionadas pela esperança que o Lula encarnou” em referência às transformações sociais realizadas em seus governos. Nesse mesmo evento, a atriz Denise Fraga exaltou a história sindicalista e política do então ex-presidente numa paráfrase a Bertold Brecht:

Há homens que lutam um dia e são bons. Há homens que lutam anos e são melhores ainda. Há aqueles que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há aqueles que lutam toda uma vida, e estes são imprescindíveis.

Lula, como símbolo da luta contra as desigualdades sociais e as exclusões, é imprescindível, único capaz de realizar a Jornada mítica do herói (CAMPBELL, 1992) que transforma o seu meio social. Acionam-se compartilhamentos simbólicos coletivos dos interlocutores, no evento e em suas reproduções midiáticas, materializando o mito.

Esse evento de lançamento ocorre em meio a disputa eleitoral polarizada da qual Lula participa como pré-candidato à presidência pelo PT após recuperar seus direitos políticos. Sua credibilidade e capital simbólico (BOURDIEU, 1997) sofreram forte abalo e essa é uma ação política visivelmente direcionada ao resgate do mito e de seu capital simbólico na memória brasileira.

4.1.1 A Jornada do herói na trajetória de Lula

Em todas as 46 cartas do livro, a figura de Lula é associada à do herói, até mesmo nas únicas duas em que aparecem críticas às suas decisões e ações. Com níveis diferenciados de reverenciamento ao então ex-presidente, as marcas de sofrimento, perseguição, superação e transformação pessoal e social estão sempre presentes na percepção dos missivistas sobre sua trajetória.

Para nos aproximarmos de tal percepção, retomaremos aspectos relevantes da biografia de Lula, já indicados no Capítulo 2, item 2.1, e a estrutura da Jornada do

²⁶ Evento realizado no Teatro Tuca (PUC-SP), em 31/05/2022. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/lancamento-do-livro-querido-lula-cartas-um-presidente-na-prisao>. Acesso em: 10 maio, 2025.

herói proposta por Martínez²⁷ (2004), em 12 etapas, descritas no Capítulo 1, item 1.2.3.1. Nossa hipótese é a de que há um paralelo entre cada etapa da jornada do herói e fatos marcantes na trajetória privada e pública de Lula, possibilitando sua identificação com a figura do herói pelo compartilhamento de representações e saberes coletivos.

A primeira etapa da jornada, “Cotidiano”, apresenta o herói em seu contexto conflituoso de origem, assim também Lula, de origem nordestina, vive em condições de extrema pobreza, migra como retirante, sua infância é voltada ao trabalho, e consegue formar-se metalúrgico: primeira distinção em relação à sua família que lhe permite romper com o universo no qual está inserido.

A segunda etapa, “Chamado à aventura”, situação de rompimento com esse universo, encontra Lula como metalúrgico que inicia contato com o movimento sindical e as reivindicações por direitos trabalhistas.

A terceira etapa, “Recusa do Chamado”, quando o herói relutante é guiado pelo mentor, associa-se ao período em que Lula, por intermédio de seu irmão, entra para o sindicato, e, como presidente, dá nova direção ao movimento sindical.

A quarta etapa, “Travessia do Primeiro Limiar”, passagem do mundo conhecido para o desconhecido, com convicção do passo a seguir e dos limites aceitos pela sociedade, relaciona-se ao momento em que Lula funda o PT e sofre repressão policial ao movimento grevista, é enquadrado na Lei de Segurança Nacional e preso junto com outros dirigentes sindicais por 31 dias.

A quinta etapa, “Testes, aliados, inimigos”, tempo de crise e crescimento do herói com a ajuda de coatores, vincula-se à implantação do PT com a participação de sindicalistas, intelectuais, políticos e representantes de movimentos sociais, a perdas em disputas eleitorais, à formação de aliança política e primeiro mandato, ao segundo mandato, e à promoção de políticas públicas de combate às desigualdades sociais.

A sexta etapa, “Caverna Profunda”, aproximação do momento mais crítico da partida do herói, no qual ocorre intenso processo de internalização, aponta para o

²⁷ Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/errata2003/jornada_heroi.pdf. Acesso em: 10 maio, 2025.

período de denúncia de corrupção passiva e lavagem de dinheiro contra Lula, morte de sua esposa e condenações em 1ª e 2ª instâncias.

A sétima etapa, “Provação Suprema”, acontecimento central no qual o herói enfrenta seus maiores medos e vivencia a transformação, estabelece paralelo com a prisão de Lula por 580 dias, tempo de reflexão interna, morte de um irmão e de um neto, opção pela legalidade, força para suportar o encarceramento, e apoio de movimentos nacionais e internacionais: “Vigília Lula Livre”, *hashtags* #LulaLivre, #LulaLibre, #LibérezLula, #FreeLula, #FreiheitFürLula e envio de cartas.

A oitava etapa, “Encontro com a Deusa”, assimilação dos atributos do sexo oposto, indica o momento em que Lula conhece a mulher com quem se casará ao sair da prisão, apoiadora durante seu período de encarceramento.

A nona etapa, “Recompensa”, na qual o objetivo é alcançado e o herói tem maior consciência da sua realidade externa e interna, associa-se à libertação de Lula e anulação de todas as acusações contra ele por irregularidades processuais.

A décima etapa, “Caminho de volta”, quando o herói transmite o conhecimento adquirido à comunidade, encontra Lula em nova candidatura à presidência e a promessa de retomada da luta contra as desigualdades sociais e a ditadura.

A décima primeira etapa, “Ressurreição”, anuncia o clímax da história, o mais perigoso encontro com a morte, e retrata o processo eleitoral altamente polarizado, a violência política, o risco à democracia e a vitória nas eleições de 2022.

A décima segunda etapa, “Retorno com Elixir”, é quando ocorre a reentrada do herói no mundo cotidiano, nessa etapa, Lula assume a presidência e, fortalecido e renovado, retoma o projeto de combate às desigualdades sociais e de defesa das instituições democráticas.

No *corpus* da pesquisa, selecionamos a nona carta do livro (CHIRIO, 2022, p. 62-68) que traz o relato de uma historiadora paranaense no qual se materializa a percepção de Lula como herói.

4.1.2 A nona carta

Demonstrando revolta com a prisão de Lula, gratidão a ele e intenção de confortá-lo, a missivista inicia a carta contando “minha história, nossa história” (CHIRIO, 2022, p. 62). Afirmar que, se não fosse por Lula, estaria condenada a uma “ordem social excludente que se perpetua e se reproduz desde os tempos mais remotos” (2022, p. 62). Temos, aqui, a primeira etapa da Jornada do herói, “Cotidiano”: o universo de Lula, e da missivista por identificação, com seus conflitos.

Hoje professora de história, casada com um professor de sociologia e com dois filhos, relata que, adolescente nos anos 1980, acompanhou “o movimento das Diretas Já” (2022, p. 62), e sofria os “rescaldos da ditadura militar como sofremos até hoje, ela sempre a nos assombrar” (2022, p. 62). Encontramos o herói, e Lula, na segunda e terceira etapas de sua jornada, “Chamado à aventura” e “Recusa do Chamado”: o contato de Lula com o movimento sindical; seu mentor, Frei Chico, encaminha-o para a presidência do sindicato; a nova direção que ele implementa ao movimento sindical com a realização de greves operárias; a atuação de Lula no movimento “Diretas Já”.

Retomando a época do governo Sarney, a missivista relembra a restrição de alimentos na “mesa do pobre” (2022, p. 62) causada pelo alto custo de vida; compara esse período com a situação nos governos Lula e Dilma, “quando comer não era mais uma luta diária” (2022, p. 63), para retomar a mesma situação enfrentada no governo Bolsonaro. Naquela época, sua mãe, empregada doméstica que mantinha sozinha a criação dos filhos, tinha um segundo emprego na sede do PT em Londrina. Quando precisava, levava a missivista ao trabalho e foi assim que ela começou “a ter consciência do mundo da política, porque percepção da desigualdade social, do preconceito de classe e da humilhação cotidiana, a gente que é pobre aprende a ter desde que nasce” (2022, p. 63). Localizamos a quarta e a quinta etapas da jornada, a “Travessia do Primeiro Limiar” e “Teste, aliados, inimigos”: Lula funda o PT e, depois de perdas eleitorais iniciais, é eleito presidente da república em dois mandatos consecutivos nos quais implementa políticas públicas de combate à miséria e à desigualdade social e de acesso à universidade.

Lembrando período anterior ao governo Lula, quando prestou vestibular, a missivista afirma que, apesar de “todo esforço de uma estudante de escola pública, que começara a trabalhar com 13 anos, e, desde então, passara para o turno da noite”

(2022, p. 63), não consegue entrar no curso de Direito, dada a desigualdade na concorrência por vagas com alunos de escolas particulares. Menciona a política de cotas raciais e de egressos do ensino público, implementadas nos governos Lula e Dilma, para argumentar que se já existissem anteriormente,

talvez o Judiciário fosse, hoje, uma instituição mais arejada, justa e responsável e não um instrumento de manutenção de privilégios e do 'status quo', atuando com mão de ferro contra uns, mesmo sem provas, e fechando os olhos para outros, com provas em abundância; agindo à revelia da Constituição e de acordo com os ventos instáveis da política. (2022, p. 64)

Aqui faz a primeira menção à perseguição sofrida por Lula. A missivista continua o relato de sua trajetória: o ingresso no curso de História, no qual desenvolveu o “senso crítico acerca da realidade que nos cerca” e pôde romper “com as amarras de classe” que condenam os “nascidos pobres” (2022, p. 64); depois mestrado, doutorado e pós-doutorado nas melhores universidades públicas do país; e, como bolsista, morando na França. Credita tudo isso, e a mudança ocorrida na vida de muitos estudantes como ela, aos governos do PT. Professora concursada em universidade pública, continua presenciando o impacto dessas mudanças dentro e fora da universidade. Retomando a percepção de perseguição política a Lula, conta que em “protesto à perseguição que o senhor vem sofrendo diuturnamente, sem trégua, no dia 10 de maio de 2017, dia do seu depoimento em Curitiba, filiei-me formalmente ao PT” (2022, p. 66). Entende que as mudanças benéficas ocorridas no Brasil não são reconhecidas devido à influência das “mídias hegemônicas e seus agentes, a Rede Globo especialmente, e por serem, as novas gerações, incapazes de aprender com as experiências de outras gerações” (2022, p. 66). Conclui que essa geração relativiza os feitos de regimes autoritários, totalitários e de políticas de extermínio e tortura. Verifica-se, aqui, o observado por Campbell (1990) sobre a falta de familiaridade das novas gerações com a tradição de informação mitológica do Ocidente, que se perdeu e era fonte de sustentação da vida humana ao tratar de problemas interiores e exteriores profundos. Diante do sofrimento de Lula com a injustiça sofrida, a missivista declara que uma multidão o apoia e luta por sua libertação para que ele retome “sua trajetória de luta, para a qual sempre esteve predestinado” (2022, p. 67). A linguagem, neste trecho, revela sua simbolização do herói. Passamos, no trecho acima, pela sexta, sétima e oitava etapas da jornada, “Caverna Profunda”, “Provação Suprema”, “Encontro com a Deusa”: denúncia e

condenação injustas de Lula; encarceramento por 580 dias; sofrimento extremo com tragédias pessoais (morte do irmão e do neto); apoio nacional e internacional; entre os apoiadores, está aquela com a qual se casará.

A carta é escrita nesta etapa da vida de Lula, portanto, no relato da missivista, as etapas posteriores da Jornada do herói não aparecem como fatos, mas como esperança por um desfecho favorável ao ex-presidente e conforto para que aguente a provação: “vamos renascer mais fortes e unidos contra a ameaça à democracia, ao estado de direito e à ofensiva fascista” (2022, p. 66); “que nossos filhos e entes queridos não sofram, no futuro, as consequências da nossa passividade diante das perdas, sucessivas e sistemáticas, de direitos civis e políticos” (2022, p. 67); “D. Mariza e sua mãe estão, em algum lugar, lhe protegendo, zelando pelo filho mais nobre dessa nação” (epíteto do herói e apoio no plano sobrenatural) (2022, p. 68); “Como ideia, o senhor está em todos os lugares, fazendo pensar, e como semente germina vigorosamente nas nossas mentes e corações” (2022, p. 68); “agente firme” (2022, p. 68); “agradeço tudo o que o senhor fez e ainda irá fazer pelo povo brasileiro” (2022, p. 68); “um país melhor, onde a igualdade não seja apenas uma palavra vazia de sentido e significado e onde os sonhos não envelheçam nunca” (2022, p. 68). Indicadores da vontade da missivista, esses trechos nos colocam nas nona, décima, décima primeira e décima segunda etapas da jornada, “Recompensa”, “Caminho de Volta”, “Ressureição”, “Retorno do Elixir”: libertação de Lula e anulação de suas condenações; nova candidatura e promessa de retomada dos projetos sociais; processo eleitoral polarizado e violento e vitória; Lula assume a presidência, transformado pela jornada, e sua tarefa é transformar seu meio social e ensinar o que aprendeu.

A estrutura da narrativa mítica do herói, comum a todas as culturas, atualizada, concretiza-se no relato da missivista.

O processo comunicativo estabelecido entre missivistas, destinatário e leitores do livro é vivenciado em um ambiente de construção e intervenção permanentes entre seus participantes. Nesse processo, atuam os textos culturais, centralizadores de princípios fundamentais da psique humana, e os processos comunicacionais, envolvendo símbolos culturais de significados potencialmente varáveis e infinitos, na produção e interpretação das cartas.

A narrativa da Jornada do herói nas cartas, pautada na intencionalidade consciente e inconsciente de produtores e receptores na formação dos signos a serem mobilizados, revela, na forma simbólica de sua linguagem e em seu conteúdo, a percepção de oposições binárias fundamentais (BYSTRINA, 2009) para a tomada de decisões e execução da ação e para a demarcação de conceitos e objetos que participarão na construção da realidade de mundo pelos agentes envolvidos na comunicação.

Na nona carta, a jornada de Lula é a Jornada do herói, descrita, como no mito, “como uma vida vivida em termos de autodescoberta” (CAMPBELL, 1990, p. 8), cujo final leva à conquista da sabedoria e do poder para servir aos demais e redimir a sociedade, e não ao engrandecimento de si. Como a semente que se tornou o símbolo mágico do ciclo infinito, a “verdade eterna” (CAMPBELL, 1990, p. 11) para os antepassados, Lula aparece, atualizando esse símbolo no relato da missivista: “como ideia, o senhor está em todos os lugares, fazendo pensar, e como semente germina vigorosamente nas nossas mentes e corações” (CHIRIO, 2022, p. 68). A força estruturante da cultura se manifesta.

No contexto de polarização política em que o livro é organizado e lançado, a curadoria das cartas enfatiza a narrativa mítica do herói associada a Lula, opondo-a ao antagonista identificado na figura de Jair Bolsonaro. Pretende, com isso, construir percepções favoráveis sobre Lula e sua pré-candidatura à presidência, reafirmando seu capital simbólico e sua condição de célebre que merece ser cultuado por seus feitos excepcionais.

Na esteira dessas considerações, no próximo item, examinamos a condição de celebridade de Lula, imbricada à ideia de herói, e também observada nas narrativas testemunhais do livro.

4.2 A construção do sujeito como celebridade

4.2.1 De figura pública a célebre

Em seu percurso de líder sindical e político, desde 1975, Lula vivenciou processos de visibilidade e articulou conexões sociais que lhe conferiram reconhecimento e influência como figura pública. O acúmulo de capital social possibilitou a configuração de uma representatividade simbólica que lhe garantiu distinção e poder e o encaminhou ao mais alto cargo do Poder Executivo.

Seu prestígio e distinção o projetaram nacional e internacionalmente e ele percorreu todo o espectro de celebridade proposto por França (2014): como figura pública (sindicalista e político), destacou-se na liderança de acontecimentos de grande repercussão sociopolítica e tornou-se famoso. Para alguns, alcançou a consagração como ídolo e foi cultuado por qualidades e feitos excepcionais, sendo reverenciado como celebridade. Uma construção na qual opera uma complexidade de fatores de dimensões individual, ética e social.

Durante o processo midiático de denúncias, condenação e prisão de Lula, o capital simbólico (BOURDIEU, 1997) por ele conquistado foi alvo ou de questionamentos por parte dos que se sentiram enganados e aderiram à ideia de sua culpabilidade, ou de forte recusa por parte dos que faziam oposição ao seu governo e pediam sua prisão, ou de confirmação e exaltação por parte dos apoiadores e militantes do PT que defendiam sua inocência.

As cartas do livro foram produzidas nesse campo de lutas simbólicas de Bourdieu, um universo social de embates políticos, e os missivistas se posicionaram como representantes do poder simbólico de Lula e defensores da inocência e da volta do líder. O líder também atuou no sentido de reafirmar seu reconhecimento e distinção já que a permanência no lugar de destaque é um processo ininterrupto de negociação e reafirmação (KARHAWI, 2017 e RECUERO, 2014).

Assim, em seu discurso²⁸, Lula ressalta seu lugar de destaque e desempenho diferenciado na direção sindical, como legislador e como chefe de Estado.

Relembra que, sob a ditadura militar, depois de 10 anos sem greves operárias,

²⁸ UOL Congresso em foco. Reportagem 08/04/2018. Íntegra do discurso do ex-presidente Lula antes de se entregar à PF em texto e vídeo. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/28086/veja-integra-do-discurso-do-ex-presidente-lula-antes-de-se-entregar-a-pf-em-texto-e-video>. Acesso em: 11 maio, 2025.

Em 1979, esse sindicato fez uma das greves mais extraordinárias. E nós conseguimos fazer um acordo com a indústria automobilística que foi talvez o melhor. [...] A gente não perdia dia de férias, não perdia décimo terceiro e tinha quinze por cento de aumento. Mas a peãozada tava tão radicalizada que queria 83 ou nada. E nós conseguimos. E passamos um ano sendo chamado de pelego pelos trabalhadores. [...] Nós levamos um ano para recuperar o nosso prestígio na categoria. E eu fiquei pensando [...]. Pois eu vou testá-los em 1980. E fizemos a maior greve da nossa história. A maior greve. 41 dias de greve. Com 17 dias de greve fui preso e os trabalhadores começaram depois de alguns dias a furar a greve [...]. O dado concreto é que ninguém aguentou 41 dias porque na prática o companheiro tinha que pagar leite [...] a mulher começou a cobrar o dinheiro do pão, ele então começou a sofrer pressão e não aguentou. Mas é engraçado porque na derrota a gente ganhou muito mais [...]. Significa que não é dinheiro que resolve o problema de uma greve, não é 5%, não é 10%, é o que está embutido de teoria política de conhecimento político e de tese política numa greve. (2018)

Defendendo sua inocência e honestidade na trajetória política, reitera:

Eu não estou acima da justiça. Se eu não acreditasse na justiça eu não tinha feito partido político. Eu tinha proposto uma revolução nesse país. [...], em 1986 eu fui o deputado constituinte mais votado na história do país. [...] Então companheiros, quando eu percebi que o povo desconfiava que só tinha valor no PT quem era deputado [...] Deixei de ser deputado. Porque queria provar ao PT que ia continuar sendo a figura mais importante do PT sem mandato [...]. sou um construtor de sonhos. Eu há muito tempo atrás sonhei que era possível governar esse país envolvendo milhões e milhões de pessoas pobres na economia [...] nas universidades, criando milhões e milhões de empregos [...] que era possível um metalúrgico, sem diploma universitário, cuidar mais da educação que os diplomados e concursados que governam esse país [...] que era possível diminuir a mortalidade infantil levando leite, feijão e arroz para que as crianças pudessem comer todo dia. [...] Eu sonhei que era possível pegar os estudantes da periferia e colocá-los nas melhores universidades desse país para que a gente não tenha juiz e procuradores só da elite [...]. Esse crime eu cometi. Eu cometi esse crime que eles não querem que eu cometa mais. [...] Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las. Não adianta parar o meu sonho, porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês. [...] Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia, uma ideia misturada com a ideia de vocês. (2018)

Nos trechos acima, a autorrepresentação (CAMPANELLA, 2023) da enunciação ratifica sua condição de excepcionalidade digna de admiração. Lula desponta no cenário nacional no momento em que o Brasil atravessava um processo lento de abertura política, ainda com os militares no poder, e consolida-se como ícone da luta por direitos trabalhistas e na implementação de políticas públicas de combate à desigualdade social e defesa dos ideais democráticos, demonstrando capacidade de negociar com a rede de poder estabelecida naquele contexto. Seu carisma (GEERTZ, 2000) tem dimensão interacional e seu valor simbólico (BOURDIEU, 1997)

reflete o que a sociedade naquele momento valorizava; essa premissa o acompanha em sua atuação como presidente, articulando as forças de poder vigentes.

Essa autorrepresentação é acompanhada pela representação simbólica construída pela recepção (o público) sobre Lula. Na primeira orelha do livro, Conceição Evaristo, ao falar sobre a necessidade de renovação de crenças em nossas representatividades políticas, destaca nas missivas “a apreensão de uma nova imagem do poder”, “um novo imaginário de relações entre um presidente e seu povo”, no qual política e afeto se cruzam numa nova maneira de se estabelecer relações com o poder: “destinos partilhados [...] compromissos políticos inaugurados na dinâmica da vida”, a experiência pessoal a serviço da coletividade”. Lula, líder horizontal, performa a síntese de anseios de seu tempo e cumpre a tarefa mítica de transformar sua sociedade: é o herói célebre.

Essa percepção vem expressa nas cartas em trechos como:

Não me acho exagerada em te comparar com Jesus, Mandela e outros. Você Lula, me deu dignidade. (2022, p. 124)

Você é, foi e sempre será um guia para todos aqueles que dependem da esperança para manter a força para lutar todos os dias. (2022, p. 132)

Você era o nosso sonho realizado quando obteve o seu primeiro mandato. [...] Foi pela sua mão que, pela primeira vez, uma mulher chegou à Presidência da República. E é à sua volta que se movem todos os comprometidos com a democracia, porque em décadas não surgiu ninguém com sua força catalisadora, ninguém com sua imensa capacidade de liderança capaz de empreender a luta pelo fim da desigualdade e pela humanização dos despossuídos. [...] Presidente Lula, pensando bem, fomos sempre Lula. Continuamos Lula e faremos como Lula: não desistiremos dos nossos sonhos. Eles continuam sendo os seus. (2022, p. 176-177)

you já é história. (2022, p.187)

Processos psíquicos e culturais de projeção, identificação, identidade e diferença (MORIN, 1989; FRANÇA, 2014) são materializados nos testemunhos dos missivistas que, muitas vezes, reproduzem a fala de Lula e a autorrepresentação enunciada em seu discurso:

esta carta é um pequeno rabisco de uma grande história. História da qual você conhece muito bem, seja por sua trajetória ou das milhares de pessoas das quais você contribuiu para que tivessem dias melhores. (2022, p. 41)

Eu compartilho essa história pra dizer que meu pai, meus avós, minhas avós, minha mãe, eu, Lula e tantos mais somos sublimes. Somos sublimes porque sonhamos para além da miséria que nos dão como destino. (2022, p. 52)

Eu tenho certeza que tou falando coisas que vc sabe. Sabe de ouvir, de sentir e sabe porque vc carrega dentro de si 'a memória arquetípica' do teu povo. Está no DNA de tua alma. (2022, p. 99-100)

Também nos orgulhamos de tê-lo tido como presidente: um homem que é a síntese histórica do seu povo. [...] Te abraçam, com essa mensagem, militantes da classe trabalhadora, conscientes e dispostos à luta de classes, que do amanhecer ao fim do dia, semearão sonhos e brindarão utopias [...] (2022, p. 111)

Amado e eterno presidente Lula, como você, um filho da pobreza, assim também sou eu, nordestino [...], como você, fui retirante [...] (2022, p. 156)

entendi a imensidão do seu caráter, entendi o que é, de verdade, um líder [...] porque a liderança é uma conquista. (2022, p. 219-220)

4.2.2 Regimes de visibilidade e construção de capital simbólico

Lula encarna o sujeito cindido contemporâneo, de essência exteriorizada, detentor de habilidades de autopromoção, exposto ao regime de hipervisibilidade, que constrói sua imagem pública e representatividade simbólica a partir dos vetores primordiais de sociabilidade contemporânea (BRUNO, 2013).

O evento midiático de resistência contra a injustiça e de cumprimento do mandado de prisão, envolvendo televisão, rádio, jornais e redes digitais, aconteceu no local onde Lula iniciou a trajetória que o edificou como ícone de liderança social e política. As imagens produzidas durante o evento correram o mundo e seu discurso, feito na rua, do alto de um carro de som, reviveu sua história pública.

Nesse discurso, Lula pede a apoiadores que façam manifestações, reitera sua inocência e denuncia ser vítima de um processo de perseguição política envolvendo grandes veículos de mídia, o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal. Demonstra indignação para com o procurador que lhe atribuiu a condição de chefe de organização criminosa e com o que considera ser um ataque em massa orquestrado por jornais, revistas, emissoras de rádio e TV.

Mas eu acredito na justiça, numa justiça justa, [...] o que eu não posso admitir é um procurador que fez um *powerpoint* e foi pra televisão dizer que o PT é uma organização criminosa que nasceu para roubar o Brasil e que o Lula, por ser a figura mais importante desse partido, o Lula é o chefe, e, portanto, se o Lula é o chefe, diz o procurador, 'eu não preciso de provas, eu tenho convicção'. [...]

Certamente um ladrão não estaria exigindo prova. Estaria de rabo preso com a boca fechada torcendo para a imprensa não falar o nome dele. Eu tenho mais de 70 horas de Jornal Nacional me triturando. Eu tenho mais de 70 capas de revista me atacando. Eu tenho mais a Record me atacando. Eu tenho mais a Bandeirantes me atacando, eu tenho a rádio do interior me atacando. E o que eles não se dão conta é que quanto mais eles me atacam mais cresce a minha relação com o povo brasileiro. (2018)

Lula reconhece o poder e alcance da visibilidade midiática para legitimação social e o quanto sua imagem pública, construída durante anos nesse mesmo espaço, foi ali destruída. Seu discurso, apoiado em técnicas de autopromoção (SIBÍLIA, 2015), busca utilizar os mesmos dispositivos midiáticos que o prejudicaram, a seu favor, não em relação à audiência presente, composta por seguidores e admiradores fiéis que acreditam em sua inocência, mas sim àquela que, à distância e em diferentes tempos, aderiu à hipótese de culpa e o acusa de corrupção. Lula visa reafirmar seu capital simbólico, sua credibilidade e influência (CHARAUDEAU, 2012; KARHAWI, 2017).

Enquanto discurso informativo (CHARAUDEAU, 2012) pautado no “efeito de verdade”, ao discurso de Lula é atribuído crédito. Isso porque o enunciador detém posição social de informador reconhecida (liderança sindical e política validada), representatividade anterior consolidada (apoiada em experiências bem-sucedidas) e elevado grau de engajamento com o teor de suas afirmações (história de vida pautada por lutas sociais). Esse discurso obedece às condições de encenação do contrato de comunicação, trabalha na construção de sentidos pretendidos e envolve o amplo domínio do crer: saber, crença, opinião e apreciação (CHARAUDEAU, 2012).

Lula discursa em espaço público, gerador de opinião pública (CHARAUDEAU, 2012). Atribui à mídia o poder de influenciar a formação da opinião pública e de determinar julgamentos prévios e ilegítimos e critica o procedimento da Lava Jato no processo que o condenou:

Não pense que eu sou contra a Lava Jato não. A Lava Jato, se pegar bandido, tem que pegar bandido mesmo que roubou e prender. Todos nós queremos isso. [...] Agora qual é o problema? É que você não pode fazer julgamento, subordinado à imprensa. Porque no fundo, no fundo, você destrói as pessoas na sociedade, na imagem das pessoas e depois os juízes vão julgar e vão dizer ‘eu não posso ir contra a opinião pública tá pedindo pra caçar’. [...] Você não pode condenar a pessoa pela imprensa para depois julgá-la. (2018)

Na argumentação para recuperar sua imagem, culpabiliza a mídia pela construção da opinião pública que o condenou, postulando sua eficácia no jogo de

relações de poder apoiado em crenças, no entanto, entendemos, com Charaudeau (2012), que as mídias não podem produzir um discurso de poder e que seu alcance se restringe a influenciar a opinião pública por meio dos conhecimentos, pensamentos e sentimentos que mobilizam.

Lula não diz, em seu discurso, que o mesmo tipo de construção atuou a seu favor, em contexto anterior, quando se firmou como liderança política. Conquistou capital social e credibilidade, utilizou discursos apoiados em ideias tomadas como verdades absolutas, imunes à reflexão crítica e, assim, estabeleceu uma base de seguidores e admiradores que o alçou à condição de encarnação da identidade coletiva associada aos mais humildes, excluídos e àqueles que lutam contra as desigualdades sociais e os regimes autoritários. Tal condição aparece, por exemplo, no trecho retirado da décima oitava carta:

Você tem razão quando afirma que está sendo vítima da maior perseguição jurídica que um político já sofreu. Um procurador afirmou que não tinha provas contra você, mas tinha convicção de sua culpa, e num grande espetáculo midiático pediu sua condenação por corrupção e lavagem de dinheiro no processo do triplex no Guarujá. [...] Você, companheiro, com sua inteligência e sua intuição, já percebeu que tudo está sendo orquestrado nos Estados Unidos. [...] Lula, nós acreditamos em sua inocência e você será sempre a nossa referência na luta contra qualquer tipo de injustiça. (2022, p. 114 - 115)

Aplicando estratégias que reproduzem relações sociais produtivas, e de posse do direito à palavra, Lula consegue mobilizar sentidos pautados na crença e a instância da recepção os reproduz em enunciados fixos e ações orientadas pela liderança (CHARAUDEAU, 2012) que ele exerce por meio de sua representatividade. Nas cartas, são muitos os trechos com reproduções literais, imagens ou provérbios utilizados por ele em seu discurso.

No dizer de Lula:

Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las. Não adianta parar o meu sonho, porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês. (2018)

Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia, uma ideia misturada com a ideia de vocês [...] (2018)

Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais poderão deter a chegada da primavera. E a nossa luta é em busca da primavera. (2018)

Nas narrativas dos missivistas:

‘Eles não vão prender meus pensamentos, não vão prender meus sonhos’. [...] Enxugo as lágrimas e me comprometo com as suas palavras, companheiro querido. Sei que estamos, mais uma vez, do lado certo da história cantando ‘apesar de vocês’, golpistas, ‘amanhã há de ser outro dia.’ (2022, p. 132)

Presidente Lula, pensando bem, fomos sempre Lula. Continuamos Lula e faremos como Lula: não desistiremos dos nossos sonhos. Eles continuam sendo os seus. (2022, p. 177)

E é esse amor que me motiva a lhe escrever. E que me faz lhe prometer que sempre lutarei contra a injustiça, a desigualdade e o ódio, assim como o senhor sempre fez, assim como o senhor sempre me ensinou a fazer. Porque como o senhor mesmo concluiu, o senhor não é mais uma pessoa. É uma ideia, e ideias não podem ser aprisionadas ou mortas. A ideia, a sementinha LULA vai estar agora para sempre pairando no ar, tocando o coração de milhares de brasileiros daqui por diante. (2022, p. 71–72)

A forma como a minha mãe chorou, um choro de orgulho, de quem luta, quando você disse que os poderosos não têm como impedir a chegada da primavera. Ela chorou porque militou ao seu lado, e sabe que é verdade. Você faz ela acreditar que a primavera será verdade novamente. (2022, p. 46)

Alguns dos trechos expressam firme adesão dos missivistas à invocação de Lula em seu discurso:

[...] eu vou cumprir o mandado e vocês vão ter de se transformar, cada um de vocês, vocês não vão se chamar Chiquinho, Zezinho, Joãozinho, Albertinho... Todos vocês, daqui pra frente, vão virar Lula e vão andar por este país fazendo o que você tem que fazer, e é todo dia! Todo dia! Eles têm de saber que a morte de um combatente não para a revolução. (2018)

à qual respondem:

Companheiro, a gente aqui fora não vai desistir de você não viu? Desistir de você significa, também, desistir da gente. E a gente não é trouxa, né? Somos milhões de Lulas povoando este Brasil. (2022, p.40)

Por enquanto o que estou fazendo, o que nós estamos fazendo é o que vc pediu naquele dia deste abril lá em São Bernardo [...] Lula, obrigada. Do mesmo jeito que somos Lulas aos milhões, estamos, milhões, dentro deste lugar onde aprisionaram teu corpo. (2022, p.100)

Em sete das cartas – primeira, décima, décima quarta, décima nona, vigésima sexta e trigésima quarta -, na assinatura, os missivistas acrescentam Lula da Silva ao nome, assumindo a identificação proposta por ele em sua invocação.

Na Introdução do livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão* (2022), Chirio destaca o alcance de sentido pretendido e atingido por Lula (que conhece e constrói a informação em função da recepção) em seu discurso:

Essas imagens e palavras cristalizam um momento e um sentimento político poderosos, incomuns na história brasileira. Em primeiro lugar, significam a transferência de poder de Lula a seus apoiadores, a quem confiou a continuação de sua luta. Também operam uma transformação: até então, por sua trajetória e sua ação pública, o ex-sindicalista representava os mais humildes, os excluídos, os periféricos, os invisíveis, os filhos do êxodo rural, aqueles para quem a meritocracia e, às vezes, a democracia são palavras vazias. A partir de então, seriam essas pessoas que precisariam representá-lo em um país com instituições fragilizadas, politicamente fragmentado e ameaçado pela ascensão da extrema direita. (2022, p. 16)

As imagens e palavras cristalizadas nos relatos testemunhais dos missivistas atestam sua completa adesão ao líder; para eles, Lula é inspiração.

Lula é um enunciador inspirador que constrói a narrativa sobre sua história de vida pelo exemplo de ideias e ações, em perspectiva motivacional de incentivo à trajetória do outro - instância receptora com a qual compartilha saberes, valores e sua autoimagem (CASAQUI, 2017). Ele mobiliza o arcabouço simbólico e a memória social, compartilhados com sua audiência, e conforma sua ação às restrições da situação comunicativa (CHARAUDEAU, 2012) para atribuir sentidos à sua narrativa, obter a aceitação de seu enunciado e promover a validação de sua representatividade. A instrumentalização da narrativa inspiracional, feita por Lula, constitui uma base de ideias que serve de apoio psicológico aos apoiadores e missivistas na construção de identidades compartilhadas.

Enunciador inspirador, com habilidade para convencer e emocionar, Lula motiva a ação dos inspirados. Reproduzindo ideias compartilhadas, os missivistas declaram:

E é esse amor que me motiva a lhe escrever. E que me faz lhe prometer que sempre lutarei contra a injustiça, a desigualdade e o ódio, assim como o senhor sempre fez, assim como o senhor sempre me ensinou a fazer. (2022, p. 71)

reconheço sua grandeza: o tamanho de sua luta e de sua história [...]. E me permito querer, eventualmente, desenhar algo minimamente semelhante ao que você conseguiu desenhar. (2022, p.148)

Me fez refletir sobre o tipo de grandeza que se deve ter, o tipo de espírito raro que se submete ao cerceamento do corpo por saber que não se vive cerceado de tudo quando há uma luta pela qual vale a pena viver. (2022, p. 218)

A construção da celebridade na era das mídias sociais estabeleceu novos regimes de visibilidade e sociabilidade que atuam decisivamente nos padrões de interação social e de reconhecimento do indivíduo. Lula, em sua autorrepresentação como celebridade, líder horizontal e inspirador, performa a síntese de anseios de seu tempo por justiça social e liberdade democrática. Atua de forma articulada e produtiva em um contexto de hipervisibilidade midiática no qual as tradicionais fronteiras de tempo e espaço foram rompidas e tudo está visível o tempo todo e para todos (RAPOSO, 2020).

Como ele próprio postulou em seu discurso e obteve a aceitação de sua enunciação pela instância receptora: “Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia, uma ideia misturada com a ideia de vocês” (2018).

Em sua excepcionalidade de “ideia”, Lula marca condição célebre, digna de reverência e culto. Como tal, é alguém que atravessa o espaço entre o carro de som de onde discursava e a sede do sindicato, seu reduto mais significativo, *nos braços do povo*, para cumprir sua sina de herói predestinado: sofrer injustamente o cárcere.

O que nos leva à discussão sobre o poder da imagem *nos braços do povo* no próximo item. Uma imagem recorrente em contextos de culto ao célebre, em diferentes épocas e culturas. Como imagem midiática, produto da era da reprodutibilidade exacerbada, vive uma crise de visibilidade.

4.3 *Nos braços do povo: o poder da imagem*

A imagem do ex-presidente Lula sendo carregado por uma multidão em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, na região metropolitana de São Paulo, correu o mundo. Era o dia 7 de abril de 2018 e, algumas horas depois, Lula seria preso. (CHIRIO, 2022, p.15)

Assim tem início a Introdução do livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão* (2022). Não nos parece imotivado o destaque atribuído à imagem acima referida, considerando a relevância das imagens no universo das Ciências Humanas.

Mais especificamente, trata-se da imagem de ser carregado por uma multidão, em reverência e celebração; um texto cultural presente no imaginário de diversas culturas, em diferentes tempos; uma imagem recorrente e emblemática.

A imagem citada por Chirio (2022, p. 15) é uma fotografia que capta o momento em que o ex-presidente desce do carro de som em que discursava e é carregado pela multidão de militantes e apoiadores até a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A foto²⁹, entre outras incontáveis que foram feitas desse momento, é a que atingiu maior circulação nacional e internacional nas diferentes mídias e estampou jornais como *The New York Times*, *The Guardian* e *El País*, sendo aclamada como uma das imagens do ano de 2018. Vejamos a foto.

Figura 18: Lula - 07/04/2018



Fotografia: Francisco Proner

Figuras exponenciais em seu tempo que atuam na política, nas causas sociais, no esporte, nas artes ou na religião e alcançam conhecimento, reconhecimento e culto são celebridades. O célebre, cultuado por qualidades e feitos que o tornam digno de reverência e celebração, é reverenciado e celebrado ao ser carregado *nos braços do povo*. A simbologia desse ato mostra-se bastante produtiva e sua recorrência atesta sua relevância. Relevância reconhecida e destacada na Introdução do livro.

A recorrência da imagem *nos braços do povo*, suas circunstâncias, apelos e alcance suscitam questionamentos a respeito do processo comunicativo que se estabelece: quais elementos participam da construção das instâncias de produção e

²⁹ Disponível em: <https://pt.org.br/foto-do-abraco-a-lula-de-francisco-proner-e-escolhida-imagem-do-ano/>. Acesso em: 11 maio, 2025.

recepção dessa imagem e as vinculam? Como operam produtivamente mobilizando grandes massas?

4.3.1 Recorrência, apelos e alcance: a imagem da capa

Querido Lula: cartas a um presidente na prisão é um livro, ao que sugere os dados levantados nesta pesquisa, que nasceu com a missão de revivificar a figura icônica de Lula pela voz testemunhal, em primeira pessoa, daqueles cuja existência foi transformada por ele. Os relatos, que dessa forma usufruiriam do pressuposto estatuto de verdade, revelam o pacto de luta pela libertação de Lula, celebrado entre ele e os missivistas. Qual imagem representaria tal pacto na capa do livro? E por quê?

Figura 19: capa do livro³⁰



A imagem escolhida foi a reverenciado e celebrado. O heró

o *nos braços do povo*, o cárcere por lutar por

cada um daqueles que o carrega, será defendido por todos eles; o pacto se reafirma na memória coletiva, tendo o livro como seu documento histórico.

Confirmando nossa percepção, Chirio assim se posiciona sobre a escrita do cárcere no livro:

Assim, nesse ano e meio, não foi Lula quem produziu a escrita sobre sua estada na prisão: a indignação, a denúncia da injustiça e a descrição da dramática situação política do país não emanam do líder para seus apoiadores. Tais sentimentos vieram da direção oposta [...] (2022, p. 22)

Vieram dos missivistas, em escritas que ressaltam o alcance dessa imagem:

³⁰ Disponível em: <https://shre.ink/gd71>. Acesso em: 11 maio, 2025.

Se a sua prisão era inevitável, vamos agradecer a ele [o Juiz Pavão] a imagem histórica que tivemos, justamente a que ele não queria: você carregado nos braços do povo. (2022, p. 37)

Fica bem, e volta logo para os braços do povo que é o seu lugar. (2022, p. 74)

Estamos com você em prece, em luta diária e em esperança do verbo esperar, de que logo você saia deste lugar, pois tua morada é nos braços do povo. (2022, p. 181)

A morte de Dona Marisa, sua prisão. Nossa, como eu fiquei emocionada vendo as suas fotos nos braços do povo. E aí a eleição desse monstro. (2022, p. 214-215)

A imagem *nos braços do povo* aparece recorrentemente em diversos contextos históricos, em circunstâncias que vão da homenagem e comemoração de feitos grandiosos em diversas áreas da vida humana à manifestação de dor extrema diante da morte do celebrado e a reiteração de sua eternidade na memória coletiva.

É na memória social (HALBWACHS, 1990; POLAK, 1992; BOSI, 1994) que a simbologia da imagem se sustenta e se atualiza. O gesto emblemático mobiliza compartilhamento de experiências, vínculos e saberes que operam produtivamente na construção de sentidos e provocam a adesão de grandes massas.

A seguir, em um recorte sintético, alguns exemplos dessa recorrência com figuras políticas de destaque que exerceram liderança marcada por forte mobilização de grandes massas de adeptos.

Figura 20: Lênin – Revolução 1917³¹



Figura 21: Hitler – Eleições 1932³²



³¹ Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/lenin>. Acesso em: 11 maio, 2025.

³² Disponível em: <https://shre.ink/gd7j>. Acesso em: 11 maio, 2025.

Figura 22: Vargas – Suicídio 1954³³



Figura 23: JK – Posse 1956³⁴



Figura 24: Jango – Posse 1961³⁵
1968³⁶



Figura 25: Luther King - Funeral



Figura 26: Mandela - Funeral 2013³⁷
2018³⁸



Figura 27: Bolsonaro – Atentado



³³ Disponível em: <https://abrir.link/vS0x9>. Acesso em: 11 maio, 2025.

³⁴ Disponível em: <https://abrir.link/uNFEg>. Acesso em: 11 maio, 2025.

³⁵ Disponível em: <https://abrir.link/ySdSu>. Acesso em: 11 maio, 2025.

³⁶ Disponível em: <https://abrir.link/DEOaZ>. Acesso em: 11 maio, 2025.

³⁷ Disponível em: <https://abrir.link/mDYga>. Acesso em: 26 maio, 2025.

³⁸ Disponível em: <https://abrir.link/LvUDc>. Acesso em: 11 maio, 2025.

Os momentos flagrados nas figuras 20, 21, 23, 24 e 27 revelam atuações dos celebrados voltadas à construção e permanência do lugar de destaque, o que deve ser sempre negociado e confirmado com seus apoiadores (FRANÇA, 2014). As figuras 22, 25 e 26 confirmam esse padrão com a particularidade de tratar-se de homenagem de luto; também nela, é reafirmada a condição do líder, agora para a eternidade.

A partir do modelo sociocomunicacional de Charaudeau (2012), explica-se a eficácia da atuação dos líderes políticos junto a seus admiradores. O contrato de comunicação estabelece a intercompreensão entre os sujeitos da interação que empregam estratégias e ações discursivas apropriadas à situação comunicativa.

Retomemos as figuras 19 e 27.



As figuras estão em relação direta entre si, contextualizam um momento de disputa de poder altamente polarizado entre os representantes da esquerda e da direita no Brasil, respectivamente, Lula e Jair Bolsonaro, no ano de 2018; personagens antagônicas no ideário que proclamam, mas que performam a mesma encenação informativa recorrente no tempo, comum a todos os ideários, e que se mostra bastante eficaz.

Na figura 19, foto do dia 07 de abril de 2018, algumas horas antes da prisão de Lula, quando discursa em São Bernardo do Campo, o então ex-presidente busca recuperar seu capital simbólico, sua condição de cultuado, sua credibilidade e sua influência como liderança no enfrentamento da desigualdade social e da ditadura,

perdidos com as acusações de corrupção, e os amplia posicionando-se como inocente perseguido, mártir injustiçado que é amparado *nos braços do povo*.

Na figura 27, foto do dia 6 de setembro de 2018, em Minas Gerais, Bolsonaro, candidato à presidência que está construindo sua visibilidade apoiado no antagonismo ao que Lula representa naquele momento, é conduzido *nos braços do povo* como símbolo da luta contra corrupção. Nesse evento, sofre um atentado a faca que se torna decisivo para sua vitória nas urnas; Bolsonaro também amplia sua credibilidade e influência incorporando a condição de mártir da luta contra a corrupção.

Ambas as imagens são altamente mobilizadoras e aderentes por possuírem: *i)* padrões de interação firmados no contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2012) entre os líderes e seus seguidores; *ii)* vinculação hipnógena caracterizada pela “resposta literal ao comando estabelecido” (SILVA, 2013, p. 6); *iii)* motivações simbólicas derivadas das experiências pré-predicativas (PROSS, 1980); *iv)* realização em espaço público de informação sob o regime de visibilidade moderna (BRUNO, 2013): legitimação social, personalidade exteriorizada, desempenho visível, autorrepresentação, uso de tecnologias.

4.3.2 Estratégia performática e autopromoção na era da hipervisibilidade

O evento midiático de resistência e de cumprimento do mandado de prisão de Lula, envolvendo televisão, rádio, jornais e redes digitais, aconteceu no local onde ele iniciou a trajetória que o edificou como ícone de liderança social e política - a sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC -, lugar simbólico de lutas e vitórias.

As imagens audiovisuais produzidas durante o evento correram o mundo e uma fotografia - linguagem que mobiliza conteúdo semântico e simbólico trabalhando com referente real - foi escolhida para ser a imagem da capa do livro cujas narrativas invertem as instâncias de produção e recepção: os receptores no evento são os produtores no livro. Os dispositivos de visibilidade acionados articulam estratégias performáticas, alto desempenho, imagem pessoal exteriorizada e autopromoção para restaurar legitimação social a Lula. O momento fixado na foto da capa do livro estabelece conexão direta com o Lula vitorioso como líder das greves de 1979.

Figura 28: Lula – 1979³⁹



Nos braços do povo, trinta e oito anos antes, aclamado, o mito Lula começa a se construir. Seu capital social, como o define Bourdieu (1997), apesar de amplamente consolidado durante esse tempo, implica reconhecimento continuamente reafirmado e se fixa nas relações que mantém com seus apoiadores (KARHAWI, 2017; RECUERO, 2014) em práticas sociais validadas por discursos informativos nos quais o “efeito de verdade” é fundamental para a produção de sentidos da recepção, conferindo credibilidade e direito à palavra ao enunciador (CHARAUDEAU, 2012).

Pelo compartilhamento de representações simbólicas, Lula encarna os valores dominantes do grupo no qual se insere e representa a identidade coletiva. Não se pode esquecer, no entanto, que, no contexto das mídias sociais, os limites entre quem representa e quem é representado são frágeis e sutis (Campanella, 2023).

4.3.3 Vínculos, imaginário e predicação: Mediosfera

Na capa do livro, a imagem *nos braços do povo*, arquétipo de força arrebatadora, está inscrita no âmbito do espetáculo descrito por Contrera (2012), materializando os fenômenos comunicativos relativos à: *i*) ausência de corporeidade e sobrevalorização dos sentidos à distância - não há o corpo em sua integridade sensorial, a visão é supervalorizada na foto; *ii*) jogo de projeção-identificação da

³⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/11/biografia-mostra-como-greves-no-abc-transformaram-luiz-inacio-no-mito-lula.shtml>. Acesso em: 11 maio, 2025.

cultura mediática, simulacro de emoções – não há a vivência corpórea das emoções suscitadas na experiência de estar nos braços do povo ou ser aquele que carrega, apenas experimentação virtual; *iii*) jogo com modelo imposto de distribuição de forças assimétricas, muito poder à mídia digital e muita ilusão de força ao indivíduo – não há a dimensão, nem pela produção, nem pela recepção, de seu pouco poder em relação ao da mídia no sistema capitalista; *iv*) diluição da interação em comunidade e das emoções, dando lugar ao enfeitiçamento imagético – conexão individual com a imagem e seu simbolismo; *v*) carga simbólica no formato de mediação passiva - sujeição maior à captura pela emoção superficial mobilizada quando se vê a multidão cultuadora e o ser cultuado; *vi*) a verticalidade reiterada pelo conteúdo de forças assimétrico, não há racionalidade – o poder midiático, a posição de superioridade, de distinção da maioria, daquele que é carregado acima dos demais; *vii*) a ordem simbólico-mítica e as experiências pré-predicativas prevalecem, estabelecendo vínculo por meio da adesão simpática, o que na verdade é apenas conexão; *viii*) maior aderência e identificação do indivíduo ao arquetípico – resposta pré-predicativa anterior à qualificação sobre a simbologia de ser carregado *nos braços do povo*.

A partir da análise do vetor da imagem e seu efeito sobre a comunicação social (BAITELLO JR., 2005), consideramos a imagem de Lula *nos braços do povo*, em destaque na capa do livro, uma imagem exógena (BELTING, 2001) com força desvinculadora, dissociativa e autorreferente, de baixo potencial dialógico e imaginativo. Seu esvaziamento simbólico a torna uma figura alicerçada em vínculos hipnógenos - baseados em aparência e que não transmitem valores – e caracterizada pela transitoriedade e pelo consumo (SILVA, 2013); uma imagem inscrita no âmbito do espetáculo da Mediosfera (SILVA 2013; CONTRERA, 2012).

O homem, em seus sucessivos estágios de desenvolvimento da consciência, construiu um imaginário cultural para enfrentar os problemas sociais de seu tempo. A modernidade, pautada no excesso de subjetividade e espetacularização da vida, delegou-nos seus efeitos: a perda de um imaginário vivo e transformador, de uma consciência corpórea vinculadora e empática capaz de enfrentar a consciência paralisada e paralisadora da cultura mediática e seus produtores e receptores em série. A imagem *nos braços do povo* participa desse jogo de projeção-identificação da cultura mediática no sistema capitalista; na conexão individual com a imagem e seu

simbolismo no formato de mediação passiva, reduzimos nosso corpo a “observador da observação” (BAITELLO Jr., 2005, p. 86).

Neste capítulo, abordamos a figura simbólica de Lula constituída no espaço público midiático. Encerramos o trajeto metodológico de discussões teóricas e análise de *corpus* sempre confrontando nossas hipóteses iniciais. A seguir, apresentamos nossas considerações finais sobre esse trabalho.

5. CONCLUSÃO

O livro *Querido Lula: cartas a um presidente na prisão* é o palco no qual se ouvem diferentes vozes: a dos missivistas, a de Chirio, a de Emicida, a de Conceição Evaristo e a de Lula, destinatário das cartas cuja voz é trazida por todos os demais emissores inspirados pelo reconhecimento de sua representatividade simbólica e pela defesa de seu legado.

Vozes plurais de sujeitos históricos que, unidas em torno de um propósito comum, constituem a voz coletiva do projeto sociopolítico contra-hegemônico, democrático e progressista do PT que tem em Lula sua figura exponencial, proclamada como única capaz de vencer o projeto da extrema direita conservadora reunido em torno da figura de Jair Bolsonaro.

Tendo como tema a articulação entre memória, processos culturais e elementos comunicacionais na construção desses sujeitos históricos, a questão inicial desta

pesquisa indagava de que modo a memória social, o imaginário (como arcabouço cultural) e os vínculos comunicativos, atuavam na formulação discursiva dos relatos testemunhais dos missivistas e na composição do livro como projeto ideológico. Propusemos o objetivo geral de analisar os processos memorialísticos, culturais, comunicacionais e discursivos nos registros em primeira pessoa das cartas e nos demais elementos composicionais do livro resultantes do trabalho editorial.

Adotamos a abordagem qualitativa para compreender e explicar a dinâmica das relações sociais envolvidas que formam o universo de significados, motivos, crenças, aspirações, valores e atitudes dos interlocutores do livro.

Utilizamos o método de investigação hipotético-dedutivo e formulamos a hipótese geral do livro como materialidade empírica dos sujeitos históricos e como suporte para plataforma política em disputa ideológica polarizada. Hipótese que nos levou às três hipóteses norteadoras deste estudo: *i)* a epistolografia é um gênero textual produtivo como registro de verdade nos estudos da memória social e as cartas do livro constituem um conjunto documental valioso ao patrimônio cultural contra-hegemônico do povo brasileiro; *ii)* os missivistas são sujeitos históricos que testemunham a partir do universo de significados simbólicos dos grupos dos quais fizeram e fazem parte, e a discursividade nesse testemunho revela o posicionamento político-ideológico que assumem; *iii)* o processo editorial idealizou e configurou o livro como material de campanha e estratégia política em um contexto polarizado de disputa, conquista e manutenção de poder.

O *corpus* da pesquisa constituiu-se de todos os elementos composicionais do livro e do discurso proferido por Lula no dia 07 de abril de 2018. No trabalho com o *corpus*, a partir de critérios de relevância e intertextualidade, selecionamos trechos (de cartas, do prefácio, da introdução, das orelhas e do discurso) ou íntegras de cartas, como materialidades dos processos estudados.

A primeira hipótese versava sobre o estatuto de verdade atribuído à carta pessoal, testemunho em primeira pessoa, nos estudos da memória social e a constituição do livro como valioso conjunto documental contra-hegemônico para o patrimônio cultural brasileiro.

Para abordá-la, recorreremos aos quadros coletivos de memória de Halbwachs; à vida psicológica em Bergson e Ster; à psicologia social de Bartlett; à memória social

de Bosi; à memória e identidade social de Pollak no âmbito das histórias de vida; ao caráter conflituoso da lembrança e à problematização do imperativo de verdade do lembrado nas narrativas testemunhais em Sarlo; às práticas de arquivamento de si de Artières. Analisamos, a partir desse aporte teórico, a materialidade empírica no *corpus*.

As cartas trazem relatos que reconstroem a história familiar do missivista e a realidade interpessoal de seu grupo. Nessas narrativas em primeira pessoa, a memória social e a memória individual trabalham juntas, e o sujeito histórico narra fatos com ressonância coletiva vistos da forma como se imprimiram em sua subjetividade. Os missivistas apresentam ponto de vista unidimensional sobre os fatos públicos e seu texto é a materialidade simbólica de significação da sua memória discursiva. Os missivistas manipulam sua experiência, adequando os fatos relembrados à coerência da existência real, o que atribui estatuto de verdade aos seus testemunhos. Porém, esse imperativo de verdade na atualidade é questionável: pela própria inexistência de uma verdade absoluta ou quando se admite, ao mesmo tempo, sua existência e a multiplicidade de verdades subjetivas; por não se considerar que não há experiência sem imaginação e narração sem experiência, o que implica uma narração de experiência imaginada; e considerando, ainda, as oscilações, vazios, esquecimentos e ajustes decorrentes do momento em que a experiência é narrada. Seus testemunhos são a expressão de memórias subterrâneas que eclodem em um momento de crise social e política e que funcionam como resistência e disputa por reconhecimento com as memórias oficiais hegemônicas.

Desse modo, a primeira hipótese foi confirmada quanto a ser o livro um conjunto documental valioso ao acervo contra-hegemônico brasileiro de resistência à memória oficial e de disputa por reconhecimento das memórias esquecidas e negligenciadas das classes populares e minorias excluídas. Com relação ao estatuto de verdade dos registros testemunhais das cartas, consideramos que, como em qualquer outra narrativa, ele deva ser problematizado, já que são testemunhos interpretáveis e carregados de teor ideológico e subjetivo; não desfrutam, assim, de prerrogativa de imunidade ao crivo crítico. A eles, atribuímos valor de documento histórico, com validade a ser considerada, tanto quanto a de outros documentos históricos.

A segunda hipótese indicava serem os missivistas sujeitos históricos que testemunham a partir do universo de significados simbólicos de seus grupos, e que, em sua discursividade, revela-se o posicionamento político-ideológico que assumem.

Para discuti-la, acionamos referenciais sobre a linguagem: os modelos sociocognitivos e a perspectiva sociointeracionista em Bakhtin, Goffman e Marcuschi; a semiolinguística de Charaudeau e a memória discursiva de Courtine; sobre texto cultural e compartilhamento simbólico: a semiótica da cultura de Bystrina; a estrutura mítica do herói de Campbell; as experiências pré-predicativas de Pross; a constituição da percepção humana e dos vínculos culturais em Silva; sobre processos de reconhecimento: visibilidade, sociabilidade e celebridade em França, Campanella e Sibília; a construção do crédito, do capital simbólico e da influência em Charaudeau, Bourdieu e Karhawi; sobre o imaginário, a imagem e a crise de visibilidade em Kamper, Baitello Jr., Silva e Contrera; as modulações de subjetividades em Bruno; sobre a polarização: a intolerância em Heller; a estrutura polarizadora e os impactos da midiática da polarização em Braga, Recuero, Souza e Sponholz. Analisamos, a partir desse aporte teórico, a materialidade empírica no *corpus*.

No processo comunicativo estabelecido entre missivistas, destinatário e leitores do livro atuam símbolos, de significados potencialmente variáveis e infinitos, que participam da construção da realidade de mundo desses agentes. O discurso dos missivistas, enquanto sujeitos históricos, é o lugar da encenação da significação, resultado de uma construção psicossociolinguageira estreitamente relacionada aos imaginários e às práticas sociais de seu contexto sociocultural.

Nas cartas, os missivistas materializam o mito do herói, que performa aspirações coletivas por justiça e igualdade social, e o associam à figura de Lula por sua trajetória de sofrimento, superação e transformação social e política. Essa associação está intimamente relacionada aos processos de visibilidade e de articulação de conexões sociais, nos quais Lula obteve reconhecimento, influência e capital social. Porém, durante o processo de denúncias, condenação e prisão, seu capital simbólico foi alvo de questionamentos no campo de lutas simbólicas por poder político, e os missivistas se posicionaram como representantes do poder simbólico de Lula e defensores da inocência e da volta do líder. O líder também atuou, em seu discurso, para revivificar seu reconhecimento e distinção e recuperar sua credibilidade abalada.

Os missivistas, ao escreverem, usufruem de uma prática discursiva legitimada para apresentar suas percepções; sua discursividade é atravessada por uma estrutura polarizadora da qual dificilmente têm plena consciência. Posicionando-se no polo oprimido da estrutura, em sua linguagem, materializam a divisão binária das proposições excludentes originárias na intolerância que promove ruptura comunicativa entre grupos plurais. A polarização potencializada pelo ambiente midiático é revelada pela adoção de verdades únicas, pelo alinhamento com lideranças que atendem a ansiedades sociais e emocionais, e pela organização em microambientes próprios de comunicação.

Pelo exposto, consideramos que a segunda hipótese foi integralmente confirmada. O posicionamento político-ideológico nos registros testemunhais dos missivistas constitui-se pelo compartilhamento simbólico e vínculos comunicacionais, operados no regime de visibilidade contemporâneo, e realiza-se discursivamente.

A terceira hipótese postulava que o processo editorial idealizou e configurou o livro como material de campanha política em um contexto polarizado de disputa, conquista e manutenção de poder.

Para validá-la, no capítulo 2, **O LIVRO**, descrevemos analiticamente aspectos editoriais, o contexto de produção e edição do livro, e os dados levantados sobre as cartas: localidade de origem, sexo e escolaridade dos missivistas, conteúdo temático, estrutura composicional e informalidade na interação, com o objetivo de identificar indícios de critérios de seleção das cartas, utilizados pela curadoria, voltados à formação de um material favorável à recuperação e reafirmação do capital simbólico de Lula, como estratégia de campanha na disputa presidencial em andamento. Consideramos, ainda, o sujeito histórico que testemunha fatos em primeira pessoa, a partir da representatividade simbólica de Lula.

Quanto aos aspectos editoriais da obra, verifica-se claro alinhamento ideológico à esquerda progressista: a editora Boitempo foi criada por dirigente comunista e notabilizou-se por publicações que fazem um resgate editorial criterioso da ideologia comunista; a organização é conduzida por Maud Chirio, historiadora especialista em ditadura militar no Brasil, copresidente da Rede Europeia pela Democracia no Brasil (Red.br) que denunciava repetidas violações de direitos humanos do governo de Jair Bolsonaro, e atuante nas comissões de apoio à libertação de Lula.

Quanto à contextualização da produção do livro: sua gestação inicia-se no dia da prisão de Lula, quando é firmado o pacto entre líder e seus seguidores; pacto que se desdobrará em ações por sua libertação, uma delas o envio de cartas.

Quanto aos dados levantados sobre a configuração do livro: Prólogo, Prefácio e Orelhas do livro antecipam ao leitor o universo sociopolítico de missivistas e destinatário a partir da unicidade de enfoque da ideologia de esquerda: Lula, é o último recurso de um projeto democrático pluralista e inclusivo e a voz coletiva dos missivistas é a única capaz de dar significado político às desigualdades e exclusões sociais. A capa traz a imagem do herói mitológico celebrado *nos braços do povo* em oposição ao seu antagonista Jair Bolsonaro, representante da extrema direita conservadora. Os cadernos de imagens seguem a mesma configuração ideológica apresentando cartazes, fotos, gravuras, gestos e mensagens (em meio a expressões fixas e símbolos do PT: a estrela e cor vermelha) sobre a inocência de Lula, a luta por sua liberdade, os avanços sociais e políticos promovidos pelo PT e a ameaça do retrocesso à miséria, à corrupção e ao autoritarismo.

Quanto aos dados levantados nas cartas, observou-se correspondência entre o número de cartas selecionadas por estados e regiões para compor o livro e a distribuição populacional oficial por regiões e unidades da Federação. É notória a preponderância de cartas femininas selecionadas para integrarem o livro, 33 de mulheres e 12 de homens, números que acompanham dados levantados em pesquisas no segundo turno da eleição presidencial de 2022, indicando que Lula foi eleito por mulheres, pobres e nordestinos. Verifica-se que a curadoria construiu um cenário no qual o passado é representado pelos missivistas idosos não alfabetizados, passado transformado pelo PT com a implementação de políticas de democratização do acesso à universidade, impactando a vida de gerações presentes e futuras; a crença nesse cenário é dirigida aos eleitores de Lula, majoritariamente encontrados nos ensinos fundamental e médio (jovens que ainda não concluíram o ensino superior) para a construção de uma base eleitoral forte. No conteúdo temático das cartas, encontramos manifestações reiteradas de afeto, conforto, estímulo, apoio e gratidão, reveladoras do pacto celebrado entre Lula e os missivistas em: testemunhos marcados pela miséria e fome e sua superação associada às políticas públicas de Lula; narrativas que identificam a própria história com a do ex-presidente e ressaltam a luta de classes, a desigualdade social e a polarização política; relatos que o

consideram um herói, símbolo de transformação social e política e denunciam a injustiça de sua prisão; reflexões críticas sobre as alianças e ações políticas de sua gestão, mantendo a percepção de melhorias sociais em seus governos e afirmando a necessidade de implementação de um projeto de esquerda mais radical.

Chirio afirma que Lula é o último recurso de um projeto democrático pluralista e inclusivo e que a curadoria do livro valorizou a diversidade de vozes e meios sociais. Nesse sentido, o projeto delineado para o livro, plural e inclusivo, corresponde ao projeto político do qual Lula é o último representante. Constata-se, assim, a idealização e construção editorial do livro como material de campanha voltado à disputa eleitoral em andamento, no qual o capital simbólico de Lula seja revivificado na memória social do povo brasileiro, seja traduzido em votos e o conduza novamente ao mais alto cargo do Poder Executivo para realizar, como último recurso, o projeto democrático e progressista de igualdade de direitos sociais. Confirmamos, dessa forma, nossa terceira hipótese.

A partir das discussões realizadas e da confirmação das hipóteses de pesquisa (ainda que o imperativo do estatuto de verdade dos testemunhos em primeira pessoa tenha sido problematizado), acreditamos ter atingido o objetivo geral desta pesquisa, anunciado na **INTRODUÇÃO** e desenvolvido ao longo de nossa argumentação, de analisar os processos memorialísticos, culturais, comunicacionais e discursivos nos registros em primeira pessoa das cartas e nos demais elementos composicionais do livro, resultantes do trabalho editorial. Esses processos são constituintes dos sujeitos históricos em um complexo imbricamento de fatores psíquicos, sociais, linguageiros e de significação simbólica. Subjetivamente elaborados, os saberes, a percepção de mundo e a ética determinam a ação discursiva e as atitudes políticas desses sujeitos.

No contexto comunicacional, esses processos determinam padrões de dominação simbólica. Lembrando que a realidade só é acessada por meio de signos, Pross (1980, p. 75) indica a possibilidade da “direção dos homens por parte de outros homens, com a ajuda dos signos”, o que dimensiona o papel da comunicação no campo de disputas simbólicas por poder social, cultural, político e econômico. A relevância dos estudos multidisciplinares envolvendo o sujeito histórico e os processos que envolvem sua constituição está, a nosso ver, nessa dimensão.

Acreditamos que a pesquisa aqui desenvolvida não contempla todas as

perspectivas de análise, possibilidades de interpretação dos dados coletados, ou todas as abordagens conceituais válidas para explicação dos resultados obtidos. É apenas uma contribuição para reflexão sobre o tema.

Esperamos que possa motivar diálogos com estudos das áreas envolvidas e aprofundamento do tema que acompanha o ser humano em seu percurso histórico de conhecimento e autoconhecimento e de construção de sociedades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIÈRES, P. Arquivar a Própria Vida. **Revista Estudos Históricos: Arquivos Pessoais** (FGV), v. 11, n. 21, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2061/1200>. Acesso em: 02 jun., 2025.

BAITELLO Jr., N. **A era da Iconofagia**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

_____. Corpo e imagem: comunicação, ambientes e vínculos. *In*: RODRIGUES, D. (org.). **Os valores e as Atividades Corporais**. São Paulo: Summus, p. 95-112, 2008.

BAITELLO Jr., N.; BORNHAUSEN, D. A. A memória midiática: projeções e sujeições no ambiente digital. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo** (ESPM), v. 15, n. 44, set./dez., p. 140-161, 2018. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/issue/view/55>. Aceso em: 02 jun., 2025.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, M. C. Comunicação, história e memória: diálogos possíveis. **Revista MATRIZES** (USP), v. 13, n. 1, jan./abr., p. 13-25, 2019.

BELTING, H. **Bild-Anthropologie**. München: W. Fink, 2001.

BIBLIOTECA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Biografia**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/MFxKQ>. Acesso em: 08 fev., 2025.

BORGES, J. L. O livro. *In*: **Borges oral & Sete noites**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOSI, E. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **Choses dites**. Paris: Minuit, 1987.

_____. The forms of capital. *In*: HALSEY, A. H. *et al.* **Education, Culture, Economy and Society**. New York: Oxford University Press, 1997.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BRAGA, J.L. Polarização como estrutura da intolerância: uma questão comunicacional. *In*: HELLER, B.; CAL, D.; ROSA, A. P. da. (org.) **Midiatização, (in)tolerância e reconhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2020.

BRUNO, F. Ver e ser visto: subjetividade, estética e atenção. *In*: BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p. 53-84, 2013.

BYSTRINA, I. **Tópicos de Semiótica da Cultura: Aulas do Professor Ivan Bystrina** – maio de 1995 – PUC/SP. CISC, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/330110308/IVAN-BYSTRINA-Topicos-de-Semiotica-Da-Cultura>. Acesso em: 08 fev., 2025.

CAMPANELLA, B. Regimes de visibilidade na era das mídias sociais: transformações e continuidades. **Revista Galáxia**, São Paulo, v. 48, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/zJKgKbz8pYJLWKbHrkcDGKJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 fev., 2025.

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. São Paulo: Pensamento, 1992.

CAMPBELL, J.; MOYERS, B. **O poder do mito**. (org.) Betty Sue Flowers. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CAMPOS, P. H. F.; LIMA, R. de C. P. Capital simbólico, representações sociais, grupos e o campo do reconhecimento. **Revista Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo: v. 48, n. 167, jan./mar., p. 100 - 127, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/9Lprjy4vFj9Q4K3VWLr3B8d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun., 2025.

CASAQUI, V. Abordagem crítica da cultura da inspiração: produção de narrativas e o ideário da sociedade empreendedora. **Revista E-compós**, Brasília, v. 20, n. 2, mai./ago., 2017.

CASSIRER, E. **A Filosofia das Formas Simbólicas, vol. 2: o pensamento mítico**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CHARAUDEAU, P. Uma Teoria dos Sujeitos da Linguagem. *In* MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. de. (org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001.

_____. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHIRIO, M. (org.). **Querido Lula: cartas a um presidente na prisão**. São Paulo: Boitempo, 2022.

CONTRERA, M. S. Emoção e Imaginação: Diferentes vínculos, diferentes imaginários. **Ghrebh - Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia** – CISC, n. 18, p. 188-201, out., 2012.

_____. Imagens endógenas e imaginação simbólica. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 23, n. 1, jan./ fev./ mar./ abr., 2016.

COURTINE, JJ. *Analyse Du discours politique*. Paris: Langages, nº 62. Paris: Larousse, 1981. *In*: SANTOS, E. P. J. e SILVA, F. D. da. **Memória Discursiva**. Cesad, UFS. Disponível em:

<https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09570324032014Analise do Discurso Aula 7.pdf>. Acesso em: 11 jun., 2025.

_____. <<Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse de discours, à propos de discours communiste adressé aux chrétiens>>, dans *Langages*, nº 62, Paris: Didier/Larousse, 1981. In: Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. Tradução: Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. **Revista policromias**, jun., 2016. Disponível em: <http://www.labedis.mn.ufrj.br/images/POLICROMIAS/PDF/Jean-Jacques-Courtine-port.pdf>. Acesso em: 11 jun., 2025.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes, v. 1**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes, v. 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.

FRANÇA, V. Celebidades: identificação, idealização ou consumo? In: FRANÇA, V. et al. **Celebidades no Século XXI: transformações no estatuto da fama**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

FRAZÃO, D. **Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente do Brasil**. e biografia. Disponível em: https://www.ebiografia.com/luiz_inacio_lula_silva/. Acesso em: 08 fev., 2025.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 08 fev., 2025.

GOFFMAN, E. F. In: RIBEIRO, B. T. & GARCEZ, P. M. (orgs.). **Sociolinguística Interacional: Antropologia, Linguística e Sociologia em Análise do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HELLER, B.; CAL, D. e ROSA, A.P. da. Apresentação. In: HELLER, B.; CAL, D.; ROSA, A. P. da. (org.). **Midiatização, (in)tolerância e reconhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2020.

KAMPER, D. **Imagem**. Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da mídia. CISC, (s.d.) Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/250402202/KAMPER-D-Imagem-Cisc>. Acesso em: 08 fev., 2025.

KARHAWI, I. Influenciadores digitais: conceitos e práticas em discussão. **Revista Comunicare**, São Paulo, v. 17, edição comemorativa, p. 46-61, 2017.

MARCUSCHI, L. A. Marcas de interação no processo de textualização na escrita. CiFEFil. Texto digitado, 2001. Disponível em: <https://abrir.link/LWBvi>. Acesso em: 28 mai., 2025.

MARTÍNEZ, M. **Jornada do Herói: A Estrutura Narrativa Mítica na Construção de Histórias de Vida em Jornalismo**. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/errata2003/jornada_heroi.pdf. Acesso em: 08 fev., 2025.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

PROSS, H. **Estructura Simbolica del Poder**. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

RAPOSO, J. F.; TERRA, C. F. Sobre comunicação e marcas “plataformizadas”: é preciso estar nos “jardins murados” para ter visibilidade? **Culturas Midiáticas**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 153-169, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/cm/article/view/55673>. Acesso em: 08 fev., 2025.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RECUERO, R.; SOARES, F.; ZAGO, G. Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a desinformação sobre COVID-19 no Twitter. **Revista Contracampo** (UFF), Niterói, v.40, n.1, jan./abr., 2021.

SÃO PAULO. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Agemt/notícias. **Lançamento do livro “Querido Lula: cartas a um presidente na prisão”**. Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/lançamento-do-livro-querido-lula-cartas-um-presidente-na-prisão>. Acesso em: 08 fev., 2025.

SARLO, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo, Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHWARCZ, L.M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SIBILIA, P. Autenticidade e performance: a construção de si como personagem visível. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. Rio de Janeiro, v.17(3), p. 353-364. set./dez., 2015.

SILVA, M. R. da. Na órbita do imaginário: comunicação, imagem e os espaços da vida. São Paulo: **Bluecom Comunicação**: UNIP, 2012. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/fd7fa6_87465d57f513418aab04edb59f184993.pdf. Acesso em: 08 fev., 2025.

_____. O eclipse do imaginário: imaginário instrumental e redução da potência imaginativa das imagens. **Revista MATRIZES** (USP), v. 14, n. 2, mai./ago., p. 119-141, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/163967/167639>. Acesso em: 08 fev., 2025.

SILVA, M. R. da; JUNIOR, N. B. **Vínculos hipnógenos e vínculos culturais nos ambientes da cultura e da comunicação humana**. XXII Encontro Anual da Compós, Universidade Federal da Bahia, 04 a 07 jun., 2013.

SOUZA, V. Não farás para ti imagem: fé, política e pensamento mágico-imagético-circular. In: HELLER, B.; CAL, D.; ROSA, A. P. da. (org.) **Midiatização, (in)tolerância e reconhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2020.

SPONHOLZ, L. O papel dos discursos de ódio (on line) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico. **Revista Confluências** (UFF), v. 22, n. 3, p. 220-243, dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/47124>. Acesso em: 08 fev., 2025.

URBANO, H. Marcadores conversacionais. In: Preti, D. (org). **Análise de textos orais**. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999.

ANEXO 1

CONGRESSO EM FOCO

08.04.2018 11:01 1

REPORTAGEM

Íntegra do discurso de Lula em texto:

“[Lula faz saudações e agradecimentos a diversas pessoas presentes] ... Em 1979, esse sindicato fez uma das greves mais extraordinárias. E nós conseguimos fazer um acordo com a indústria automobilística que foi talvez o melhor. E eu tinha uma comissão de Fábrica com 300 trabalhadores. E o acordo era bom. E eu resolvi levar o acordo para Assembleia. E resolvi pedir pra comissão de fábrica ir mais cedo para conversar com a peãozada. E eu fazia assembleia de manhã pra evitar que o pessoal bebesse um pouquinho a tarde, porque quando a gente bebe um pouquinho a gente fica mais ousado.

Mesmo assim não evitava porque o cara levava litro de conhaque dentro da mala e quando eu passava tomava uma ‘doshinha’ para a garganta ficar melhor – coisa que não aconteceu hoje. Pois bem, nós começamos a colocar o acordo em votação e 100 mil pessoas no Estádio da Vila Euclides não aceitavam o acordo. Era o melhor possível. A gente não perdia dia de férias, não perdia décimo terceiro e tinha quinze por cento de aumento. Mas a peãozada tava tão radicalizada que queria 83 ou nada. E nós conseguimos. E passamos um ano sendo chamado de pelego pelos trabalhadores.

A gente, Guilherme, ia na porta de fábrica... [Lula começa a fazer saudações diversas]. Então companheiros e companheiras, nós conseguimos... os trabalhadores não aprovaram o acordo... [interrupção para atendimento médico à pessoa na multidão]. Eu ia dizendo pra vocês que nós não conseguimos aprovar a proposta que eu considerava boa e o pessoal então passou a desrespeitar a diretoria do Sindicato. Eu ia na porta da fábrica ninguém parava. E a imprensa escrevia: “Lula fala para os ouvidos moucos dos trabalhadores”.

Nós levamos um ano para recuperar o nosso prestígio na categoria. E eu fiquei pensando com ar de vingança: “Os trabalhadores pensam que eles podem fazer 100 dias de greve, 400 dias de greve, que eles vão até o fim. Pois eu vou testá-los em 1980”. E fizemos a maior greve da nossa história. A maior greve. 41 dias de greve. Com 17 dias de greve fui preso e os trabalhadores começaram depois de alguns dias a furar greve e nós então – eu sei que Tuma, eu sei que o doutor Almir eu sei que Teotônio Vilela ia dentro da cadeia e falava assim pra mim: “Ô Lula cê precisa acabar com a greve, cê precisa dar um conselho para acabar com a greve”. E eu dizia: “Eu não vou acabar com a greve. Os trabalhadores vão decidir por conta própria”.

O dado concreto é que ninguém aguentou 41 dias porque na prática o companheiro tinha que pagar leite, tinha que pagar a conta de luz, tinha que pagar gás, a mulher começou a cobrar o dinheiro do pão, ele então começou a sofrer pressão e não aguentou. Mas é engraçado porque na derrota a gente ganhou muito mais sem ganhar economicamente do que quando a gente ganhou economicamente. Significa que não é dinheiro que resolve o problema de uma greve, não é 5%, não é 10%, é o que está embutido de teoria política de conhecimento político e de tese política numa greve.

Agora, nós estamos quase que na mesma situação. Quase que na mesma situação. Eu tô sendo processado e eu tenho dito claramente: “O processo do meu apartamento, eu sou o único ser humano que sou processado por um apartamento que não é meu”. E ele sabe que o Globo mentiu quando disse que era meu. A Polícia Federal da Lava Jato quando fez o inquérito mentiu que era meu, o Ministério Público quando fez a acusação mentiu dizendo que era meu e eu pensei que o Moro ia resolver e ele mentiu dizendo que era meu e me condenou a nove anos de cadeia.

É por isso que eu sou um cidadão indignado, porque eu já fiz muita coisa com meus 72 anos. Mas eu não os perdoo por ter passado para a sociedade a ideia de que eu sou um ladrão. Deram a primazia dos bandidos fazer um pixuleco pelo Brasil inteiro. Deram a primazia dos bandidos chamarem a gente de petralha. Deram a primazia de criar quase um clima de guerra negando a política nesse país. E eu digo todo dia: nenhum deles, nenhum deles, tem coragem ou dorme com a consciência tranquila da honestidade, da inocência que eu durmo. Nenhum deles. [aplausos].

Eu não estou acima da justiça. Se eu não acreditasse na justiça eu não tinha feito partido político. Eu tinha proposto uma revolução nesse país. Mas eu acredito na justiça, numa justiça justa, numa justiça que vota um processo baseado nos autos do processo, baseado nas informações das acusações, das defesas, na prova concreta que tem a arma do crime o que eu não posso admitir é um procurador que fez um powerpoint e foi pra televisão dizer que o PT é uma organização criminosa que nasceu para roubar o Brasil e que o Lula, por ser a figura mais importante desse partido, o Lula é o chefe, e portanto, se o Lula é o chefe, diz o procurador, “eu não preciso de provas, eu tenho convicção”.

Eu quero que ele guarde a convicção deles para os comparsas deles, para os assecclas deles e não para mim. Certamente um ladrão não estaria exigindo prova. Estaria de rabo preso com a boca fechada torcendo para a imprensa não falar o nome dele. Eu tenho mais de 70 horas de Jornal Nacional me triturando. Eu tenho mais de 70 capas de revista me atacando. Eu tenho mais de milhares de páginas de jornais e matérias me atacando. Eu tenho mais a Record me atacando. Eu tenho mais a Bandeirantes me atacando, eu tenho a rádio do interior me atacando. E o que eles não se dão conta é que quanto mais eles me atacam mais[FLM1] cresce a minha relação com o povo brasileiro.

Eu não tenho medo deles. Eu até já falei que gostaria de fazer um debate com o Moro sobre a denúncia que ele fez contra mim. Eu gostaria que ele me mostrasse alguma coisa de prova. Eu já desafiei os juízes do TRF-4 que eles fossem prum debate na universidade que ele quisesse, no curso que ele quisesse, provar qual é o crime que eu cometi nesse país. E eu as vezes tenho a impressão e tenho a impressão porque eu sou um construtor de sonhos.

Eu há muito tempo atrás sonhei que era possível governar esse país envolvendo milhões e milhões de pessoas pobres na economia, envolvendo milhões de pessoas nas universidades, criando milhões e milhões de empregos nesse país, eu sonhei, eu sonhei que era possível um metalúrgico, sem diploma universitário, cuidar mais da educação que os diplomados e concursados que governaram esse país e cuidaram da educação. Eu sonhei que era possível a gente diminuir a mortalidade infantil levando leite feijão e arroz para que as crianças pudessem comer todo dia. Eu sonhei que era possível pegar os estudantes da periferia e colocá-los nas melhores universidades desse país para que a gente não tenha juiz e procuradores só da elite, daqui a pouco vamos ter juízes e procuradores nascidos na favela de Heliópolis, nascidos em Itaquera, nascidos na periferia. Nós vamos ter muita gente dos Sem Terra, do MTST, da CUT formados.

Esse crime eu cometi.

Eu cometi esse crime que eles não querem que eu cometa mais. É por conta desse crime que já tem uns dez processos contra mim. E se for por esses crimes, de colocar pobre na universidade, negro na universidade, pobre comer carne, pobre comprar carro, pobre viajar de avião, pobre fazer sua pequena agricultura, ser microempreendedor, ter sua casa própria. Se esse é o crime que eu cometi eu quero dizer que vou continuar sendo criminoso nesse país porque vou fazer muito mais. Vou fazer muito mais.

[Povo começa a gritar “Lula, guerreiro do povo brasileiros”]

Companheiros e companheiras, eu em 1990, em 1986 eu fui o deputado constituinte mais votado na história do país. E nós, ficamos descobrindo, que dentro do PT, Manuela, companheiros, o Ivan era do PT na época, havia uma desconfiança que só tinha poder no PT quem tinha mandato ... Quem não tivesse mandato era tido ... [começa a fazer saudações]. Então companheiros, quando eu percebi que o povo desconfiava que só tinha valor no PT quem era deputado, Manoela e Guilherme sabe o que eu fiz? Deixei de ser deputado. Porque eu queria provar ao PT que ia continuar sendo a figura mais importante do PT sem ter mandato porque se alguém quiser ganhar de mim no PT só tem um jeito: é trabalhar mais do que eu e gostar do povo mais do que eu, porque se não gostar não vai ganhar. Pois bem: nós agora estamos num trabalho delicado.

Eu talvez viva o momento de maior indignação que um ser humano vive. Não é fácil o que sofre a minha família. Não é fácil o que sofrem meus filhos. Não é fácil o que sofreu a Marisa e eu quero dizer que a antecipação da morte da Marisa foi a safadeza e a sacanagem que a imprensa e o Ministério Público fizeram contra ela. Eu tenho certeza. Essa gente eu acho que não tem filho, não tem alma e não tem noção do que sente uma mãe ou um pai quando vê um filho massacrado, quando vê um filho sendo atacado. Eu então, companheiros, resolvi levantar a cabeça.

Não pense que eu sou contra a Lava Jato não. A Lava Jato, se pegar bandido, tem que pegar bandido mesmo que roubou e prender. Todos nós queremos isso. Todos nós a vida inteira dizíamos: “Só prende pobre, não prende rico”. Todos nós

dizíamos. E eu quero que continue prendendo rico. Eu quero. Agora qual é o problema? É que você não pode fazer julgamento, subordinado à imprensa. Porque no fundo, no fundo, você destrói as pessoas na sociedade, na imagem das pessoas e depois os juízes vão julgar e vão dizer “eu não posso ir contra a opinião pública tá pedindo pra caçar”.

Quem quiser votar com base na opinião pública largue a toga e vá ser candidato a deputado, escolha um partido político e vá ser candidato. Ora, a toga ela é o emprego vitalício. O cidadão tem que votar apenas com base nos autos do processo, aliás eu acho que ministro da Suprema Corte não deveria dar declaração de como vai votar. Nos EUA termina a votação e você não sabe em quem o cidadão votou exatamente para que ele não seja vítima de pressão.

Imagina um cara sendo acusado de suicídio e não tenha sido ele o assassino. O que a família do morto quer? Que ele seja morto, que ele seja condenado. Então o juiz tem que ter, diferentemente de nós, a cabeça mais fria, mais responsabilidade de fazer a acusação ou de condenar. O Ministério Público é uma instituição muito forte. Por isso esses meninos que entram muito novo fazem um curso direito e depois faz três anos de concurso porque o pai pode pagar, esses meninos precisavam conhecer um pouco da vida, um pouco de política para fazer o que eles fazem na sociedade brasileira. Tem uma coisa chamada responsabilidade.

E não pense que quando eu falo assim eu sou contra. Eu fui presidente e indiquei quatro procuradores e fiz discurso em todas as posses e eu dizia: “Quanto mais forte for a instituição mais responsável os seus membros tem que ser”. Você não pode condenar a pessoa pela imprensa para depois julgá-la. Vocês estão lembrados de que quando eu fui prestar depoimento lá em Curitiba, eu disse para o Moro: “Você não tem condições de me absolver porque a globo tá exigindo que você me condene e você vai me condenar.

Pois bem, eu acho que tanto o TRF-4, quanto o Moro, a Lava Jato e a Globo, eles têm um sonho de consumo. O sonho de consumo é que primeiro, o Golpe, não terminou com a Dilma. O golpe só vai concluir quando eles conseguirem convencer que o Lula não possa ser candidato a presidência da república em 2018. Não é que eu não vou ser, eles não querem que eu participe porque existe a possibilidade de cada um se eleger, eles não querem o Lula de volta porque pobre na cabeça deles não pode ter direito. Não pode comer carne de primeira. Pobre não pode andar de avião. Pobre não pode fazer universidade. Pobre nasceu, segundo a lógica deles, para comer e ter coisas de segunda categoria.

Então, companheiros e companheiras, o outro sonho de consumo deles é a fotografia do Lula preso. Ah, eu fico imaginando o têsão da Veja colocando a capa comigo preso. Eu fico imaginando o têsão da Globo colocando a minha fotografia preso. Eles vão ter orgasmos múltiplos.

“Eles decretaram a minha prisão. E deixa eu contar uma coisa pra vocês: eu vou atender o mandado deles. E vou atender porque eu quero fazer a transferência de responsabilidade. Eles acham que tudo que acontece neste país acontece por minha causa. Eu já fui condenado a 3 anos de cadeia porque um juiz de Manaus entendeu que eu não preciso de arma, eu tenho uma língua ferina, então precisa me calar, porque se não me calar, ele vai continuar falando frases como eu falei, t’á chegando a hora da onça beber água, e os camponeses mataram um fazendeiro e eles achavam que era a senha.

Eles já tentaram me prender por obstrução de justiça, não deu certo. Eles agora querem me pegar numa prisão preventiva, que é uma coisa mais grave, porque não tem habeas corpus. O Vaccari já tá preso há três anos. O Marcelo Odebrecht gastou R\$ 400 milhões e não teve habeas corpus. Eu não vou gastar um tostão. Mas vou lá com a seguinte crença: eles vão descobrir pela primeira vez o que eu tenho dito todo dia. Eles não sabem que o problema deste país não chama-se Lula, o problema deste país chama-se vocês, a consciência do povo, o partido dos trabalhadores, o PCdoB, o MST, o MTST, eles sabem que tem muita gente.

E aquilo que a nossa pastora disse, e eu tenho dito em todo discurso, não adianta tentar de me impedir de andar por este país, porque tem milhões e milhões de Boulos, de Manuelas, de Dilmas Rousseffs neste país para andar por mim. Não adianta tentar acabar com as minhas ideias, elas já estão pairando no ar e não tem como prendê-las. Não adianta parar o meu sonho, porque quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês e pelos sonhos de vocês.

Não adianta achar que tudo vai parar o dia que o Lula tiver um enfarte, é bobagem, porque o meu coração baterá pelos corações de vocês, e são milhões de corações. Não adianta eles acharem que vão fazer com que eu pare, eu não pararei porque eu não sou um ser humano, sou uma ideia, uma ideia misturada com a ideia de vocês, e eu tenho certeza que companheiros como os sem-terra, o MTST, os companheiros da CUT e do movimento sindical sabem, e esta é uma prova, esta é uma prova, eu vou cumprir o mandado e vocês vão ter de se transformar, cada um de vocês, vocês não vão se chamar Chiquinho, Zezinho, Joãozinho, Albertinho...

Todos vocês, daqui pra frente, vão virar Lula e vão andar por este país fazendo o que você tem que fazer, e é todo dia! Todo dia! Eles têm de saber que a morte de um combatente não para a revolução. Eles têm de saber. Eles têm de saber que nós vamos fazer definitivamente uma regulação dos meios de comunicação para que o povo não seja vítima das mentiras todo santo dia. Eles têm de saber que vocês, quem sabe, são até mais inteligentes que eu, e queimar os pneus

que vocês tanto queimam, fazer as passeatas, as ocupações no campo e na cidade; parecia difícil a ocupação de São Bernardo, e amanhã vocês vão receber a notícia que vocês ganharam o terreno que vocês invadiram.

Companheiros, eu tive chance, agora, eu estava no Uruguai, entre Livramento e Vera, e as pessoas diziam assim, ô, Lula, você finge que vai comprar um “uisquizeiro”, e você vai para o Uruguai com o Pepe Mujica e vai embora e não volta mais, pede asilo político. Você pode ir na embaixada da Bolívia, do Uruguai, da Rússia, e de lá você fica falando... Eu não tenho mais idade. Minha idade é de enfrentá-los com olho no olho e eu vou enfrentá-los aceitando cumprir o mandato.

Eu quero saber quantos dias eles vão pensar que tão me prendendo e quantos mais dias eles me deixarem lá mais lulas vão nascer neste país e mais gente vai querer brigar neste país, porque numa democracia, não tem limite, não tem hora para a gente brigar. Eu falei para os meus companheiros: se dependesse da minha vontade eu não ia, mas eu vou porque eles vão dizer a partir de amanhã que o Lula tá foragido, que o Lula tá escondido, e não! Eu não tô escondido, eu vou lá na barba deles pra eles saberem que eu não tenho medo, que eu não vou correr, e para eles saberem que eu vou provar minha inocência. Eles têm de saber isso. E façam o que quiserem. Façam o que quiserem.

Eu vou pegar uma frase que eu peguei em 1982 de uma menina de 10 anos em Catanduva, e essa frase não tem autor. Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais poderão deter a chegada da primavera. E a nossa luta é em busca da primavera. Eles têm de saber que nós queremos mais casa, mais escola, nós queremos menos mortalidade, nós não queremos repetir a barbaridade que fizeram com a Marielle no Rio de Janeiro. Não queremos repetir a barbaridade que se faz com meninos negros neste país. Não queremos mais a mortalidade por desnutrição neste país. Não queremos mais que um jovem não tenha esperança de entrar numa universidade, porque este país é tão cretino, que foi o último país do mundo a ter uma universidade. O último! Todos os países mais pobres tiveram, porque eles não queriam que a juventude brasileira estudasse. E falavam que custava muito; é de se perguntar quanto custou não fazer há 50 anos atrás.

Eu quero que vocês saibam que eu tenho orgulho, profundo orgulho, de ter sido o único presidente da república sem ter um diploma universitário, mas sou o presidente da república que mais fez universidade na história deste país para mostrar para essa gente que não confunda inteligência com a quantidade de anos na escolaridade, isso não é inteligência, é conhecimento. Inteligência é quando você tem lado, inteligência é quando você não tem medo de discutir com os companheiros aquilo que é prioridade, e a prioridade é garantir que este país volte a ter cidadania. Não vão vender a Petrobrás! Vamos fazer uma nova constituinte! Vamo revogar a lei do petróleo que eles tão fazendo! Não vamos deixar vender o BNDES, não vamos deixar vender a Caixa, não vamos deixar destruir o Banco do Brasil! E vamos fortalecer a agricultura familiar, que é responsável por 70% do alimento que nós comemos neste país.

E com essa crença, companheiros, de cabeça erguida, como eu tô falando com vocês, que eu quero chegar lá e dizer ao delegado: estou à disposição. E a história, daqui a alguns dias, vai provar que quem cometeu crime foi o delegado que me acusou, foi o juiz que me julgou e foi o Ministério Público que foi leviano comigo. Por isso companheiros, eu não tenho lugar no meu coração pra todo mundo, mas eu quero que vocês saibam que se tem uma coisa que eu aprendi a gostar neste mundo é da minha relação com o povo.

Quando eu pego na mão de um de vocês, quando eu abraço um de vocês... porque agora eu beijo homem e mulher igualzinho, não mistura mais... Quando eu beijo um de vocês, eu não tô beijando com segundas intenções, eu tô beijando porque quando eu era presidente, eu dizia: eu vou voltar pra onde eu vim. E eu sei quem são meus amigos eternos e quem são os eventuais. Os de gravatinha, que iam atrás de mim, agora desapareceram. E quem está comigo são aqueles companheiros que eram meus amigos antes de eu ser presidente da república. É aquele que comia rabada no Zelão, que comia frango com polenta no Demarchi, é aquele que tomava caldo de mocotó no Zelão, esses continuam sendo nossos amigos. São que tem coragem de invadir terreno pra fazer casa, são aqueles que têm coragem de fazer uma greve contra a previdência, são aqueles que ocupam no campo pra fazer uma fazenda produtiva, são aqueles que na verdade precisam do estado.

Companheiros, eu vou dizer uma coisa pra vocês. Vocês vão perceber que eu vou sair desta maior, mais forte, mais verdadeiro, e inocente, porque eu quero provar que eles é que cometeram um crime, um crime político de perseguir um homem que tem 50 anos de história política, e por isso eu sou muito grato. Eu não tenho como pagar a gratidão, o carinho e o respeito que vocês têm dedicado a mim nesses anos todos. E quero dizer a vocês Guilherme, e à Manuela, a vocês dois, que para mim é motivo de orgulho pertencer a uma geração, que está no final dela, ver nascer dois jovens disputando o direito de ser presidente da república neste país.

Por isso, grande abraço, e podem ficar certos: esse pescoço aqui não baixa, minha mãe já fez o pescoço curto pra ele não baixar, e não vai baixar, porque eu vou sair de lá de cabeça erguida e de peito estufado porque eu vou provar a minha inocência. Um abraço, companheiros, obrigado, mas muito obrigado, pelo que vocês me ajudaram, um beijo, querido, muito obrigado!”



Segundo caderno de imagens: Livro, páginas 193-208.



